

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

WEULER PEREIRA DE AZARA

**“ALDEAR A POLÍTICA É EXATAMENTE ESTAR ONDE ESTAMOS DA FORMA
QUE SOMOS”: MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA CATARINENSE (2018-2024)**

FLORIANÓPOLIS

2024

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

WEULER PEREIRA DE AZARA

**“ALDEAR A POLÍTICA É EXATAMENTE ESTAR ONDE ESTAMOS DA FORMA
QUE SOMOS”: MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA CATARINENSE (2018-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luisa Tombini Wittmann

FLORIANÓPOLIS

2024

WEULER PEREIRA DE AZARA

**“ALDEAR A POLÍTICA É EXATAMENTE ESTAR ONDE ESTAMOS DA FORMA
QUE SOMOS”: MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA CATARINENSE (2018-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luisa Tombini Wittmann

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Luisa Tombini Wittmann

Universidade do Estado de Santa Catarina– Orientadora

Prof.^a Dr.^a Claudia Mortari

Universidade do Estado de Santa Catarina– Membro interno

Prof.^a Dr.^a Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazi

Universidade Federal de Santa Catarina – Membro externo

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática a Biblioteca
Universitária da UDESC, com os dados fornecidos pelo autor**

Azara, Weuler
ALDEAR A POLÍTICA É EXATAMENTE ESTAR ONDE
ESTAMOS DA FORMA QUE SOMOS : MULHERES
INDÍGENAS NA POLÍTICA CATARINENSE (2018-2024) /
Weuler Azara. -- 2024.

128 p.

Orientador: Luisa Tombini Wittmann
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

1. Mulheres Indígenas. 2. Movimento Indígena. 3. Aldear a
Política. 4. Movimento de Mulheres Indígenas. I. Tombini
Wittmann, Luisa . II. Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização desta dissertação.

A construção desta pesquisa só foi possível pois tive a imensa oportunidade de poder acompanhar um pouco da trajetória de Andenice Fiamoncini, Ingrid Sateré Mawé, Joziléia Kaingang e Kerexu Yxapyry. Eu não tenho palavras para agradecer a cada uma de vocês. Suas trajetórias e suas articulações são extremamente importantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A minha família, especialmente minha mãe Carmem Pereira e Tia Neuza, que mesmo estando longe acreditam no meu potencial e, da maneira que podem, contribuem para que eu possa seguir nesta jornada. Aos meus irmãos Wilian, Willer e Weila pelo companheirismo e afeto. Noêmia, Fernanda, Savanah, Fernando obrigado por tudo!

Ao meu noivo Rodrigo Puerari, que me encoraja a nunca desistir. Muito obrigado pela paciência, amor e carinho ao longo de toda a minha trajetória. A vida ao seu lado é muito mais colorida. Te amo muito!

Especialmente minha orientadora Prof^a Dr^a Luisa Tombini Wittmann que acreditou nesta pesquisa desde sempre e Prof^a Dr^a Claudia Mortari por todas as conversas e direcionamentos. Suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Um agradecimento muito especial a professora Adriana Kaingang por acompanhar este trabalho desde a minha banca de TCC. Esta pesquisa tomou a proporção que tem hoje por seus encaminhamentos. Muito obrigado!

Ao Laboratório AYA e todas as pessoas que estiveram comigo ao longo deste retorno, especialmente Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano por TODOS os ótimos conselhos e conversas. Gil, Will, Cacau, Leandro, Luizas, Helena, Aisha, Leonardo e Bruna, agradeço pela troca de ideias, pelo incentivo e pela camaradagem. Vocês são incríveis!!

Agradeço as Guerreiras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA, e todas as organizadoras da Marcha das Mulheres Indígenas, por terem proporcionado um dos momentos mais emocionantes da construção desta pesquisa!

Um agradecimento ultra especial aos meus amigos, que são família. Cris, Ludmila, Marilia, Fábio, Iris, Tucas, Rodrigo, Paris, Paula, Analê, Eduardo, Polly, Maicon, Beatriz, cada um de vocês estarão para sempre em meu coração!

A UDESC e ao PPGH pela oportunidade de desenvolvimento da pesquisa e a possibilidade de participar de eventos. Ao programa de bolsas Carrefour por financiar a minha pesquisa.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como se constituíram os movimentos políticos de mulheres indígenas no Brasil, alterando a lógica de espaços de poder e construindo uma nova forma de fazer política. O recorte temporal está definido entre 2018, ano de eleição presidencial e da organização da primeira Marcha das Mulheres Indígenas, e 2024, cenário atual das candidaturas de interlocutoras desta pesquisa. A dissertação tem como escolha teórico-metodológica os estudos decoloniais, estabelecendo assim um diálogo significativo com Andenice Fiamoncini, Ingrid Sateré Mawé, Joziléia Kaingang e Kerexu Yxapyry na análise da violência colonial e de sua resistência. Além de entrevistas realizadas, o corpo documental inclui os relatórios de violência contra povos indígenas, os dados de eleições disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral e produções do movimento de mulheres indígenas, como o Manifesto das Primeiras Brasileiras, a Carta das Primeiras Brasileiras e os documentos finais da Marcha das Mulheres Indígenas (2019, 2021, 2023), elencando as pautas principais contidas nestes para estruturar este trabalho. A parte 1 discorre sobre a Marcha das Mulheres Indígenas e a Articulação das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), e a parte 2 sobre as experiências das interlocutoras na política partidária e na universidade, revelando um aldear da política.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Indígenas; Movimento Indígena; Aldear a Política; Movimento de Mulheres Indígenas

ABSTRACT

The overall objective of this research is to understand how the political movements of indigenous women in Brazil have been constituted, altering the logic of power spaces and building a new way of doing politics. The temporal scope is defined between 2018, the year of the presidential election and the organization of the first March of Indigenous Women, and 2024, the current scenario of the candidacies of the interlocutors of this research. The dissertation adopts a decolonial theoretical-methodological approach, thus establishing a significant dialogue with Andenice Fiamoncini, Ingrid Sateré Mawé, Joziléia Kaingang, and Kerexu Yxapyry in the analysis of colonial violence and its resistance. In addition to the interviews conducted, the documentary corpus includes reports of violence against indigenous peoples, election data provided by the Superior Electoral Court, and productions from the indigenous women's movement, such as the Manifesto of the First Brazilian Women, the Letter of the First Brazilian Women, and the final documents of the March of Indigenous Women (2019, 2021, 2023), outlining the main agendas contained in these to structure this work. Part 1 discusses the March of Indigenous Women and the Articulation of Indigenous Women Warriors of Ancestry (ANMIGA), while Part 2 addresses the experiences of the interlocutors in party politics and at the university,

KEYWORDS: Indigenous Women; Indigenous Movement; Decolonizing Politics; Indigenous Women's Movement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Andenice Fiamoncini em entrevista ao autor - Acervo pessoal	27
Figura 2 Ingrid Sateré Mawé fala no ATL Sul - Acervo Pessoal	30
Figura 3 Joziléia Kaingang durante a III Marcha das Mulheres Indígenas - Acervo Pessoal	34
Figura 4 Kerexu Yxapyry fala no ATL Sul - Acervo pessoal	38
Figura 5 Delegação internacional de mulheres indígenas na III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal	64
Figura 6 Sonia Guajajara dança com mulheres indígenas na concentração da III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal	66
Figura 7 Sonia Guajajara Caminha com mulheres indígenas na III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal	69
Figura 8 Mulheres Guarani caminham em direção a III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal.....	70
Figura 9 Célia Xakriabá ao lado de Ju Kerexu, Joziléia Kaingang, e Braulina Baniwa III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal.....	71
Figura 10 Watatakalu Wayalapiti Liderança do povoYawalapiti – III Marcha das Mulheres Indígenas 2023- Acervo pessoal	73
Figura 11 Mesa composta pela ministra da igualdade racial Aniele Franco, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva, Ministra das Mulheres Cida Gonçalves e a chefe de gabinete Yuna Guajajara III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal	74
Figura 12 Divulgação página Instagram de Andenice Fiamoncini - Online	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Elaborada pelo autor com base nas Estatísticas Eleitorais Divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral	82
Tabela 2 Elaborada pelo autor com base nas Estatísticas Eleitorais Divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral	83
Tabela 3 Elaborada pelo autor com base nas Estatísticas Eleitorais Divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral	84
Tabela 4 Elaborada pelo autor com base nas Estatísticas Eleitorais Divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Dados do relatório de violência aos povos indígenas CIMI 2003 - 2022	79
Gráfico 2 Candidaturas indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	86
Gráfico 3 Candidaturas de mulheres indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	87
Gráfico 4 Comparativo de candidaturas de mulheres e homens indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	87
Gráfico 5 Comparativo de candidaturas indígenas eleitas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral	88
Gráfico 6 Comparativo de candidaturas eleitas de mulheres e homens indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	88
Gráfico 7 Comparativo de candidaturas indígenas entre os pleitos de 2018 e 2022. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral	94
Gráfico 8 Indígenas eleitos entre os pleitos de 2018 e 2022. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral	95
Gráfico 9 Comparativo de candidaturas indígenas entre os pleitos de 2020 e 2024. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral	113
Gráfico 10 Comparativo de candidaturas de mulheres indígenas entre os pleitos de 2020 e 2024. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	114
Gráfico 11 Comparativo de candidaturas indígenas eleitas entre os pleitos de 2020 e 2024. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMARN	Associação Das Mulheres indígenas do Alto Rio Negro
AMIRUT	Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rio Uapés e Tiguié
ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
APIB	Articulação dos Povos Indígenas
ARPIN SUL	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
ATL	Acampamento Terra Livre
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ISA	Instituto Socioambiental
LGBTQUIAPN+	Sigla do movimento de Lésbicas, Gays, Bis, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e Mais
PPGH	Programa De Pós-Graduação
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
TCC	Trabalho De Conclusão De Curso
TI	Terra Indígena
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

INTRODUÇÃO	14
RECONHECENDO AS NARRADORAS: AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA	26
Andenice Fiamoncini	27
Ingrid Sateré Mawé	30
Joziléia Kaingang	34
Kerexu Yxapyry	38
PARTE I	42
“NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”: MOVIMENTOS E ARTICULAÇÕES DE MULHERES INDÍGENAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	43
“TERRITÓRIO, NOSSO CORPO NOSSO ESPÍRITO”: A MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS	59
PARTE II	76
PAUTA I	77
“ALDEAR É OCUPAR COM NOSSOS CORPOS, MAS TRAZENDO A NOSSA FORMA DE FAZER POLÍTICA” MULHERES BIOMAS NA POLÍTICA	78
“TRANSFORMANDO NOSSOS LUTOS EM LUTAS”: EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
ENTREVISTAS	121
FONTES	122
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	127

INTRODUÇÃO

Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura (Documento Final Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019. Online)

Aos treze de agosto de dois mil e dezenove, cerca de três mil mulheres indígenas de cento e trinta povos diferentes tomaram as ruas de Brasília ecoando suas vozes em meio ao concreto cinza e frio da capital federal. Acontecia a primeira Marcha das Mulheres Indígenas sonhada, gestada e organizada por elas. Escolho iniciar esta dissertação partindo do excerto do documento final da primeira marcha para demonstrar que as linhas que seguirei partirão sempre da interlocução com algumas das mulheres indígenas que somaram suas forças para que um movimento unificado plurinacional pudesse tomar as ruas do lugar onde são tomadas as principais decisões nacionais. Entendo interlocução, como propõe Willian Felipe Martins Costa (2022), que se baseia na ideia da “relação do pesquisador com as pessoas da pesquisa na construção do conhecimento histórico. Dessa forma, os(as) entrevistados(as) são interlocutores(as) que produzem conhecimento sobre si na relação com o eu pesquisador” (Costa, 2022 p, 26). A interlocução se faz importante apesar de meu olhar exógeno à causa, pois minha aproximação com os movimentos e os laços de parceria criados no caminhar desta pesquisa demonstram que minha relação com minhas interlocutoras vai além da pesquisa, é de alguém que se tornou aliado e parceiro de suas lutas.

Desde a caminhada desta primeira marcha, muitos avanços foram alcançados e muitas relações políticas foram tencionadas. O movimento de mulheres indígenas brasileiro caminha lado a lado com o movimento indígena brasileiro articulando pautas coletivas, mas também trazendo especificidades que somente as vivências e as experiências destas mulheres poderiam apontar. De antemão, aponto que a intenção desta pesquisa não é traçar um histórico do movimento de mulheres indígenas no Brasil, mas sim entender suas motivações e ações nas articulações de enfrentamento das violências experienciadas em suas vivências no sistema mundo moderno-colonial.

As reivindicações e as lutas vivenciadas por esses movimentos advém da herança colonial ainda presente no cotidiano dos povos originários. A colonialidade, (Maldonado-Torres, 2019; Quijano, 2009), esse passado colonial que não passa, se apresenta na atualidade de diversas formas. De acordo com Quijano (2010), a colonialidade pode ser observada/vivenciada em diferentes esferas/âmbitos. São elas a colonialidade do saber, ser,

gênero, e a colonialidade da natureza. Na prática, todas essas formas de se experienciar a colonialidade podem ser observadas nas vivências e no cotidiano de sujeitos indígenas, pretos e LGBTQUIAPN+. Entender a forma como essa colonialidade funciona é fundamental para poder compreender o que impulsiona a luta desses movimentos, principalmente a forma que essa colonialidade se apresenta no tempo presente.

Para Delacroix (2018), a História do Tempo Presente é capaz de apontar um "passado que não passa". Esses passados "constituíram grandes traumatismos nas identidades e nas consciências históricas nacionais" (Delacroix, 2018). Portanto, observar as trajetórias e lutas indígenas de Abya Yala nos confirma que para os povos originários este passado colonial continua bem presente. Geni Nuñez, intelectual Guarani, é pontual:

A colonização não acabou, ela continua em processos de atualização constantes. Ao mesmo tempo em que é importante reconhecer que a colonização não é um processo finalizado, é fundamental que reconheçamos que as resistências contracoloniais, dentre elas, as indígenas e quilombolas, também persistem. (Nuñez, 2023, p. 1)

Para o colonizado, a colonialidade é percebida em seu dia a dia. Em diálogo com Maldonado Torres, podemos perceber que por mais que a “colonização formal” tenha acabado ela se apresenta aos colonizados quando estes “[...] tendem a experimentar partes dessa história não como um passado que existe como um traço, mas sim como um presente vivo.” (Maldonado-Torres, 2018, p 33). O autor destaca a importância de compreender a colonização e a luta contra ela na interlocução com os pensamentos produtores de conhecimento de sujeitos colonizados e suas narrativas. Em entrevista realizada no Laboratório AYA-UDESC¹, ele aponta que sua visão sobre a decolonialidade é ancorada por uma ideia decolonialidade combativa. Seu pensamento combativo tem início quando sua atuação profissional foi tensionada a partir de experiências com demandas externas à universidade. Para ele, faz-se necessário o diálogo e as trocas com movimentos sociais e suas demandas. “O sea, la fuente de cambio más profunda de la universidad viene de fuera y puede cambiar esa estructura. Y por lo tanto necesitamos mantener esa relación con esa fuera. Esa fuera son los que van a impactar los partidos políticos, la opinión pública. Si no se trabajó con afuera, hay la ilusión de pensar que vamos a cambiar la academia desde adentro solamente.” (Mortari *et al*, 2023, p.155) Na chave de trazer para dentro da pesquisa as demandas e produções dos “de fora” dialogo com Linda

¹ Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais, vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Fundado em 2016, o laboratório tem ênfase em temáticas africanas, afrodiáspórias e indígenas, articulando diferentes campos de conhecimento em uma perspectiva transdisciplinar e interseccional.

Smith (2018), mulher indígena Maori que em seu trabalho “Descolonizando Metodologias: Pesquisa e Povos Indígenas” apresenta visões outras de possibilidades de pesquisa, sobretudo alternativas aos instrumentos de pesquisa ocidentais. Ela aponta que a pesquisa em seu cerne foi instrumento da violência colonial. Ela inclusive pontua acerca disto nas primeiras linhas de sua produção:

A palavra “pesquisa”, em si, é provavelmente uma das mais sujas do mundo vocabular indígena. Quando mencionada em diversos contextos, provoca silêncio, evoca memórias ruins, desperta um sorriso de conhecimento e de desconfiança. Ela é tão poderosa que os povos indígenas até escrevem poemas a seu respeito. A forma como a pesquisa científica esteve implicada nos piores excessos do colonialismo mantém-se como uma história lembrada por muitos povos colonizados em todo o mundo. (Smith, 2018 p. 11)

A autora critica a fundação colonialista das universidades e a sua forma excludente de produzir conhecimento, apontando que essa violência epistemológica ainda reverbera na vida dos sujeitos colonizados quando faz com que os povos indígenas se enquadrem, geralmente, no passado e passivos aos acontecimentos históricos. Questionando a escrita da história e a importância dela para os povos indígenas, Linda Smith é contundente: “Esta parece ser uma pergunta trivial, porque a resposta que muitos povos colonizados poderiam dar, creio eu, é que “sim, a história é importante”. Porém, eu duvido que suas respostas sejam baseadas na noção de história adotada pela academia ocidental” (Smith, 2018, p. 43). A autora demonstra que estes sujeitos produzem conhecimento, partindo de suas próprias vivências e experiências, e que a “reivindicação” da escrita da história pautada por seus protagonismos são importantes ao processo de descolonização. Parto de Smith quando assumo a posição em buscar entender as articulações políticas dessas mulheres indígenas com reflexões não apenas no diálogo, mas com o conhecimento gerado por elas em suas várias atuações nos movimentos sociais. Esta dissertação dialoga, portanto, com produções textuais de mulheres indígenas, entrevistas cedidas para esta pesquisa e documentos produzidos por elas em suas movimentações; e com estudos teórico-metodológicos de pensadores/as decoloniais.

Esta pesquisa está posicionada na chave de pensar esta atitude decolonial combativa. Partindo deste posicionamento, construo a escrita e a relação com as interlocutoras, compreendendo e respeitando-as como produtoras de conhecimentos. Articulando categorias e conceitos criados por elas para construir conhecimento histórico. A pesquisa abrange as trajetórias políticas de mulheres indígenas, compreendendo a política não somente no cenário político partidário, mas em uma ampla gama de atuações e organizações dentro e fora de seus

territórios, partindo dos seguintes questionamentos suleadores: Como estas mulheres indígenas se articulam neste contexto de violência constante para a construção de pautas próprias e nas lutas coletivas? Indo um pouco além, como essas mulheres se utilizam de espaços de poder nas conquistas por direitos? Para responder esses questionamentos aponto como objetivo geral buscar compreender a forma que os movimentos de mulheres indígenas se constituíram e como suas formulações contribuíram para a criação de um movimento de mulheres indígenas unificado. Como objetivos específicos, elencarei como a atuação das interlocutoras altera a lógica dos espaços de poder atualmente, e como essas mulheres indígenas atuam em seus diversos espaços de decisão para que suas pautas e demandas constituam uma nova forma de fazer política.

Esta pesquisa acompanhará os passos e as articulações de Andenice Fiamoncini, Kerexu Yxapyry, Joziléia Kaingang e Ingrid Sateré Mawé, mulheres indígenas que optam por adentrar ao cenário político partidário para garantir que suas vozes sejam ouvidas e seus corpos-territórios protegidos. Proponho abordar a caminhada dessas mulheres e a minha inserção junto delas como aliado para construir uma pesquisa não sobre, mas com mulheres indígenas (Wittmann; Mortari, 2018). Na intenção de trazer para a pesquisa um diálogo e aprendizado com saberes indígenas, optei por buscar metodologias partindo de suas produções encontradas no repositório dos trabalhos de conclusão de curso da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina. Para tal, me inspiro na dissertação de Walderes Coctá Priprá, que aponta para a importância de dialogar com as pessoas da pesquisa: “sentar, ouvir e saber quando perguntar”. (Priprá, 2023. P. 39) Walderes me possibilita pensar uma pesquisa onde o pesquisador, no caso dela uma mulher indígena, precisa conhecer o campo em que está pesquisando e interagir com ele. Eu, como pesquisador não indígena, a partir das conexões que fiz ao longo de minha graduação e de inúmeros encontros com as interlocutoras deste trabalho.

Entendo meu local como um homem não indígena pesquisando o campo. Parto da premissa central no Laboratório AYA, do qual faço parte, o qual é a construção de conhecimento através do “questionamento do saber epistêmico ocidental/colonial e a valorização das teorias e epistemologias do sul que pensam não somente *sobre*, mas, sobretudo, *com e a partir* de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados.” (Mortari; Wittmann, 2018, p.160). Esta pesquisa fará esse caminho teórico/metodológico no diálogo com e a partir de mulheres indígenas e dos estudos decoloniais.

Minha conexão com as pessoas desta pesquisa inicia quando conheci Eunice Kerexu quando na graduação gravei o mini documentário intitulado “Conversa com Kerexu”². À época, a minha intenção era estabelecer um diálogo entre suas experiências, lutas e agências e o papel de educadores na missão de quebrar com o imaginário coletivo que relega as comunidades indígenas ao passado. A partir desta primeira conexão avancei com a pesquisa na elaboração do meu trabalho de conclusão de curso. Desta vez abordando a atuação de mulheres indígenas na política partidária catarinense e agora, nesta pesquisa de mestrado, me debruço sobre articulações de mulheres indígenas nos espaços de poder, nas tomadas de decisão dentro e fora de seus territórios.

Quanto a metodologia de pesquisa, na abordagem da história oral, pautei a construção do roteiro de entrevistas articulando em diálogo com Verena Alberti, pois “uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas.” (Alberti, 2005, p.165) Para, assim, compreender as especificidades dos movimentos de mulheres indígenas partindo de suas próprias narrativas. “Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais.” (Alberti, 2005, p.166). As entrevistas seguiram um roteiro prévio amplo de igual teor para todas as entrevistadas, com questões que abordavam o início de suas inserções no campo político e um roteiro individual abordando especificidades de suas trajetórias. O roteiro final foi apresentado previamente para que minhas interlocutoras ficassem cientes dos objetivos da pesquisa e das entrevistas. Observo, ao realizar essas entrevistas, pontos em comum das vivências e experiências dessas mulheres, entretanto há também especificidades de cada uma em relação aos seus locais de pertencimento³.

Me inspiro metodologicamente na dissertação “Convivo, vejo e ouço a vida *Mehi (Mākrarè)*”, de Creuza Prumkyj Krahô (2017). A autora utiliza como metodologia o “conhecer-pesquisar”, onde destaca a importância de ir observar, acompanhar, dialogar e aprender na relação e na experiência com as pessoas da pesquisa. Em sua dissertação, a autora

²Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JphT4-QAqwM&pp=ygUTY29udmVyc2EgY29tIGtlcmV4dQ%3D%3D>

³ As entrevistas foram todas captadas em áudio e vídeo, pois posteriormente farão parte da produção de um audiovisual intitulado “Aldear a Política” desenvolvido em parceria com a produtora EMITAI e AYA laboratório. O audiovisual Aldear a Política buscou estabelecer o diálogo entre as experiências das interlocutoras desta pesquisa, partindo da construção de suas candidaturas e a decisão de adentrar ao cenário político partidário em Santa Catarina. A narrativa construída articulou suas expectativas, entraves e atuações frente a política nacional. Ao final desta dissertação, nas considerações finais, abordarei a construção do audiovisual.

aponta para a coletividade de sua caminhada ao longo da pesquisa: “Para fazer esta pesquisa, conversei e ouvi as pessoas, tanto os mais velhos quanto os adultos e jovens.” (Krahô, 2017). Sua metodologia proposta proporcionou acompanhar as experiências de suas interlocutoras da pesquisa: “Eu fui conhecer-pesquisar como a mulher Krahô convive com o resguardo, como ela se sente sem ou com o resguardo feito, qual a importância do resguardo para a mulher.” (Krahô, 2017)

Me incomoda profundamente observar trabalhos que abordem a temática indígena em suas mais variadas vertentes onde os mesmos, quando produzidos por pesquisadores não indígenas, o fazem seguindo a estrutura ocidental moderna/colonial do pesquisador que observa a distância o grupo pesquisado, volta para seu escritório/mesa computador e transcreve o que ouviu, viu e viveu distanciado de seu *objeto de pesquisa* (aqui utilizado intencionalmente como provação, pois, a meu ver, trabalhos com esta formatação objetificam as pessoas da pesquisa). Parece-me que tais maneiras de se escrever história e de produzir conhecimento servem mais para aumentar o ego acadêmico do que realmente propor alguma mudança. É bem comum encontrar nos escritos de indígenas denúncias a respeito da busca de conhecimento por pesquisadores não indígenas e o desaparecimento destes, quando seus trabalhos estão prontos/publicados. Proponho nesta dissertação, utilizar de meu espaço (acadêmico) para produzir algo que possa, de certa forma, alterar a lógica moderna/colonial de trabalhos sobre a temática. Sendo assim, me utilizo de uma metodologia própria que traz elementos da História Oral, mas que também traga a experiência de estar junto ao movimento. De caminhar ao lado das pessoas da pesquisa, ouvi-las e dialogar com elas. Foram aprendizados que eu não poderia abordar aqui caso não me propusesse acompanhá-las em algumas de suas caminhadas, partindo assim da luta e de conceitos produzidos por elas para pensar o tema das mulheres na política, de forma ampla.

Para entender a importância das conexões que essas mulheres fazem ao longo de suas caminhadas, me apoio na noção de redes proposta por Joziléia Kaingang⁴ (2023) em sua tese de doutorado. Os movimentos organizados de mulheres só podem/devem ser entendidos partindo da ideia central de que toda sua construção foi pensada de forma coletiva. Joziléia Kaingang parte da ideia de redes para entendermos a importância dessa coletividade. A autora aponta que as mulheres indígenas alimentam e ampliam suas redes, são redes conectadas que

⁴ Opto por citá-las, quando possível, pelo nome seguido de sua etnia indígena, que é como se apresentam frente aos movimentos em que fazem parte. Salvo quando for fazer referência as publicações acadêmicas onde utilizarei o formato contido nas mesmas.

estão em constante movimento e se juntam com outras redes fazendo com que elas se fortaleçam, se apoiem e sigam juntas coletivamente.

As mulheres indígenas têm sido uma força motora no movimento indígena local, regional e nacional. Estas presenças/movimentos destacam características importantes na discussão sobre as redes que viemos formando e alimentando, seja com o que tenho chamado de redes de partida e redes ampliadas, de e com mulheres indígenas. A participação desde os nossos territórios e muitas vezes em redes outras que não são somente de indígenas, mas importantes para nossas comunidades, pois ingressamos na busca da garantia de direitos ou benefícios nas áreas de educação, saúde, assistência social (Schild, 2023 p. 113)

As redes se esticam, se conectam, se multiplicam e é por meio dessas redes que a ANMIGA, por exemplo, consegue se expandir e estar presente em quase todos os territórios indígenas dentro e fora do Brasil.

Como observado até aqui, é impossível analisar os caminhos percorridos pelas organizações de mulheres indígenas sem mencionar as violências em que elas são e estão submetidas a todo o tempo. Seus corpos-territórios estão em constante perigo e por estarem em perigo precisam se articular para enfrentar a violência ainda presente, resultante do colonialismo e da colonialidade. A violência colonial observada a partir da experiência de mulheres indígenas têm causado impactos contundentes também quando se trata das suas organizações e na luta diária por validação de seus saberes, tanto acadêmicos quanto ancestrais (que estão conectados). Sueli Carneiro (2005), em sua tese “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser” aponta que o epistemicídio relega as pessoas marginalizadas a este local de não ser, de não pertencimento e de não validação de seus saberes.

Sendo pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações.”. (Carneiro, 2005. p. 97)

O reflexo do epistemicídio nas vivências de mulheres indígenas é observado quando seus conhecimentos e suas produções são questionados, suas formações acadêmicas são menorizadas e seus saberes ancestrais invalidados. Existem especificidades quando tratamos da experiência de mulheres indígenas, e para tal faço o diálogo da professora Sueli Carneiro com Geni Nuñez, que chama de etnogenocídio quando a colonialidade tenta não somente exterminar o corpo-território indígena, mas toda sua existência no mundo.

Etnogenocídio, portanto, seria um tipo de violência colonial pautada na tentativa de homogeneização e apagamento simbólico-material de nossos povos. Ele incide precisamente sobre a multiplicidade e singularidade de cada povo, cada etnia, cada nação nativa de determinado território. Perpetrado, sobretudo, pelo próprio Estado, vem acompanhado de violência policial, obstétrica, de produção de fome (como consequência da retirada das terras indígenas) e de epistemicídio, já que os saberes se produzem também a partir do modo de vida. Povos originários de diversos continentes foram e continuam sendo alvos desse tipo de política de extermínio. (Nuñez, 2023 p. 16)

As principais fontes para a construção dessa pesquisa foram as entrevistas realizadas ao longo de meu período no mestrado. Para tornar possível e profícuo o diálogo, foram realizadas entrevistas presenciais com Andenice Fiamoncini, Kerexu Yxapyry, Ingrid Sateré Mawé e Joziléia Kaingang. As entrevistas seguiram os moldes da pesquisa de História Oral e para a realização optei por captar as entrevistas no local/data em que as interlocutoras se sentissem mais confortáveis. O roteiro⁵ das entrevistas foi pensado e elaborado para que as entrevistadas se sentissem instigadas a compartilhar suas articulações, experiências, sentimentos e expectativas em relação aos seus papéis nas mais diversas organizações e/ou articulações de que participam. Nesse sentido, a conversa com Andenice foi realizada na cidade de Ibirama, Santa Catarina, local de sua residência. Ao longo das conversas prévias à entrevista, optamos por realizá-la em sua cidade, pois compartilhou que preferia estar próxima às suas filhas e na cidade em que reside. Realizamos a entrevista logo após seu turno no hospital, onde trabalha como assistente social, e nos encontramos em frente a Igreja Martin Luther, um dos pontos mais altos da cidade.

A primeira entrevista com Joziléia Kaingang foi realizada durante a terceira marcha das mulheres indígenas em Brasília. Na ocasião, ela estava organizando e trabalhando na construção e andamento da marcha, mas encontrou um espaço para que pudéssemos conversar e trazer suas ideias para esta pesquisa. Foi também em Brasília que Eunice Kerexu me atendeu. Ela proporcionou um dos momentos mais incríveis da minha estadia no Distrito Federal, pois me recebeu em sua sala no Ministério dos Povos Indígenas. Ambas ocorreram, portanto, *in loco*, durante a grande movimentação dessas guerreiras em Brasília. Realizar estas entrevistas durante a marcha potencializou o que minhas interlocutoras gostariam de enfatizar, suas vozes ecoaram o que aquela grande movimentação representava.

É importante frisar que esta é uma demanda levantada por elas: “**Não basta reconhecer nossas narrativas, é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos**

⁵ Roteiro de entrevistas anexado nos anexos desta dissertação.

espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão.” (Documento Final Da Primeira Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019). Este é um excerto de uma das pautas presentes no documento final da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas, que exemplifica bem a importância desta decisão. Decido seguir, portanto, de pautas significativas elencadas e desenvolvidas pelo movimento de mulheres indígenas para me auxiliar na construção desta dissertação.

Posteriormente, ao longo da construção do roteiro do audiovisual “Aldear a política”, realizamos uma segunda entrevista com Joziléia, desta vez nas instalações do Laboratório AYA. Esta segunda entrevista aconteceu em julho de 2024, aproveitando a passagem de Joziléia por Florianópolis para uma roda de conversa em um evento na Universidade Federal de Santa Catarina. Já a entrevista com Ingrid Sateré Mawé aconteceu meses após a terceira marcha. Nos encontramos em Brasília, mas optamos em marcar outro momento para a realização da entrevista. Posteriormente, nos encontramos em um café localizado no interior do Museu de Florianópolis, localizado em frente a praça XV, região central da cidade.

Além das entrevistas, fazem parte deste trabalho fontes produzidas a partir de seus movimentos, como mencionei anteriormente. Para o desenvolvimento deste projeto o corpo documental é constituído por produções vinculadas às organizações e movimentos em que elas atuam. Quanto à marcha das mulheres indígenas, fazem parte da análise os três documentos finais das marchas realizadas nos anos de 2019, 2021 e 2023, contendo o resumo de todas as atividades e decisões tomadas a partir das deliberações nas diversas mesas e assembleias realizadas ao longo dos dias de concentração, anteriores à marcha de fato tomar as ruas. A Marcha das Mulheres Indígenas é realizada durante três dias e ao longo deste período elas se reúnem para discutir as pautas que serão levadas para as instâncias responsáveis.

Parte da ANMIGA o “Manifesto das primeiras brasileiras” e a “Carta das primeiras brasileiras”, apontando a importância da mulher indígena frente a luta de seus povos e na proteção de seus corpos-territórios. O manifesto e a carta destacam a luta de mulheres indígenas frente a pautas como a demarcação de terras, proteção ambiental e direitos humanos, mencionando a grande importância da união entre diferentes povos em prol destas pautas. São pontos-chave deste manifesto a luta e resistência de mulheres indígenas frente às violências a que são submetidas, a conexão com a terra e a proteção de seus corpos-territórios e a importância da mobilização unificada proporcionada pela ANMIGA. Enfatizando a ancestralidade de seus corpos e saberes, esses dois documentos vinculados pela articulação

explicitam a necessidade de um engajamento coletivo que seja suficiente para o enfrentamento das injustiças vivenciadas.

O chamamento e o projeto Reflorestarmentes⁶ é um chamado global para reconectar com a Mãe Terra e promover uma nova forma de relacionamento entre os seres humanos e o meio ambiente. Reflorestarmentes propõe a construção de um caminho de vida e reconstrução fundamentado no encontro entre os povos, cuidado com a terra e interação de saberes, resgatando cosmologias ancestrais. O objetivo é construir o bem-viver para todos, reflorestando mentes para curar a terra.

Ainda no corpo documental desta pesquisa, acrescento os relatórios de violência contra os povos indígenas divulgados anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O relatório é uma denúncia contra as situações de violências experienciadas por comunidades indígenas no Brasil, publicado desde o ano de 2003. Partindo da análise dos dados deste relatório, fica evidente que os anos de governo Bolsonaro marcam um dos períodos mais violentos, quando observamos as mortes de indígenas em território nacional.

Os dados disponibilizados na plataforma de estatísticas eleitorais pelo Tribunal Superior Eleitoral, juntamente com as ações do projeto Campanha Indígena, fornecem dados profícuos para analisarmos o crescente envolvimento das mulheres indígenas no âmbito político partidário nacional.

Esta dissertação se inicia com uma apresentação das interlocutoras desta pesquisa, e está dividida em duas partes, encerrando com as considerações finais. Iniciar com a apresentação das quatro mulheres indígenas é fundamental, pois busca conhecer um pouco da trajetória de cada uma e reconhecê-las, como solicita o movimento de mulheres indígenas na pauta contida no documento final da primeira Marcha das Mulheres Indígenas.

A parte I está focada em trajetórias e movimentos de mulheres indígenas junto ao movimento indígena brasileiro, e na construção da Marcha das Mulheres Indígenas. Dividida em dois subtítulos, sendo o primeiro ““Nada sobre nós, sem nós”: movimentos e articulações de mulheres indígenas no contexto brasileiro”, que traz um breve histórico do movimento indígena brasileiro, elencando a participação e o protagonismo de mulheres indígenas em sua construção. Este aponta os caminhos percorridos até a formação da grande articulação nacional de mulheres indígenas, a ANMIGA. O segundo subtítulo, ““Território, nosso corpo nosso

⁶ O projeto Reflorestarmentes, lançado na segunda edição da Marcha das Mulheres Indígenas, é plataforma reunindo diversas ações de coletivos indígenas para repensar a interação com o meio ambiente.

espírito’: a marcha das mulheres indígenas”, conta com meu testemunho acompanhando a terceira edição da Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, descrevendo parte da marcha para a reflexão sobre os frutos de suas articulações e, consequentemente, analisando as fontes produzidas por elas como documentos históricos importantes ao tema. Esta primeira parte é imprescindível para entendermos como se construiu um movimento de mulheres indígenas no Brasil, que é pensado, gerido e gestado por elas mesmas a partir de suas demandas específicas.

A parte II da dissertação é voltada para analisar as trajetórias político partidárias e acadêmicas das interlocutoras. Esta parte da dissertação é sujeita pela seguinte pauta levantada na primeira Marcha das Mulheres Indígenas:

Promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos. Não basta reconhecer nossas narrativas é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão. (Documento Final Da Primeira Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019. Online)

A pauta acima serve como ponto de partida para analisar quais mudanças e fissuras o crescente movimento de mulheres indígenas tem causado nas estruturas do fazer política e nas tomadas de decisão, inclusive no ambiente acadêmico, como na luta pela efetivação das ações afirmativas. A segunda parte é composta por dois subtítulos, sendo o primeiro “‘Aldear é ocupar com nossos corpos, mas trazendo a nossa forma de fazer política’: Mulheres Biomas na Política”, onde são analisados dados e desempenhos de candidaturas de mulheres indígenas, bem como os entraves e o cenário em que essas candidaturas aconteceram. Também avalio espaços em que essas mulheres estão presentes mais recentemente (eleitas ou não), a exemplo do Ministério dos Povos Indígenas. No subcapítulo seguinte, “Transformando nossos lutos em lutas”: Educação como ferramenta de empoderamento”, o foco está na apostila pela educação como forma de fortalecimento de suas lutas. Analiso, assim, as trajetórias das interlocutoras em suas formações acadêmicas e atuações profissionais.

A dissertação, como apontado anteriormente, parte da compreensão de que as mulheres indígenas são produtoras de conhecimento. Meu compromisso político em relação às pessoas desta pesquisa é ecoar e analisar suas vozes e ações neste trabalho acadêmico. Mulheres que produziram ferramentas que me permitiram a construção de uma pesquisa focada no respeito e constante diálogo com suas vidas e lutas, em busca de uma reflexão histórica sobre pessoas racializadas e invisibilizadas na historiografia, fortalecendo o movimento indígena, especificamente o das mulheres indígenas.

RECONHECENDO AS NARRADORAS: AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

A base desta dissertação é a interlocução com as mulheres indígenas que aceitaram partilhar comigo suas trajetórias, lutas e caminhadas. Minha aproximação com a temática se deu na produção do documentário “Conversa com Kerexu” e desde então venho construindo redes de interlocução com as mulheres desta pesquisa. Não consigo pensar em outra forma de iniciar este trabalho, a não ser a partir de suas próprias narrativas. Para isto vamos conhecer um pouco das trajetórias de Andenice Fiamoncini, Ingrid Sateré Mawé, Joziléia Kaingang e Kerexu Yxapyry.

Andenice Fiamoncini



Figura 1 Andenice Fiamoncini em entrevista ao autor - Acervo pessoal

Andenice é pertencente ao povo Xokleng, é mãe e atualmente reside em Ibirama, Santa Catarina. “Eu vivi até os quatorze anos na terra indígena, mas sou da etnia Xokleng. Os Xokleng vieram trazidos na época pelo antigo SPI. Então a minha família veio com esse grupo que foi trazido do Paraná.” (Andenice Fiamoncini, 2023) Formada em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau, atua também como assistente social no Hospital de Ibirama. Andenice relembra que quando ingressou na faculdade a representação indígena nos cursos de graduação era baixa. Ela observa que hoje os jovens que integram o grupo de estudantes indígenas estão mais articulados e engajados. “Quando eu estudei, quando eu fiz faculdade era eu, o Namblá e mais uma colega. A gente foi para faculdade. Éramos aqui da aldeia. E hoje vejo jovens muito articulados. Os jovens que estão estudando, por exemplo, na UFSC”. (Andenice Fiamoncini, 2023)

Conheci Andenice quando, em meados de 2020, estava elaborando meu trabalho de conclusão de curso⁷. À época ela gentilmente cedeu um relato online sobre sua experiência como primeira vereadora indígena eleita na cidade de Ibirama e, desde então, mantivemos contato. A pandemia de Covid-19 nos impossibilitou de realizar um encontro pessoalmente, mas, a promessa de uma nova parceria ficou firmada para um momento futuro. Três anos se passaram e finalmente fui ao encontro dela para realizar a entrevista, agora gravada como sonhamos, para a dissertação.

Andenice entrou para o cenário político partidário de fato no ano de 2020 quando foi convidada pelo prefeito da cidade de Ibirama a concorrer às eleições.

Eu nunca tinha sido filiada em nenhum partido. Política a gente faz todo dia, toda hora. Mas não tinha nenhum envolvimento em eleições, em pleitear um cargo. E quem veio me procurar foi o prefeito na época. Veio algumas vezes procurar, talvez viram em mim alguma liderança, enfim... E aí alguns dizem que era só para preencher vaga... Uns acreditavam em mim, uns não acreditavam. (Andenice Fiamoncini, 2023)

Andenice foi eleita a vereadora em 2020 pelo partido Movimento Democrático Brasileiro no município de Ibirama com 354 votos. Em sua trajetória ela encontrou entraves no início de sua candidatura, quando ela aponta que ao se cadastrar para efetivar a candidatura, mesmo preenchendo que era indígena e indicando sua etnia, o responsável pelo cadastro não

⁷ Eu iniciei minha graduação no curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC e em meados de 2019 opto por transferir minha matrícula para a Universidade Federal de Santa Catarina UFSC pois lá havia mais possibilidades de eu conseguir trabalhar já que o curso era no período matutino. O trabalho de conclusão de curso intitulado “Vozes de mulheres indígenas na política: o pleito de 2020 no contexto de Santa Catarina” foi orientado pelo professor Dr Sandor Fernando Bringmann e está disponível no repositório da biblioteca da UFSC podendo ser acessado pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/228843?show=full>

registrou a informação. “Eu entreguei para o partido e quando eles me devolveram para conferir, conferir se os seus dados estão corretos, eu olhei não estava indígena e quando eu preenchi eu lembro bem porque é algo automático para mim” (Andenice Fiamoncini, 2023 s.p) Posteriormente os dados de Andenice foram corrigidos. Andenice aponta que em seu primeiro ano de mandato, ao propor uma moção de aplauso aos povos indígenas, teve que lidar com divergências de um dos vereadores da câmara de Ibirama.

No primeiro ano da gestão, o dia dezenove de abril foi em uma segunda-feira, que é o dia da nossa sessão na câmara. Eu fiz uma moção de aplauso aos povos indígenas e causou bastante polêmica, especificamente de um colega. Eu sofri ataques. Ele foi contra! Disse que não, eles não tinham nada que ser lembrados, que que a homenagem deles já tava feita aqui no monumento na cidade e enfim, assim, uma falta de conhecimento. (Andenice Fiamoncini, 2023)

Este caso não é isolado, o mandato de Andenice ocorre em meio a um grande avanço nacional das narrativas contra os povos indígenas impulsionado pelas articulações da direita brasileira no poder. Mesmo não estando diretamente envolvida com a ANMIGA, Andenice observa que a articulação proporciona um grande apoio às candidaturas indígenas e que ter Sônia Guajajara como representante dos povos indígenas no ministério é fundamental.

Oito anos atrás jamais se imaginaria um ministério dos povos indígenas. Hoje a gente tem - comandado por mulheres, por mulheres indígenas. E por realmente os povos originários estarem sendo reconhecidos e tendo voz por eles mesmos. Porque sempre teve uma instituição falando por eles ou o SPI ou a FUNAI. Então acho que a Sônia que é mundialmente conhecida é uma peça fundamental para essa para esse incentivo, para esse espelho assim para a gente (Andenice Fiamoncini, 2023)

Andenice, sendo uma mulher indígena em contexto urbano, mesmo longe de seu território de origem, segue sua luta e figura como a primeira mulher indígena eleita em seu município. Ela aponta que lidar com essa tarefa não é algo fácil de se fazer, mas entende que sua permanência é de extrema importância e marca um período inovador na política partidária brasileira. A eleição de Andenice simboliza um marco na representatividade indígena, principalmente no Estado de Santa Catarina, berço da tese do Marco Temporal. Em um contexto onde as vozes indígenas são frequentemente silenciadas ou marginalizadas, sua eleição é uma resposta? a crase necessidade de mais representatividade nos ambientes públicos a fim de construir uma sociedade mais justa e democrática.

Ingrid Sateré Mawé



Figura 2 Ingrid Sateré Mawé fala no ATL Sul - Acervo Pessoal

Ingrid é pertencente ao povo Sateré Mawé do estado do Amazonas e atualmente reside em Florianópolis, Santa Catarina. Mãe, ativista, professora e mobilizadora social, já atuou como coordenadora do sindicato dos trabalhadores em educação de Santa Catarina. “Vim do Amazonas, e moro aqui em Florianópolis há 16 anos. Aqui eu tenho a minha família na qual eu sou mãe de 3 crianças, da Mariana, do Luiz Miguel e da Rosa.”. (Ingrid Sateré Mawé, 2023) Ingrid deu início ao seu engajamento político quando foi convidada a participar do sindicato dos professores do Estado de Santa Catarina. “O sindicato que eu representava a base era estadual, então já tinha esse diálogo estadual com a categoria de professores, que é a grande maioria dos trabalhadores do setor público em Santa Catarina. Então foi através da educação que eu comecei a entrar nos espaços políticos aqui no estado” (Ingrid Sateré Mawé, 2023) . Desde o convite, ela foi ampliando sua participação neste cenário das lutas sindicais em prol de melhorias de trabalho dos profissionais da educação.

Sua inserção no cenário político partidário tem início quando Ingrid se filia ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Sua atuação na militância foi fundamental para que seu destaque dentro do partido e o convite a candidatura no pleito de 2018.

Nesses partidos de extrema-esquerda a escolha dos candidatos, ela acontece de uma forma diferente, você não se coloca à disposição, simplesmente e vai ser candidato. Existe um processo no qual os militantes que mais se destacaram na luta que mais realmente é, foram combatentes, em um período, são convidados a representar o partido num período eleitoral. Então eu venho desse processo. Eu aceitei o desafio sem saber como seria, mas com comprometimento de um grupo. O partido que eu fazia parte tratou de entender que era uma candidatura que não era apenas de uma mulher, era de uma mulher indígena, mãe, mãe solo, que precisava de um suporte diferente, então essas foram as propostas que foram apresentadas, na qual eu me senti confiante para ir para esse processo eleitoral. (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

Ingrid figura como a primeira mulher indígena a concorrer a uma eleição para o cargo de governadora do estado de Santa Catarina. Sua candidatura no ano de 2018 obteve um total de nove mil novecentos e quarenta e quatro votos nominais, não sendo possível concorrer ao segundo turno das eleições. Sua participação nesta eleição acentuou seu compromisso com as comunidades indígenas do estado, pois Ingrid pode percorrer os territórios indígenas em Santa Catarina com suas propostas.

Além de todas as pautas que a gente estava apresentando para o programa de governo do estado, eu queria um material específico para povos indígenas. Então, em todos os lugares que eu tive a oportunidade de passar, eu visitei as comunidades indígenas. Em todas as escolhas que eu tinha de aparecer em horário nobre, por ser a candidatura majoritária, eu escolhi estar nas comunidades. Eu tinha plena consciência que era improvável, vencer, né? Porém, eu tinha um objetivo com aquela campanha, não só,

né? Fazer com que as pessoas me conhecessem, para que de fato, pudesse apresentar o meu trabalho, mas também fazer com que as comunidades indígenas saíssem da invisibilidade. E não faria sentido ser uma mulher indígena e não aproveitar esse momento para dar visibilidade às comunidades, às mulheres indígenas de Santa Catarina. Então pra mim, é o que torna a minha campanha vitoriosa o material específico, o diálogo dentro das comunidades, conhecer as lideranças, sendo uma mulher indígena do Amazonas em Santa Catarina, então esse para mim foi o brilho e o combustível e a vitória que fez eu querer continuar. (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

A candidatura de Ingrid foi um marco importante na história política catarinense, pois destacou a presença e a importância da voz dos povos indígenas nas esferas de poder. Por mais que pudesse escolher por onde caminhar com sua campanha, Ingrid relata que sofreu com ataques advindos dessa crescente onda da direita brasileira:

Nossa candidatura sofreu é com a questão de segurança. Eu tive que me mudar porque eu tinha dois vizinhos que eram declaradamente bolsonaristas e uma certa noite, próximo ao primeiro turno da eleição. A minha casa foi atacada. E como eu era uma mãe solo, né? Eu e minhas crianças a gente é optou em sair daquela região. (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

Ingrid utilizou sua campanha como uma plataforma para promover os direitos dos povos indígenas, abordar questões de sustentabilidade e a defesa do meio ambiente. Por circular entre os mais diversos locais, ela pode estreitar laços para a construção de novas inserções na vida política.

As pautas que eu luto hoje são em defesa dos direitos humanos, direitos da natureza, das mulheres especificamente mais voltada à questão das mulheres indígenas, ela me motiva a estar nesses espaços para que a gente possa ter mais força também. Enquanto a gente não consegue realmente de fato mudar essa sociedade que a gente tem hoje. (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

Ingrid é cofundadora da ANMIGA e atuou na estruturação do Ministério dos Povos Indígenas, sendo responsável por editar e organizar a pauta cultural. Segue atuante nas ações da ANMIGA e está atualmente movimentando redes de apoio para sua posse como vereadora por Florianópolis. Meu encontro com Ingrid veio através de conversas com organizadores do Acampamento Terra Livre Sul 2023, onde primeiramente conversamos via Instagram. Nos encontramos pessoalmente no primeiro dia do ATL, e desde então estamos em constante diálogo. Ingrid me apresentou às articuladoras da ANMIGA tanto no ATL Sul quanto na minha estadia em Brasília.

Ao longo desse caminhar, tive a oportunidade de dividir uma mesa em uma roda de conversa com ela na primeira Semana Acadêmica Negra e Indígena (SAGRAI), realizada entre os dias 26 e 29 de outubro de 2023 no Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa

Catarina UDESC. Na ocasião, fomos convidados para dialogar com alunos da graduação sobre formas outras de se pensar a educação brasileira e como nossas trajetórias de vida influenciaram na nossa formação como professores/educadores.

Joziléia Kaingang



Figura 3 Joziléia Kaingang durante a III Marcha das Mulheres Indígenas - Acervo Pessoal

Joziléia é pertencente ao povo Kaingang, é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e como ela aponta em sua tese, sua rede de partida é na terra indígena do Guarita em Tenente Portela, Rio Grande do Sul. Atuou como coordenadora pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica e também atuou na frente indígena e indigenista de prevenção e de combate ao coronavírus em terras indígenas do Sul do Brasil. Durante a minha graduação, pude acompanhar Joziléia em algumas palestras e rodas de conversa em que ela era convidada. Minha aproximação mais direta aconteceu durante o acompanhamento da III Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, em setembro de 2023.

A primeira entrevista com Joziléia, aconteceu durante a realização da marcha, onde ela conseguiu um curto espaço para me atender em meio a todas as movimentações que estavam acontecendo. Portanto, esta primeira entrevista é mais curta, pois sua agenda à época estava completamente voltada a sua participação na marcha. Para fins de apresentar o início de sua trajetória na academia, me apoio em outra entrevista cedida por ela no ano de 2019 à revista Roteiro⁸ e nas informações contidas em seu currículo na plataforma Lattes.

Sua atuação política vem desde seu envolvimento com movimentos estudantis quando cursou Geografia na Unochapecó. Joziléia atuou em várias instituições não governamentais como o Instituto Kaingang⁹ e o Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual¹⁰. Sua caminhada pelo chão da academia carrega a experiência de diversos indígenas e é partindo de suas articulações que a Universidade Federal de Santa Catarina insere os indígenas na política de ações afirmativas da instituição.

Resolvi fazer pós-graduação e comecei a pedir para as universidades federais acesso diferenciado a indígenas. Escrevi para várias universidades – inclusive para a UFSC; escrevi cartas para a reitoria, para os coordenadores de Programa da Antropologia Social – que era o que eu gostaria de cursar – pedindo essas vagas. Obteve resposta positiva aqui da Federal de Santa Catarina e da Federal de Pelotas, e então lançaram no edital daquele ano (2013) essa vaga de acesso para indígenas e negros. Ingressei aqui na UFSC; fiz o mestrado. Quando encerrei o mestrado, em fevereiro de 2016, recebi o convite para trabalhar aqui na Coordenação Pedagógica da Licenciatura Indígena. (Paim; Pereira, 2019, p.2)

⁸ A revista Roteiro faz parte do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁹ O Instituto Kaingang - INKA é uma organização indígena localizada na Terra Indígena Serrinha, no estado do Rio Grande do Sul. Foi fundado em 2002 com a principal missão de fortalecer e valorizar a cultura Kaingang. O INKA possui uma gestão formada exclusivamente por mulheres. Mais informações sobre o INKA no link: <https://institutokaingang.org.br/>

¹⁰ O Instituto Indígena Brasileiro Para Propriedade Intelectual, INBRAPI tem como visão promover a articulação de povos indígenas brasileiros visando a proteção dos conhecimentos tradicionais e a perpetuação de suas culturas.

Sua iniciação no campo político partidário se dá também entre os anos de 2018 e 2020 quando acontece um movimento por mais candidaturas indígenas impulsionado pela pré-candidatura de Sonia Guajajara como Vice presidente na Chapa Boulos/Sonia pelo PSOL. À época Sônia faz um chamado aos seus parentes e parentas informando a importância de mais representatividade de indígenas nos locais de tomadas de decisão. Como conta Joziléia, a candidatura de Sônia “foi muito importante porque isso fez com que várias outras mulheres, quisessem também se candidatar, tivessem esse incentivo.” (Joziléia Kaingang, 2023). Essas mulheres indígenas que se sentiram motivadas a compor este cenário se articularam e fizeram com que a representatividade feminina indígena nas eleições seguintes tivesse um aumento significativo¹¹. “As mulheres indígenas estiveram fora desse lugar de candidatas, fora desse lugar de construção política partidária. Quando a gente entendeu a importância da política partidária pra garantia dos direitos indígenas, nós entendemos que nós precisamos fazer parte desse processo e atuar dentro desse lugar.” (Joziléia Kaingang, 2023)

A experiência na política partidária de Joziléia tem início em 2020 quando é convidada a participar da coletiva Bem Viver Floripa¹². Sua participação nesta candidatura coletiva pensava pautas não somente voltadas para sua experiência como uma mulher indígena, mas que abrangiam outras áreas da sociedade.

Nós éramos cinco mulheres. Eram duas mulheres negras, duas mulheres dos movimentos sociais e eu mulher indígena compondo a coletiva Bem Viver Floripa. E a gente se candidatou numa expectativa também de que a gente pudesse alcançar esse lugar dentro da Câmara de Vereadores de Florianópolis pra gente poder ter aí, uma construção mesmo de política social para as mulheres indígenas, para as pessoas indígenas, pra população negra, pra conversar com as periferias, enfim, foi uma candidatura que teve muito engajamento, né? Engajamento social muito importante que a gente compreendeu, sim, que a gente tinha esse lugar bem especial de candidaturas coletivas. (Joziléia Kaingang, 2023)

A Coletiva Bem Viver concorreu ao cargo de vereadora do Município de Florianópolis pelo Partido Socialismo e Liberdade, sendo eleita com um total de mil seiscentos e sessenta votos nominais. Joziléia manteve seu mandato na coletiva até o ano de 2022, quando elas decidem desvincular a forma coletiva de mandato. Como à época não existia uma regulamentação específica para este tipo de candidaturas, o cargo passou para a membra que

¹¹ Em meu Trabalho de Conclusão de curso, abordo as eleições do ano de 2020 onde em alguns estados brasileiros o número de mulheres indígenas candidatas ultrapassam o número de candidaturas masculinas.

¹² O formato de mandatos coletivos ainda não é regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral e a candidatura deve ser obrigatoriamente vinculada ao CPF de uma das partes envolvidas no coletivo, sendo esta pessoa a responsável legal e juridicamente pelo mandato.

tinha seu CPF vinculado à candidatura. “Não foi uma decisão fácil, mas eu acho que foi importante porque isso reverberou em outros apoios.” (Joziléia Kaingang, 2023)

Suas redes a levaram a compor o grupo de mulheres indígenas fundadoras da ANMIGA. Assim como Kerexu, Joziléia foi convocada a fazer parte do Ministério dos Povos Indígenas, onde iniciou sua atuação como chefe de gabinete e atualmente está como secretária substituta¹³ na secretaria de articulação e promoção dos direitos indígenas.

E o Ministério dos Povos Indígenas tá se construindo, né? Uma construção que nós temos feito com os seis biomas brasileiros, então tem mulheres indígenas de todos os biomas, tem homens indígenas de todos os biomas, nós com cinquenta e sete mulheres hoje no quadro do ministério. Então, também é um ministério super significativo, porque tem uma ministra mulher, tem as três secretárias de estado que são mulheres. (Joziléia Kaingang, 2023)

Ela entende que a construção coletiva do ministério é o que o faz tão único. Sua participação na ANMIGA ainda se insere, de certa forma, no campo da política partidária, pois a articulação conseguiu eleger duas grandes representantes nas eleições de 2023.

A própria ANMIGA fez uma articulação no ano de dois mil e vinte e dois pra que as mulheres fossem candidatas nos seus estados. Então nós tivemos várias mulheres com candidaturas em dois mil e vinte e dois pra deputadas estaduais e pra deputadas federais. Tivemos a felicidade de eleger duas mulheres indígenas pro Congresso Nacional que é a Sônia Guajajara e a Célia Xakriabá, duas mulheres que se elegeram com mais de cem mil votos e a Sônia Guajajara então vem agora pro Poder Executivo, fortalecendo a bancada do Cocar que foi essa bancada que foi trazida pela ANMIGA. E que a ANMIGA colocou essas candidaturas na rua e teve essa felicidade de hoje estar tanto no poder legislativo quanto no executivo com duas mulheres indígenas construindo políticas e garantindo direitos (Joziléia Kaingang, 2023)

A fala de Joziléia é marcada pela coletividade, via ANMIGA, as guerreiras responsáveis pela criação da articulação levaram seus cocares ao congresso. A bancada do cocar é o início de uma nova forma de representatividade dentro das instâncias do poder. Suas representantes caminham juntas para garantir que suas pautas sejam ouvidas e que seus direitos sejam assegurados.

¹³ Joziléia estava substituindo Juma Xipaia, enquanto ela estava de licença maternidade.

Kerexu Yxapyry



Figura 4 Kerexu Yxapyry fala no ATL Sul - Acervo pessoal

Kerexu Yxapyry pertence ao povo Guarani Mbya, é a primeira cacica reconhecida em território nacional e liderança da Terra Indígena do Morro dos Cavalos localizada no município de Palhoça, Estado de Santa Catarina. Formada pela Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC), seus projetos foram voltados à gestão ambiental, recuperação de mata nativa e proteção de seu território. Minha proximidade com Kerexu vem desde a graduação, onde pude realizar a produção do minidocumentário “Conversa com Kerexu”, disponível online¹⁴. À época, a líder indígena ainda não tinha adentrado no cenário político partidário e pudemos dialogar bastante sobre sua trajetória acadêmica e suas lutas para a defesa e proteção de seu território.

Muitas atividades que eu tinha que fazer como trabalho [avaliações das disciplinas], eu tinha que fazer na comunidade. Então uma das coisas fantásticas para mim foi fazer recuperação de área. A gente que vive dentro da aldeia, a gente vive oprimido por esse sistema de fora e às vezes a gente é oprimido porque desconhecemos muitas coisas, muitas leis que são feitas né para que as pessoas cumpram. Às vezes são leis distorcidas que são colocadas para nós indígenas seguirmos. Uma das ações foi fazer a retirada dos Pinos de dentro da aldeia que são árvores exóticas e fazer a recuperação da área. Fazer ela se recuperar com as plantas nativas da Mata Atlântica (Azara, 2018)

Suas articulações políticas tomaram força quando Kerexu observou que precisava caminhar pelo campo das leis e circular entre os não indígenas para que suas demandas fossem ouvidas. Mesmo tendo uma formação, uma orientação realizada pela universidade e um projeto em mãos, sua atuação profissional foi questionada e denunciada quando, à época, tentou dar continuidade ao projeto de revitalização de mata dentro de seu território.

Quando a gente foi fazer a retirada dos pinus da área eu fui denunciada três vezes para o IBAMA, porque eu estava desmatando. Então eu tive que apresentar o projeto de trabalho da universidade para o pessoal do IBAMA e dizer para o pessoal do IBAMA sabendo que isso devia ser feito dessa forma. Mas tinha que apresentar o trabalho científico da academia e dizer: olha, a gente tá fazendo um trabalho acadêmico pelo meio ambiente e isso aqui não tá na mata, não é mata nativa. Então eu pude ver dessa experiência foi que a partir do trabalho científico da academia serviu também para mostrar para as pessoas de fora que eles não cumprem as próprias leis que são escritas por eles. (Azara, 2018)

Kerexu aponta que teve não apenas seus ensinamentos e conhecimentos ancestrais invalidados, mas também os conhecimentos adquiridos na universidade foram questionados e inclusive denunciados. Sua ação no referido projeto é uma soma dos saberes passados pelos seus antepassados e os saberes adquiridos na academia. A sua existência é perpassada

¹⁴ O minidocumentário Conversa com Kerexu está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JphT4-QAqwM&t=2s&pp=ygUTY29udmVyc2EgY29tIGtlcmV4dQ%3D%3D>

diariamente pelo enfrentamento a violência de gênero por ser mulher, o racismo por ser indígena e a tentativa de epistemicídio por ser uma intelectual mulher/indígena que carrega consigo a união desses dois saberes, ancestral e acadêmico. De acordo com Katherine Walsh (2009), a colonialidade da natureza se mostra quando o poder da modernidade categoriza as relações com a natureza como primitivas, portanto não modernas. Segundo Walsh, “assim pretende anular as cosmovisões, filosofias, religiosidades, princípios, e sistemas de vida, ou seja, a continuidade civilizatória das comunidades indígenas e as da diáspora africana” (Walsh, 2009, p. 15). Essa anulação mencionada por Walsh serve de base para que os conhecimentos ancestrais na lida com seu próprio território sejam inválidos e constantemente questionados.

É contraditório, quando eu fui tirar os pinus da terra indígena, por exemplo, fui denunciada por desmatamento. A gente vê quantas invasões e desmatamento. O pessoal entra tratorando tudo, destruindo, mudando tudo, tirando as montanhas e planando tudo e não tem ninguém é punido por isso. E aí eu para tirar os pinus fui denunciada. Então para mim foi naquele momento que eu disse: como é legal fazer uma faculdade e dizer para o branco dessas instituições que isso é para ele seguir e que ele está fazendo totalmente o contrário. (Azara, 2018)

É partindo do lugar de estar à frente dessas e outras tantas denúncias que Kerexu decide atuar politicamente no campo partidário. Sua inserção no jogo político partidário se dá a partir do momento em que houve uma campanha para que mais indígenas se candidatassem a cargos políticos. A necessidade de representação de indígenas em cargos políticos era urgente¹⁵. Sua primeira candidatura ocorreu no ano de 2018, quando concorreu para deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), obtendo um total de quatro mil seiscentos e setenta e seis votos, não sendo suficiente para ser eleita. Suas propostas de campanha não se voltavam apenas à comunidade indígena. Ela aponta que foi necessário o diálogo com a comunidade não indígena para que ela pudesse dar continuidade ao projeto de sua candidatura.

Quando eu já estava candidata, já tinha lançado a minha pré-candidatura que caiu a ficha pra mim, de pensar que eu preciso de voto de pessoas que não são indígenas, pessoas que são contrárias ao que eu vou falar. O que eu vou apresentar de propostas se a gente é atacado? Sofre todas essas violências por ser indígena? E aí eu me coloco num lugar como povo Guarani mesmo. Falar sobre o Teko Porã que é o bem-viver e aí eu trago a proposta da transformação pelo bem viver. Então eu venho com essa proposta que daí dentro dessa proposta da transformação pelo bem viver é o bem-estar dos seres. (Kerexu Yxapyry, 2023)

¹⁵ O ano de 2018 é marcado pelo avanço da propaganda política da direita brasileira responsável por difundir mentiras por meio das redes sociais. Em campanha, o então candidato a presidência Jair Bolsonaro já vinha realizando ataques contundentes aos povos indígenas, principalmente no que se refere as demarcações de terra.

Foi trazendo a ideia do Teko Porã, ou o Bem Viver, que Kerexu caminhou com sua candidatura buscando expor seus conhecimentos à sociedade. O bem viver é um projeto onde todos se beneficiam. A cura da terra vem da sua proteção e restauração, seu compromisso é com a proteção do território. A segunda tentativa de adentrar no cenário político partidário ocorreu em 2022. Kerexu consegue ecoar sua campanha e seus ideais e, mesmo obtendo um número expressivo de votos não consegue novamente ser eleita. Neste pleito a líder indígena consegue ecoar sua campanha e seus ideais. Kerexu obteve um total de trinta e cinco mil duzentos e quinze votos nominais, um número expressivo, mas que infelizmente não foi suficiente para sua eleição. Após estas tentativas, Kerexu seguiu atuando politicamente em seu território e suas conexões a levaram a compor a rede de mulheres indígenas responsável por gestar e criar a Articulação das Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, como veremos mais adiante. Atualmente, Kerexu fez parte do Ministério dos Povos Indígenas, ocupando o cargo de secretária da pasta de direitos territoriais.

Mas pra mim assim foi uma surpresa, eu estar hoje aqui dentro do ministério. Porque eu sempre fui liderança sempre gostei da liberdade, de chegar, de fazer a cobrança de fazer as ações, mas dentro da bancada do cocar, dentro da ANMIGA é que nós viemos pensando a proposta. A ministra Sônia, se tornou ministra a partir do convite do presidente Lula e logo em seguida ela me convida pra participar para ser secretária de direitos territoriais. Pra falar justamente dessa questão dos direitos territoriais que é a questão da demarcação e a questão da proteção dos territórios. Eu fiquei surpresa ao mesmo tempo, mas era algo que que eu não pensei pra mim, eu pensei pros povos, pros povos indígenas. Aceitei o desafio, conversei com a minha comunidade, com a minha família e aceitei o desafio de vim pra cá. (Kerexu, 2023)

Kerexu aceita o convite sempre pautando sua participação na coletividade, na proteção dos territórios e na tentativa de assegurar os direitos voltados à demarcação das terras indígenas. As redes de mulheres indígenas constroem coletivamente as suas articulações e seus movimentos. E é partindo desta coletividade que Kerexu, Ingrid e Joziléia fizeram parte de pensar o Ministério dos Povos Indígenas, ambas são co-fundadoras da ANMIGA e sonharam um ministério que demarca a força dessas lutas.

PARTE I

“NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”: MOVIMENTOS E ARTICULAÇÕES DE MULHERES INDÍGENAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Somos mulheres mobilizadas, politizadas, trazendo os nossos saberes e vozes ancestrais. Somos a continuação de muitas lutas, pela defesa dos direitos dos Povos Indígenas, das indígenas mulheres, dos direitos ambientais e dos direitos humanos: somos a luta pela vida. (Carta Das Primeiras Brasileiras, 2022. Online)

O movimento indígena brasileiro unificado e organizado data dos anos de 1970, de acordo com Antonio Brighenti (2015) e Daniel Munduruku (2012). Munduruku, em seu trabalho “O caráter educacional do movimento indígena”, aponta que no começo desta organização, as comunidades indígenas viram a necessidade de se voltar o olhar para uma causa em comum: “a causa indígena”. Para tal, Munduruku aponta que foi necessário se apropriar e ressignificar o termo “índio” e usá-lo a favor de suas próprias causas. Era necessário que se criasse uma organização específica para elencar as lutas de diferentes povos e regiões por esta única causa.

Era a primeira vez que os povos indígenas podiam propor uma verdadeira política que tinha uma identidade própria, fazendo, inclusive, frente ao pensamento indigenista que predominava à época e que era baseado na incorporação do índio à sociedade nacional através das fontes de trabalho. Dentro dessa visão, os índios eram considerados um estorvo para o desenvolvimento do país, que viviam o boom dos projetos de colonização na região norte. (Munduruku, 2012 P 46)

Ainda de acordo com Munduruku (2012), foi a partir do surgimento das assembleias indígenas nos anos de 1970 que as lideranças indígenas começaram a perceber um inimigo em comum e a entender uma “realidade nacional”. A necessidade de se organizar veio da urgência em lutar contra a violência em meio a uma ideia de nação organizada que visava acabar com as comunidades originárias.

E tudo começou em meados da década de 1970, quando as lideranças indígenas ultrapassaram as esferas de suas próprias comunidades originárias. Até então, essas comunidades estavam voltadas muito mais para suas próprias necessidades e dificuldades de sobrevivência. Para isso procuravam resolver suas demandas em nível local, sem se envolverem com os problemas e dificuldades dos povos que estavam além de suas fronteiras (Munduruku, 2012, P. 51)

Precisamos, a partir daqui compreender como e onde começam os movimentos organizados de indígenas no Brasil em prol de seus direitos e quais foram as demandas que mulheres e homens indígenas trouxeram para se organizarem em uma luta única. Para tal,

proponho um breve histórico visando a criação do Serviço de Proteção ao Índio (posterior FUNAI) e do regime tutelar instaurado na época, e vigente até a Constituição de 1988. Com isto, compreender os confrontos dos indígenas contra esta política indigenista assimilação e, quando possível, analisar o impacto direto dela especificamente nas mulheres indígenas.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi criado durante o governo do presidente Nilo Peçanha no ano de 1910. O decreto Nº 8.072, de 20 de junho de 1910 segue assinado pelo então presidente e seu ministro da agricultura Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. Ao observarmos o teor deste decreto é visível a intencionalidade e a mentalidade da época em relação aos povos originários. O primeiro artigo versa sobre a proteção dos índios e traz em seu primeiro item que o SPILTN tem a finalidade de “Prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribus, em estado nômade ou **promiscuamente com civilizados**”. Em seu segundo artigo o decreto propõe itens relacionados à assistência aos indígenas: “3º Pôr em prática os meios mais eficazes para evitar que os **civilizados** invadam terras dos índios e reciprocamente”. É notável o teor assimilação e a dicotomia índio x civilizado no decorrer do decreto.

O SPILTN passa a ser denominado SPI a partir da publicação da lei Nº 3.454 no ano de 1918 onde em seu artigo 118 são excluídas as palavras “Localização de Trabalhadores Nacionais”. De acordo com Munduruku (2005), a criação do órgão representa um marco para a trajetória da luta indígena institucionalizada, criando políticas governamentais. O autor aponta o avanço nas questões relacionadas à abrangência das leis, mas também observa o teor assimilação do órgão.

A despeito dos problemas que se verificaram no SPI, ao longo de sua existência, sua criação significou um marco na política indigenista brasileira, pois inaugurou uma política governamental sobre o tema, institucionalizada, abrangente e com força da lei. Dentre as diretrizes que norteavam a atuação do SPI, destacam-se o respeito aos povos indígenas, aos seus direitos de identidade e diversidade cultural. Com relação a estas últimas, acreditava-se que poderiam com o passar do tempo ser mudadas para inseri-los na comunhão nacional. (Munduruku, 2012. p.33)

Ao longo dos seus quase sessenta anos de existência, o SPI coleciona várias denúncias a respeito de sua atuação. Essas denúncias aparecem nos escritos de Brightenti (2015), Machado et al. (2019) Munduruku (2012), dentre outros, apontando crimes de tortura, estupro, fome, exploração ilegal dos recursos das terras indígenas, dentre outras violências.

As ações do SPI, no entanto, foram marcadas por contradições ao seu objetivo inicial. Em 1950, as inúmeras denúncias contra o Serviço de Proteção aos Índios por irregularidades na administração das terras indígenas, venda ilegal de madeira e constantes massacres começaram a obter repercussão no país, motivando a abertura de vários inquéritos administrativos entre as décadas de 1950 e 1960. (Machado et al. 2019 n.p)

De acordo com Brighenti (2015), o órgão passou por duas Comissões Parlamentares de Inquéritos entre os anos de 1963 e 1968 sendo também investigado pelo procurador federal Jader Figueiredo Correia, procurador do que ficou conhecido como Relatório Figueiredo. “O relatório produzido pelo procurador Figueiredo, com mais de cinco mil páginas, confirmou as denúncias que estavam sendo veiculadas e identificou mais uma série de irregularidades cometidas pelos funcionários do órgão.” (Brighenti, 2015, p.154) Sobre essas denúncias, Machado et al. (2019) apontam que as mulheres sofreram violências direcionadas ao seu gênero. As autoras apresentam uma série de denúncias que demonstram que as agressões sofridas pelas mulheres indígenas:

[...] as práticas de violência institucionalizadas pelo SPI contra os povos indígenas não excluíam suas mulheres. Sobre estas recaíam ainda outras agressões, relacionadas a seu corpo, sua sexualidade e como a sociedade “branca” patriarcal forjava sua imagem e silenciava sua identidade. (Machado et al 2019 n.p)

As autoras listam diversos casos de violências sofridas por mulheres indígenas extraídas do Relatório Figueiredo. Casos de estupro de jovens indígenas, assassinatos, desaparecimentos e espancamentos se mostram frequentes envolvendo funcionários do SPI. “Os crimes de estupro e rapto eram frequentes contra as mulheres indígenas, que também não escapavam das seções de espancamento e tortura, como documentado em 20 de janeiro de 1967, no Relatório da Delegacia Regional de Pernambuco que narra o espancamento de indígenas por parte de policias em Petrolândia.” (Machado et al 2019 n.p). O SPI se manteve ativo até o ano de 1967, quando foi extinto em meio a tantas denúncias dando lugar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A FUNAI foi criada com a publicação da LEI Nº5.371 de 5 de dezembro de 1967 durante o governo militar de Artur Costa e Silva. O texto da lei estabelece objetivos da política indigenista e enfatiza, dentre vários itens, o respeito às comunidades indígenas, a garantia da posse de terras, a prestação de assistência médica. O texto da referida lei discorre também sobre o regime tutelar: “Parágrafo único. A fundação exercerá os poderes e representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação

civil com ou em leis especiais”. Assim como no texto de criação do SPI, a criação da FUNAI também carrega em sua fundação o caráter assimilacionista.

Com a extinção do SPI, a missão da Fundação Nacional do Índio (Funai) era a integração indígena na sociedade nacional, numa tentativa explícita de torná-los trabalhadores rurais. Vê-se, nesse momento, a máxima de que os indígenas precisavam evoluir até serem integrados, reiterando a visão positivista e eurocêntrica de progresso com os moldes desenvolvimentistas, urbanos, agrícolas e masculinos. A estratégia política imbricada nessa estrutura que surgia em período ditatorial era a tutela, isto é, os índios eram tidos legalmente como relativamente incapazes e, portanto, precisavam de um órgão que pudesse tomar as decisões sobre o seu presente e futuro por eles. (Machado et al. 2019 n.p)

A lógica assimilacionista presente no regime tutelar tinha caráter “emancipatório”, visando a integração do indígena na sociedade, com a intenção de afastá-los do direito à posse de suas terras. De acordo com Gersem Baniwa (2006), o regime tutelar teria como pano de fundo o interesse das elites nas terras indígenas.

Pela lógica da tutela, os índios são aqueles que precisam de um tutor (o Estado) para protegê-los e representá-los em seus direitos e interesses. Por isso, os que falam a língua portuguesa (e não mais a língua indígena), que vivem com padrões semelhantes aos camponeses ou urbanos, que apresentam características físicas próximas aos não-índios não seriam mais índios, portanto, sem direito à terra ou a outros benefícios destinados aos povos indígenas. Tais critérios têm sido utilizados atualmente pela FUNAI para não reconhecer os povos indígenas emergentes e, consequentemente, os seus direitos territoriais. Na prática, os tais critérios são apenas instrumentos para esconder as verdadeiras razões de negação dos direitos, que são os interesses das elites políticas e econômicas do país nos recursos naturais existentes nas terras indígenas. (Luciano, 2006, p. 114)

O regime tutelar, segundo Brighenti (2015), foi responsável por criar as reservas indígenas e por meio destas isolar estes indivíduos, proibindo-os de se manifestarem e expressarem. Mesmo em meio a ação do regime, começa a nascer o que podemos apontar como o esboço do movimento indígena da forma como conhecemos hoje. Ele começa a ser desenhado a partir de diversas articulações de indígenas. Destacarei a seguir a criação de duas organizações importantes para a consolidação do movimento indígena atual, são elas: o Conselho Indigenista Missionário e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Cada uma dessas articulações serve de base, em tempos históricos diferentes, para podermos observar uma organização atual onde mulheres indígenas se articulam em associações específicas para, no ano de 2021, criar a Articulação das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, a significativa ANMIGA.

O Conselho Indigenista Missionário – CIMI nasce no ano de 1972 no contexto da ditadura militar, partindo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A principal ideia do

CIMI era denunciar as intercorrências que estavam acontecendo com as populações originárias no auge do poder tutelar. De acordo com o site do Conselho, o mesmo se organiza pautado por três princípios fundamentais, são eles: 1 – Respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica, valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas; 2 – Protagonismo dos povos indígenas, sendo o CIMI um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos; 3 – A opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica, e pluricultural. Daniel Munduruku sobre o papel do CIMI aponta que

[...] o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passou a atuar como idealizador e realizador de assembleias de chefes indígenas. Nas elas eram reunidas lideranças de diferentes regiões do país, chegando a mobilizar os mais de 200 povos indígenas. A principal pauta naquelas discussões eram as questões voltadas para a defesa do território indígenas, sempre considerado o mais importante instrumento para a manutenção da cultura tradicional. No entanto, era propósito do CIMI que os indígenas presentes também tomassem consciência de seu papel histórico na transformação da sociedade. (Munduruku, 2012, p. 52)

É a partir dessas assembleias que os chefes das aldeias começam a discutir as pautas importantes para o início de um movimento indígena organizado em torno de uma luta específica. De acordo com Brighenti (2015), o primeiro grande encontro dessas lideranças acontece no ano de 1974 em Diamantino-MT. O autor aponta que essa primeira assembleia “[...] marcou uma nova forma de pensar a alça indigenista no Brasil, podendo ser considerado também um marco da presença indígena a vida política do país” (Brighenti, 2015, p. 153) Importante apontar que o protagonismo destas ações está centrado nas atuações desses chefes indígenas dentro dessas assembleias. Em sua maioria, as assembleias eram presididas por homens, cabendo às mulheres indígenas se ocupar com tarefas no âmbito doméstico, como explica Maria Ortolan Matos:

Nos primeiros momentos de articulação do movimento indígena, as mulheres acompanhavam os homens (seus pais, maridos ou filhos) em encontros e assembleias, mas sem muito se exporem publicamente na condução das discussões e deliberações coletivas. Na grande maioria das vezes, o espaço público das plenárias era ocupado por falas masculinas, com os homens assumindo para si o papel de líderes e dirigentes do movimento indígena. As mulheres, por sua vez, desempenhavam nessas reuniões ampliadas o papel de articulação na esfera doméstica, participando de conversas paralelas e, aparentemente, secundárias às atividades discursivas masculinas. (Matos, 2012 p.148)

Essa atuação nos bastidores do movimento indígena proferiu às mulheres indígenas a possibilidade de ampliar suas redes e se conectar com outras mulheres, como aponta a autora.

Mesmo atuando fora dos cenários centrais, cuidando da cozinha e de outras atividades domésticas, elas tiveram oportunidade de circular nos ambientes coletivos dos encontros e vivenciar experiências intergrupais e pluriétnicas, o que lhes permitiu ampliar suas perspectivas sociais e políticas de participação tanto na aldeia como no campo do indigenismo (Matos, 2012 p.148)

Essas conexões representam o espaço onde essas mulheres puderam começar a pensar suas articulações. Esses espaços foram de suma importância, Joziléia Kaingang (2023) aponta que nesse espaço a luta de mulheres indígenas começou a se movimentar. É dentro desses espaços que as conexões das redes de mulheres indígenas acontecem: “E isto ocorre desde as suas cozinhas, ou das cozinhas do movimento. Como bem traduz Elisa Pankararu, na cozinha também se faz movimento, se articula e se decide.” (Schild, 2023 p. 147) Justifico o uso da palavra bastidor não como definição de uma articulação por trás ou oculta, mas um bastidor como o acessório utilizado na produção de bordados ou pinturas, como algo que sustente e faça parte da construção e do processo que leva aos trabalhos finais.

Ao longo de dez anos, segundo o Clóvis Brighenti, foram registradas 57 assembleias que ocorreram em diferentes regiões brasileiras. “Concomitantemente às assembleias nacionais, foram acontecendo encontros regionais, e em 1978 o movimento indígena iniciou mobilizações nacionais, dentro da estratégia de intervenção nas políticas públicas” (Brighenti, 2015. P. 157). O movimento indígena se consolida partindo das discussões dessas movimentações, e segundo Gersem Baniwa (2014), é a partir então da consciência de uma luta em comum que nasce o movimento indígena brasileiro.

Essa consciência de luta articulada nasceu de forma muito simples, a partir de reuniões e encontros de comunidades e povos, patrocinados de início, por entidades de apoio à causa indígena, particularmente, de entidades da igreja e de alguns setores universitários. Os encontros propiciaram às diferentes comunidades indígenas perceberem que havia muitas outras comunidades e muitos outros parentes espalhados pelo Brasil afora, que enfrentavam problemas semelhantes e que juntos poderiam ganhar força para buscar soluções conjuntas. Assim nasceu o movimento indígena brasileiro contemporâneo. (Baniwa, 2014 p. 129)

Movimentando-se junto ao crescimento do movimento indígena, mulheres indígenas vão ampliando suas atuações nesses diferentes espaços políticos. Suas articulações, que começaram a tomar forma nos bastidores do movimento indígena, vão desde suas atuações dentro dos territórios para garantia de acesso à saúde, educação e proteção de seus corpos-territórios. São movimentos que caminham ao lado do movimento indígena brasileiro, mas trazem especificidades pautadas por suas vivências. “Na trajetória histórica do movimento

indígena no Brasil, as mulheres indígenas criaram, no início de sua participação, associações com o intuito de fortalecer as reivindicações e ações do movimento ampliado, cuja coordenação se concentrava nas mãos das lideranças masculinas.” (Matos, 2012 p. 148)

Essas associações marcam a criação de um movimento de mulheres indígenas institucionalizado. Essa institucionalização começa a ganhar corpo a partir dos anos 80. De acordo com Dutra e Mayorga (2019), são criadas nos anos oitenta, no Estado do Amazonas, a Associação das Mulheres Indígenas do Alto do Rio Negro, AMARN e a Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rio Uapés e Tiguié, AMIRUT. Ambas formadas, fomentadas e organizadas por mulheres indígenas em seus respectivos territórios. A AMARN, citada por Joziléia, e a AMIRUT são apontadas por Dutra e Mayorga (2019) como as pioneiras quando falamos de associações e articulações criadas e voltadas para as pautas das mulheres indígenas no Brasil. Joziléia aponta que as mulheres indígenas vêm desde sempre atuando em diferentes âmbitos para o desenvolvimento de suas lutas.

As mulheres indígenas sempre estiveram presentes nos movimentos: seja em movimentos mais locais no chão do território ou a nível nacional. Parteiras, remedeiras, pajés, lideranças e cacicas, elas são a raiz do Brasil, do útero da Terra e de suas ancestrais. Desde a década de 80 até hoje, as mulheres indígenas estão na linha de frente da luta pelos direitos de seus povos (Schild, 2023 p.143)

Essas organizações apostam na formação e emancipação de mulheres indígenas para o enfrentamento da violência colonial imposta ainda na atualidade. Estão caminhando para um importante aumento de representatividade nos cenários políticos (incluindo o partidário) e nas lideranças em territórios indígenas. Esse movimento de emancipação traz consigo o intuito de fortalecer lideranças para que elas possam se utilizar desses espaços para garantir direitos coletivos, afinal, “a presença de indígenas mulheres nas lutas por tantas retomadas, seja dos territórios ou dos seus corpos, seja de suas línguas ou de suas tradições, não movimentou apenas uma mulher individualmente, mas sim corpos coletivos.” (Schild, 2023, p. 147).

Em termos gerais, a grande conquista da atuação do movimento indígena nos anos 1980 foi a inclusão dos artigos 231 e 232 na Constituição Federal: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (Brasil, 1988, Art. 231) “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o

Ministério Público em todos os atos do processo.” (Brasil, 1988, Art. 232) De acordo com Daniel Munduruku:

A nova Constituição Federal do Brasil, prezados parentes, inaugurou concepção de política indigenista. E para que isso acontecesse foi decisiva a participação das organizações sociais indígenas ou não, o que pôs fim a uma abordagem eurocêntrica da temática dos povos indígenas, por sua vez, caracterizada pela concepção de que se que se tratava de culturas inferiores, que desapareceriam em contato com a suposta superioridade da sociedade civil de matriz europeia. (Munduruku, 2012 p. 36)

Da promulgação da constituição até os tempos atuais, todos os presidentes da república homologaram¹⁶ terras indígenas em seus mandatos, com exceção do período entre os anos de 2016 e 2023, governos Temer e Bolsonaro. As inúmeras retomadas e as pautas em comum mostram que os movimentos indígenas estão causando coletivamente fissuras necessárias nas bases das estruturas de poder. Na luta pela defesa e recuperação de seu território, destaco a atuação em Santa Catarina da guerreira Kaingang Fen’Nó. Ela foi fundamental na luta pela recuperação da terra indígena do Toldo Chimbangue. Sua trajetória foi retratada por Adiles Savoldi em seu trabalho apresentado no 13º Fazendo o Gênero “A força de Fen’nó: uma dádiva aos Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbangue”. Conforme a autora, ela acompanhou uma grande comissão de lideranças que se direcionaram à Brasília no ano de 1985 em busca de recuperar seu território.

Durante três meses participou de inúmeras reuniões com ministros e assessores. Embora não soubesse ler e nem escrever, acompanhou atentamente as negociações. Seus comentários eram relatados como seguros e assertivos, como podem ser assistidos no Filme de Penna Filho. “Eu fiquei uma semana dormindo dentro do prédio da Funai (Fundação Nacional do Índio), e falei: daqui eu não saio. A gente estava sofrendo com a fome”. Fen’Nó estampou inúmeras matérias jornalísticas ao afirmar que só sairia com a garantia do reconhecimento da Terra do Chimbangue. (Savoldi, 2017 p.9)

Resiliente, a atuação de Fen’nó foi de suma importância para que o território localizado no Oeste de Santa Catarina fosse demarcado. A força de sua voz foi ecoada no documentário “Fendó - Tributo a uma guerreira” de Penna Filho: “Iremos demarcar nossas terras com as

¹⁶ À frente da homologação de seu território, Kerexu Yxapypy e sua comunidade localizada na Terra Indígena Morro dos Cavalos aguardam a homologação desde a demarcação física oficializada pela FUNAI em 2011. Assim como tantos outros povos indígenas.

próprias mãos, se até o dia 14 deste mês o governo não publicar decreto criando nossa reserva” (Filho, 2000). O exemplo deixado na história por ela talvez tenha influenciado uma geração de outras mulheres indígenas a erguerem suas cabeças e irem em busca de seus direitos. , e o que liga a ancestral Fen’Nó e as pautas do movimento indígena atualmente é a luta pela preservação e garantia de seus territórios.

As mulheres indígenas estiveram presentes em todas as movimentações do movimento indígena brasileiro, e seus protagonismos nesta caminhada estão ganhando cada vez mais enfoque quando partimos de suas narrativas para entender esta construção.

Em 2015, nós participamos de um projeto chamado Voz das Mulheres Indígenas com a ONU Mulheres e esse projeto fortaleceu as mulheres indígenas em rede, porque nós já atuávamos há muitos anos, desde antes da Constituinte, as mulheres indígenas já estavam muito presentes nesse lugar de discussão, de debates com o próprio movimento indígena. Mas principalmente depois desse projeto, nós mulheres indígenas entendemos que nós precisamos ter um lugar de voz e que nós temos esse direito, que os nossos corpos têm que ser respeitados (Joziléia Kaingang, 2024)

Na década de 1990, a cidade de Baia da Tradição elege Iracy Cassiano para prefeita. É a primeira representante indígena a ocupar o cargo no Estado da Paraíba. Em outubro de 1994, o Jornal Porantim publica uma matéria especial intitulada “O exemplo das mulheres”. A edição celebra as atuações da líder indígena Maninha Xukuru-Kariri apresentada como exemplo na luta pela recuperação de suas terras em Palmeiras dos Índios no Estado de Alagoasdo Alagoas. “Ao lado do cacique e do pajé, Maninha é uma das mulheres que lideraram essa luta. Ela não se intimida, apesar das ameaças de morte .” Ela é a única liderança feminina a compor o grupo de lideranças responsável pela criação da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, APOINME.

Fomos construindo a APOINME aos poucos, rodando os estados, indo às aldeias e levantando retomadas. Em alguns locais a miséria e a fome matavam os indígenas. Vemos hoje aldeias nestes lugares, povos lutando pelos seus direitos e por suas vidas. Tudo o que sei devo à APOINME, fui muito feliz nesse processo. Quem assume o movimento indígena, precisa fazer o barco andar. O desafio é grande, mas frutífero (Santana, 2018 Online)

Maninha Xukuru-Kariri foi uma das 52 mulheres brasileiras a serem indicadas para o prêmio Nobel da Paz no ano de 2005. De acordo com notícia veiculada pelo CIMI, sua trajetória de lutas frente a proteção do território de seu povo e a participação dela no movimento indígena a tornaram um exemplo para o povo Xukuru-Kariri.

No ano de 2005, parte dos próprios indígenas a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), durante a segunda edição do Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília. Conforme descrito na página oficial da articulação, a APIB desempenha um papel essencial no fortalecimento da causa e das lutas dos povos originários. A APIB emite um dos primeiros apelos para que indígenas de todo o território brasileiro se mobilizem e articulem suas candidaturas no cenário político partidário. Em 2017, a articulação divulgou em suas redes sociais, na página oficial, a “Carta aos Povos Indígenas do Brasil: Por um Parlamento Cada Vez Mais Indígena”. Trata-se de um manifesto e um grito de resistência. Este documento revela que as eleições previstas para o ano seguinte representariam uma mudança significativa para a então situação da causa indígena.

Considerando que em 2018 todo o país estará voltado para as eleições a cargos de deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República, o foco é que os nossos povos não atuem mais como meros coadjuvantes nesse processo de eleição. Por isso, conclamamos a todos os povos indígenas do Brasil para que a partir de agora, iniciem suas discussões no âmbito local e regional sobre a necessidade de lançarmos cada vez mais indígenas candidatos para a disputa nessas próximas eleições, guerreiras e guerreiros encorajados, dispostos a ocupar o parlamento nos estados e no Congresso Nacional. (APIB, 2017)

Atualmente a APIB está presente em todos os estados brasileiros, representada por meio de organizações e articulações regionais. Na região Sul do país, a APIB é representada pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN Sul). A ARPIN Sul é responsável por coordenar as ações relacionadas às lutas para a homologação de territórios, dentre eles a Terra Indígena Morro dos Cavalos, que aguardava sua homologação desde 2008¹⁷ alcançando-a no início de 2025. É interessante observar que esse método de organização e criação de articulações que partem dos ATL segue para a criação e organização também da ANMIGA, como veremos adiante. De acordo com Brightenti, data de 2003 essa forma de protestar por direitos.

No amanhecer do dia 26 de junho de 2003, 40 lideranças Kaingang e Xokleng dos estados do Sul do Brasil acamparam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em frente ao Ministério da Justiça. Na semana seguinte uma delegação de cerca de 20 Krahô-Canela, da região Centro-Oeste, somou-se aos indígenas do Sul. A pauta era única: pedir agilidade nos processos de demarcação de terras que se encontravam paralisados no Ministério da Justiça, especialmente da TI Ibirama Laklânõ/SC, do povo Xokleng; Toldo Pinhal, Toldo Imbu e Canhadão/SC; TI Palmas/PR, do povo Kaingang; TI Canta Galo/ RS, do povo Guarani; e TI Mata Alagada, do povo Krahô-Canela/ TO. Esse ato inaugurou uma nova forma de manifestação indígena, o

¹⁷ O Instituto Socioambiental ISA mapeou a situação de todas as terras indígenas em território nacional e disponibiliza através de sua página na internet dados acerca destas terras. Os dados levantados pelo ISA podem ser acessados a partir do link <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3954>

Acampamento Terra Livre, que, a partir daquela data, ocorre anualmente e envolve centenas de indígenas de dezenas de povos. (Brighenti, 2015 p. 143)

Apresentar um pouco das raízes do movimento indígena como conhecemos hoje e seu histórico de articulações é base importante para entendermos que o movimento de mulheres indígenas nasce quando elas começam a se articular separadamente. Antes de debruçarmos sobre as organizações específicas voltadas para políticas de mulheres indígenas, precisamos entender como essas articuladoras se organizam dentro de organizações locais. Como explica Joziléia Kaingang, as mulheres indígenas vão criando articulações para abrir espaços, construindo e ampliando suas redes

A mobilização das mulheres indígenas tem raízes ancestrais, ela é composta por redes de mulheres que se articulam de diferentes formas, dentro das famílias, das comunidades e entre aldeias. A extração dessas redes foi acontecendo na medida em que nossas mulheres foram frequentando eventos nacionais dedicados a temas como educação, nas quais mulheres indígenas de diferentes regiões se reuniam para falar sobre a situação dos nossos territórios e da nossa presença em outros espaços. (Schild, 2023 P.147)

A participação delas, e as suas articulações para ocupação de novos que ocupassem outros espaços, fazem com que essas indígenas comecem a pensar em um movimento delas para elas. Era necessário que se criasse um movimento específico, um movimento que pudesse colocar em pauta a questão mais central da articulação, a defesa do corpo-território, como aponta Aurora Baniwa:

Quando pensamos em nosso corpo território indígena, é necessária uma reflexão para além do que entendemos comumente sobre um corpo. Nós, indígenas mulheres, nascemos em um lugar que se constrói a partir de um ambiente, de um bioma. Então, quando a gente fala de corpo território, estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais e espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos, das indígenas mulheres (Baniwa et al,2022 p.107)

Corpo e território se associam sendo um a extensão do outro, tornando impossível desvincilhá-los. Quando o território é atacado, o corpo sofre com esses ataques. Amanda Pankararu, em sua dissertação “A retomada das indígenas: reflorestando o lugar de mulher”, aponta que a ação do colonizador de tentar hierarquizar a relação entre o humano e o não humano, de separar e demarcar territórios, vão na contrapartida da visão das populações indígenas:

Afinal, para esses povos há a perspectiva de que todos os seres são personificações manifestadas em diferentes corpos, portanto pedras e rios são “gentes” também, o que

constrói uma dinâmica de vida que os indivíduos estão em constante mutação a partir das interações incorporadoras com os demais seres, sem limitações e hierarquias. (Pankararu, 2019, p. 41)

Na relação com o território e com a terra, as mulheres aparecem como uma grande potência, pois não somente são geradoras de vida, mas também são a extensão da terra.

Ao tratar os corpos femininos como extensão da terra associada à concepção de que esses corpos interagem e são complementares aos demais corpos, o que fica em evidência é a composição da essencialidade coletiva desses povos. Nesse aspecto, a percepção de complementariedade também é circunscrita, pois os corpos precisam da terra e a terra precisa desses corpos, mas tal equilíbrio só é obtido na medida em que não haja hierarquia entre os seres. (Pankararu, 2019, p. 43)

Corpo-território é uma categoria importante para ter ciência que, mesmo estando longe de seus territórios de origem, essas mulheres carregam seus territórios consigo. Quando se luta para preservar seus territórios, se luta também para que seus corpos não sejam violados coletivamente: “[...] o mobilizar da indígena pela defesa de seu território, extrai o caráter de indivíduo e a constitui enquanto corpo-território.” (Pankararu, 2019, p. 46). Portanto, é contundente compreender que a ANMIGA é diversa, plural e se reúne entendendo que as suas articulações perpassam fronteiras, e acontecem para somar suas demandas e pautas junto à causa indígena.

A Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade surge da necessidade de mulheres indígenas se organizarem politicamente para lutar por direitos próprios e coletivos, visando sempre o enaltecimento da luta de mulheres indígenas frente aos seus territórios.

Há um ano e meio se constituiu uma rede de potencialidades das indígenas brasileiras na frente de representação política de mobilização e articulação. Por isso, a ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) se organiza a partir da compreensão do corpo território de Mulheres Terra, cofundadoras da rede; Mulheres Raízes, que estão no chão do território articulando a rede para dentro das bases a partir de seus saberes e fazeres; Mulheres Sementes, que articulam e organizam nossas mobilizações nos estados; e Mulheres Água, que atuam nas articulações e construções para além do território brasileiro. (Baniwa et al, 2022 p. 106)

É importante ressaltar o papel de cada uma dessas mulheres citadas acima, pois ao longo desta pesquisa iremos ecoar as narrativas de algumas delas envolvidas tanto na criação da ANMIGA, quanto na difusão e na movimentação de seus ideais, como também nas suas

candidaturas e campanhas no cenário político partidário e como articuladoras fundamentais na organização dos eventos.

É necessário mencionar que nós, as que estamos na organização dos eventos nacionais como as marchas, são referidas como mulheres que conectam o chão da aldeia com o chão do mundo, criando pontes entre os conhecimentos locais e aqueles adquiridos em outros espaços que frequentam. (Schild, 2023. p,128)

A urgência em preservar esses corpos-territórios surge e ecoa nas falas de todas as participantes da articulação. Este corpo-território que luta é coletivo e não se prende ou restringe necessariamente ao seu local de origem. Ele é entendido além de fronteiras e surge como um fator importantíssimo para entender a luta de mulheres indígenas em diversas vertentes. “Então, quando a gente fala de corpo território, estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais e espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos, das indígenas mulheres.” (Baniwa *et al*, 2022 p.107). Pensar a Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade é pensar na coletividade.

É esta coletividade, este movimento de unir forças que faz com que a ANMIGA se consolide como uma das mais importantes organizações na luta pelos direitos das mulheres indígenas no Brasil atualmente. É nítido que a ANMIGA desempenha um papel fundamental para que mulheres indígenas de todos os biomas brasileiros possam se organizar, ter apoio e fomento para se candidatarem aos mais diversos cargos políticos. Este apoio se reflete nos números de candidaturas de mulheres indígenas. Observamos que o pleito de 2020, ano seguinte após a consolidação da articulação, é o maior exemplo da força que essas mulheres empenham em suas empreitadas. Não é de se surpreender que a bancada do cocar também é liderada por mulheres indígenas, tendo como principais representantes Sonia Guajajara e Célia Xakriabá, ambas cofundadoras da ANMIGA e guerreira à frente do Ministério dos Povos Indígenas, criado nos primeiros momentos do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Como diz Kerexu Yxapyry em entrevista ao portal Marco Zero: “A palavra ANMIGA estamos falando da própria amiga, só que o “ANMIGA”, vem mais profundo porque vem do coração” (Kerexu, 2022 Online). Essas mulheres voltam o olhar para o que elas possuem de mais sagrado, seus corpos/territórios, e decidem unir forças para protegê-los. Essa união de lutas, como explica Aurora Baniwa, permite que suas pautas ganhem força.

Sonhamos com os corpos territórios biomas protegidos com políticas públicas construídas por nossas vozes, falas e escritas. Construímos a partir das falas de muitas

de nós: “Nada sobre nós, sem nós”. Nossa luta é para além de ter corpo território protegido e território indígena demarcado, é para sempre pautar o reflorestar mentes com toda a sociedade. Nós, enquanto indígenas mulheres de diferentes povos e formações, consideramos que a democracia da esperança e da reconstrução do Brasil tem o olhar das mulheres como parte importante dessa reconstrução (Baniwa et al, 2022 p.109)

Como foi observado no tema da primeira Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo nosso espírito”, corpo, território e espírito são uma coisa só, são indissociáveis, como bem aponta Sônia Guajajara durante sua apresentação na abertura do Primeiro Seminário das “Originárias da Terra: o futuro que queremos”, organizado e realizado pela ANMIGA em 2022:

Porque nós na primeira marcha das mulheres, nós já afirmamos que corpo, território e espírito, um só. Território nosso corpo, nosso espírito, um só, não tem como separar. Então quando desmata nossos territórios, quando desmatam nosso meio ambiente estão desmatando também o nosso próprio corpo. Quando queimam as nossas árvores tão queimando também o nosso corpo. Nosso corpo sangra junto com todas essas injustiças, com toda violência com toda essa destruição da mãe terra. Que a qualquer custo eles tentam legalizar (Guajajara, 2022.Online)

O corpo/território em evidência denuncia as violências pelas quais são expostas desde a invasão de Abya Yala. Linda Smith (2018) aponta que a experiência do passado colonial é observada no discurso político sobre a população indígena. A autora nos conta que o colonialismo não contempla a história indígena e que eles por vezes são desautorizados a contar suas próprias narrativas. Segundo a autora, as escolhas epistemológicas da academia ocidental desvalorizam saberes tradicionais. Estas marcas do imperialismo e desse passado colonial latente ainda persiste no cotidiano desses povos:

Falar a respeito do passado colonial faz parte do nosso discurso político, do nosso humor, da nossa poesia, da nossa música, dos nossos relatos e de outras formas, em um sentido comum, de transmitir ao mesmo tempo a narrativa da história e uma atitude em relação a esta. As experiências vividas sobre o imperialismo e o colonialismo conferem outra dimensão aos sentidos pelos quais palavras como “imperialismo” podem ser compreendidas. Trata-se de uma dimensão que os povos indígenas conhecem e comprehendem bem. (Smith, 2018, p. 32)

Estes corpos/territórios estão sob constante ataque. Corpos que precisam de proteção e de criar estratégias para sobreviverem mais um dia. As presenças da ação colonial ainda requerem que estes corpos estejam em constante luta. Essas presenças se reconfiguram e se retroalimentam para conseguir agir com efetividade na contemporaneidade. No trecho do

Manifesto das Mulheres Indígenas a seguir, é possível observar essa necessidade do fortalecimento delas para o avanço de suas lutas.

O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios. (Documento Final Da Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019 Online)

Elas destacam a importância de se retomar os valores matriarcais, de reverberar a força das anciãs, das mães que colocam seus corpos na linha de frente. A parte dedicada ao “Quem Somos” da página da ANMIGA expressa essa importância: “Sabemos que a raiz do Brasil vem de nós, do útero da Terra e de nossas ancestrais. A Mãe do Brasil é Indígena. O Brasil nunca existiu e nunca existirá sem nós.” (ANMIGA, Online) De acordo com Maria Helena Matos (2012), o que difere o movimento de mulheres indígenas são as pautas voltadas exclusivamente para os problemas enfrentados por elas dentro e fora de seus territórios. Suas experiências perante as violências de gênero permeiam suas lutas. Suas “[...] demandas específicas ao gênero feminino, como cuidados com a saúde reprodutiva e criação dos/as filhos/as, combate à violência contra mulheres (em decorrência do alcoolismo), reivindicação por maior participação feminina nos espaços públicos indígenas e indigenistas, maior oportunidade de capacitação das mulheres indígenas” (Matos, 2012, p. 149) Essas demandas e suas pautas, como explica a autora “[...] tem sido definida por elas mesmas como complementar à participação masculina e não como estratégia de desbancar o lugar dos homens” (Matos, 2012, p. 148), mas resgatando a importância do papel das mulheres nesta caminhada. Lutam ao lado de sua comunidade para que juntos possam ecoar suas vozes dando visibilidade às suas demandas para poderem ampliar suas participações e representações perante a uma sociedade extremamente preconceituosa.

Dando continuidade ao caminhar destas guerreiras, a seguir apresento um breve histórico e descrevo minha experiência de acompanhar um dos momentos emblemáticos que representa a extensão e a força das organizações de mulheres indígenas em um evento reunindo representantes de diversas partes do Brasil e do mundo. A Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorre desde 2019, é a expressão máxima da coletividade dessas organizações e leva á capital

federal a força de suas vozes, cocares e maracás para o centro de onde são tomadas as decisões políticas nacionais, principalmente por homens brancos.

“TERRITÓRIO, NOSSO CORPO NOSSO ESPÍRITO”: A MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

Queremos respeitado o nosso modo diferenciado de ver, de sentir, de ser e de viver o território. Saíam que, para nós, a perda do território é falta de afeto, trazendo tristeza profunda, atingindo nosso espírito. O sentimento da violação do território é como o de uma mãe que perde seu filho. É desperdício de vida. É perda do respeito e da cultura, é uma desonra aos nossos ancestrais, que foram responsáveis pela criação de tudo. É desrespeito aos que morreram pela terra. É a perda do sagrado e do sentido da vida (Documento Final Da Primeira Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019 Online)

A marcha das mulheres indígenas é um evento de suma importância e relevância no cenário social e político das mulheres indígenas no Brasil. Criada para dar visibilidade às lutas, demandas e pautas daquelas que frequentemente enfrentam as múltiplas camadas da opressão da modernidade/colonialidade. A marcha é o local onde elas se reúnem para discutir e construir propostas para a continuidade das lutas dessas mulheres. Realizada anualmente, a marcha mobiliza mulheres de diferentes povos nacionais e internacionais, transformando-se em um grande ecossistema de diálogo, resistência e fortalecimento de suas lutas. Trago minha vivência de acompanhar a terceira edição da Marcha em Brasília e como essa experiência impactou a construção deste trabalho.

Entre os dias 09 e 14 de agosto de 2019, acontecia em Brasília a primeira Marcha das Mulheres Indígenas com o tema “Território: nosso corpo nosso espírito”. O trecho acima é um excerto do documento final elaborado após a primeira edição da marcha. Pela primeira vez, mulheres indígenas de todos os biomas brasileiros reuniram-se em um evento que visava discutir, articular, e difundir suas pautas e deliberações frente a luta pela causa indígena. Atualmente a marcha é organizada e fomentada pela ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade). Cada mulher envolvida na marcha desempenha um papel fundamental para o andamento da articulação e para as atividades promovidas. Nesse contexto, a ANMIGA se caracteriza como parte fundamental para a organização, tanto das campanhas de mulheres indígenas quanto para a garantia de que suas vozes e suas pautas sejam ouvidas.

Somos totalmente contrários às narrativas, aos propósitos, e aos atos do atual governo, que vem deixando explícita sua intenção de extermínio dos povos indígenas, visando à invasão e exploração genocida dos nossos territórios pelo capital. Essa forma de governar é como arrancar uma árvore da terra, deixando suas raízes expostas até que tudo seque. Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito. Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso

direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura. (Documento Final Da Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019)

O manifesto denuncia as ações de um governo genocida e luta pela necessidade de proteção do corpo/território. De acordo com dados levantados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), mais de três mil mulheres indígenas de todo o Brasil ocuparam as ruas da capital federal no dia 13 de agosto, o ato final da marcha. Ainda conforme a articulação, cerca de 113 povos estavam representados naquele ato onde as principais reivindicações eram pela demarcação e preservação dos territórios, respeito e acesso a direitos básicos de saúde educação e justiça, além de levantarem pautas específicas voltadas às questões que perpassam tanto a violência contra a mulher quanto aos abusos sofridos por elas dentro e fora de suas comunidades. De acordo com o manifesto, o compromisso desta organização é garantir que seus corpos/territórios sejam protegidos:

Enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência. (Documento Final Da Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019 Online)

Não é a primeira vez em que mulheres indígenas tomam a frente da luta pelas causas indígenas. Suas vozes já ecoaram na luta pelos seus territórios em outras tantas ocasiões. É uma batalha milenar, mas que agora se vê consolidada via associações, organizações e articulações. Joziléia Kaingang aponta que o papel dessas organizações é extremamente importante para que cada vez mais mulheres indígenas alcancem lugares de poder.

E o papel da ANMIGA é fortalecer as candidaturas indígenas, fortalecer as mulheres indígenas, porque as mulheres indígenas durante muito tempo tiveram na borda da periferia social. As mulheres indígenas tiveram fora desse lugar de candidatas, fora desse lugar de construção política partidária, quando a gente entendeu a importância da política partidária pra garantia dos direitos indígenas, nós entendemos que nós precisamos fazer parte desse processo e atuar dentro desse lugar. (Joziléia Kaingang, 2023)

A segunda marcha aconteceria no ano de 2020, mas por consequência do avanço da pandemia de Covid-19 ela foi realizada no ano de 2021. Mesmo impossibilitadas de se reunir presencialmente, decidiram por organizar uma grande mobilização online para rememorar a primeira marcha e articular movimentos futuros. A assembleia virtual com tema “O sagrado da Existência e a cura da terra” aconteceu entre os dias 07 e 08 de agosto de 2020.

Após um ano da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, nós, Mulheres Indígenas de todo o Brasil, realizamos uma mobilização histórica! Diante do agravamento das violências aos povos indígenas durante a pandemia da Covid-19, nós decidimos demarcar as telas e realizar a maior mobilização de mulheres indígenas nas redes virtuais. (Manifesto Das Primeiras Brasileiras, 2020 Online)

Ao longo dos dias da assembleia foram discutidas as pautas levantadas ao final da primeira marcha, bem como ideais para a construção da segunda marcha. O avanço da pandemia do COVID-19 impactou de forma significativa a vida dos povos indígenas em território nacional. As articulações negacionistas do governo vigente proporcionaram o que elas denominaram de “Covid sistemático do Governo Federal”. A assembleia ocorreu meses após o governo de Jair Bolsonaro propor “passar a boiada¹⁸”, articulando com a bancada ruralista meios de afrouxar as leis de licenciamento ambiental.

Em virtude das constantes violações de direitos, aprofundadas no contexto da pandemia, é urgente fortalecer a contribuição dessas defensoras, qualificando e ampliando suas ações nos espaços de participação política e decisória e apoiando a participação qualificada das Mulheres Indígenas como protagonistas e multiplicadoras (Manifesto Das Primeiras Brasileiras, 2020 Online)

As co-fundadoras da ANMIGA se organizaram de maneira bastante profícua durante o período em que o mundo se encontrava em distanciamento social, organizando palestras e fortalecendo as lideranças dentro de seus territórios. “Como desdobramento, notou-se a necessidade de avançar ainda mais, fortalecer nossas capacidades organizacionais, com vias de oficializar essa articulação da ANMIGA, incluindo o planejamento estratégico e o funcionamento de nossas redes.” (Manifesto Das Primeiras Brasileiras, 2020, online) O distanciamento social demandou novas formas digitais de organização em diversas áreas de nossas vidas. A ANMIGA ampliou seu alcance digital a partir das novas conexões estabelecidas durante este período, o que refletiu positivamente na adesão de participantes da segunda Marcha das Mulheres Indígenas.

Nessa concepção, a gente chega em 2021 fazendo as nossas primeiras inserções da ANMIGA. A ANMIGA nasce em 8 de março de 2021, enquanto articulação. A gente gesta a Amiga há alguns anos para, em março, a partir desse ambiente virtual que a gente ocupou, a gente poder discutir com as mulheres, dialogar e construir o que seria essa representação da ANMIGA, essa instituição que se tornou ANMIGA. E aí a gente vai parir amiga em 8 de março de 2021. Isso foi muito importante porque a gente

¹⁸ Em abril de 2020 o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles disse em reunião “vamos aproveitar enquanto só se fala em COVID para passar a boiada” fonte: mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghml

conseguiu construir coletivamente esse lugar. E a ANMIGA, então, em 2021, faz um trabalho para fazer a segunda marcha nacional das mulheres indígenas, que já virou uma marcha internacional. Nós conseguimos juntar 8 mil pessoas durante um momento pandêmico em Brasília, em setembro de 2021 (Joziléia Kaingang, 2024)

A segunda marcha ocorreu entre os dias 07 e 11 de setembro do ano de 2021. O tema da marcha refletiu as discussões elencadas ao longo da pandemia. “Mulheres Originárias reflorestando mentes para a cura da terra” levou cerca de cinco mil mulheres indígenas a caminharem ecoando suas vozes e levando seus cocares para as ruas de Brasília. A marcha ocorreu em meio a retomada do julgamento sobre o Mmarco Ttemporal no Superior Tribunal Federal: “Viemos de todo o país realizar nosso encontro de mulheres, em um diálogo sobre as nossas pautas e acompanhar o que pode ser o julgamento mais importante para os direitos indígenas no país em décadas.” (Nota Oficial Anmiga, 2021 Online) Inicialmente a programação previa a caminhada das mulheres no dia 09 de setembro, mas sob a forte influência de manifestações em defesa do governo de Jair Bolsonaro¹⁹ teve que ser adiada.

A II Marcha das Mulheres Indígenas será realizada nesta sexta-feira (10) e não mais na manhã de hoje, 9 de setembro, como estava prevista na programação da mobilização, em Brasília. A decisão tem como objetivo garantir a vida das mulheres, anciãs, jovens e crianças presentes, na mobilização que acontece desde o dia 7 de setembro, na capital federal, com a participação de mais de 5 mil pessoas de 172 povos, de todas as regiões do país. Grupos extremistas, fascistas, armados, muitos identificados com camisetas escrito Agro seguem invadindo a Esplanada dos Ministérios, com olhares coniventes do governo do GDF (Governo do Distrito Federal) e em apoio a Jair Bolsonaro. Em virtude disso, a Esplanada está bloqueada. (Nota Oficial ANMIIGA, 2021 Online)

A nota/denuncia acima foi estabelecida após assembleia organizada no dia 09 de setembro e imprime o clima hostil que se estabeleceu após o dia 07 de setembro. Joziléia apontou sobre o ocorrido e como essa violência marcou esses dias de concentração no acampamento da Marcha.

E em setembro a gente fez a marcha das mulheres indígenas em um momento que Brasília pegava fogo. Nós tínhamos aí um forte chamado do então presidente para que os seus pares, as pessoas com quem ele estava envolvido, fossem a Brasília e eles foram para lá e eles estavam em Brasília quando a gente estava lá também e o nosso acampamento da marcha sofreu vários ataques. Eles iam ameaçar o nosso acampamento, entravam com caminhão, com carro dando cavalinho de pau muito próximo na área do nosso acampamento, com motos, enfim, foi um momento de muita apreensão das mulheres indígenas e nós com mulheres, com mulheres mais velhas,

¹⁹ De acordo com matéria veiculada no Portal Brasil de Fato, um grande grupo de apoiadores do ex presidente Jair Bolsonaro invadiu a esplanada dos ministérios pedindo o fechamento do STF e a tomada do poder pelas forças armadas. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/07/bolsonaristas-furam-bloqueio-policial-e-invadem-esplanada-na-vespera-de-ato>

com crianças no acampamento discutindo as coisas que para nós eram importantes. e a gente não podia deixar de discutir e também fazer essa incidência junto ao Supremo Tribunal Federal, porque naquele momento também estava em votação a PEC do Marco Temporal. (Joziléia Kaingang, 2024)

As atenções nas tendas do acampamento das delegações das mulheres indígenas ficaram voltadas ao julgamento da tese do Mmarco Ttemporal. No dia 11 de setembro a marcha tomou as ruas de Brasília. Suas vozes ecoavam pedindo o respeito aos seus direitos e principalmente “Não ao Mmarco Ttemporal”. A grande adesão à segunda edição da marcha é um reflexo contundente da eficiência das redes movimentadas pela ANMIGA ao longo do período pandêmico.

Nesta edição não houve a publicação de um documento final com as pautas e deliberações. Nesta ocasião, a ANMIGA publicou o manifesto e a plataforma do projeto Reflorestar Mentes. O projeto tem a intenção de mapear as ações de mulheres indígenas com a intenção de divulgar e conectar suas articuladoras em prol do bem viver e da proteção do meio ambiente.

A Plataforma Reflorestarmentes organiza os conhecimentos e tecnologias ancestrais desenvolvidos e preservados por nós, mulheres indígenas, e os coloca à disposição de todas e todos que compartilham conosco a preocupação com nossas vidas, com nossa terra, com nosso futuro. Vamos juntas construir o bem-viver e viver bem para todos! Vamos juntas reflorestar mentes para curar nossa terra! (Manifesto Reflorestar Mentes, 2021. Online)

A grande crescente do movimento de mulheres indígenas brasileiro se dá pela expressão do compromisso da ANMIGA para com a esse coletivo e a consolidação da Marcha das Mulheres Indígenas como exemplo do alcance de suas conexões e redes. Eu tive a grande oportunidade de acompanhar a terceira edição da Marcha das Mulheres Indígenas que ocorreu entre os dias 11 e 14 de setembro de 2023 em Brasília. Por meio de recursos do Programa de Apoio à Pós-graduação²⁰, embarquei em direção ao evento mais importante relacionado às lutas dessas mulheres pelos seus direitos e suas articulações. A marcha das mulheres indígenas é um movimento que se forma a partir de um desdobramento do Acampamento Terra Livre em 2016, onde mulheres de diferentes biomas do Brasil começam a se articular, discutir e pensar pautas voltadas aos seus interesses como mulheres e como guardiãs de seus territórios. Joziléia Kaingang aponta que:

²⁰ Importante ressaltar que o Programa de Apoio a Pós Graduação (PROAP) é uma parceria entre a universidade e a CAPES e visa o apoio financeiro de discentes e docentes ao longo de suas jornadas na pós-graduação. O programa prevê a compra de passagens e hospedagens para a participação em eventos, e acredito que a sua ampliação possa aprofundar, e muito, nossas análises de pesquisa.

[...] as marchas representam outra forma de luta em busca de equilíbrio, com destaque para o poder e protagonismo feminino. Isso não implica em busca por igualdade, mas sim na busca por uma atuação semelhante, de forma a serem respeitadas e terem seus ‘chamados’ atendidos em prol do bem comum”. (Schild, 2023.p,126)

A terceira marcha das mulheres indígenas teve como tema “Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade Pelas Raízes Ancestrais”. Ao chegar, no primeiro dia da organização da marcha me encontrei com Ingrid Sateré Mawé, que me direcionou ao credenciamento para que eu pudesse ter acesso aos locais de articulação da marcha. Para mim, o Meu primeiro impacto inicial foi com a quantidade e diversidade de mulheres envolvidas na construção deste evento coletivo. Havia mulheres indígenas representantes de todos os biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa, além de representantes de outras partes do mundo. Mulheres indígenas da Malásia, Nova Zelândia, Rússia, Indonésia, Guatemala, Finlândia e muitas outras. Meus olhos não foram capazes de abranger toda aquela diversidade de uma vez só. O movimento era vivo, pulsante, a energia naquele local era irradiada de maneira inexplicável. Percebi desde o primeiro minuto da minha chegada, naquela concentração, que este momento seria único.



Figura 5 Delegação internacional de mulheres indígenas na III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal

Na imagem acima temos noção da potência e diversidade deste encontro. Presentes no palco principal do acampamento estão algumas parte das mulheres indígenas de várias partes do mundo, unidas para agregar suas lutas ao evento. Ao longo dos 4 dias em que estive neste evento aquele movimento, pude perceber que não seria possível acompanhar a construção da marcha como um todo. Os arredores da Funarte, local de concentração da Marcha, estavam completamente ocupados pelas delegações de mulheres de todos os biomas brasileiros que se articulavam entre seus povos para discutir as pautas que seriam levadas para a plenária central. Ao acompanhar o movimento da organização delas optei por centralizar minha atenção ao marco central, palco da concentração, para conseguir absorver e acompanhar as pautas trazidas pelas delegações. Pude acompanhar as discussões das chefes das delegações que, entre várias pautas, sempre traziam a importância em se discutir a questão da violência contra a mulher indígena dentro e fora de seus territórios, e a importância do protagonismo da mulher indígena frente às tomadas de decisões em suas comunidades.

Juliana Kerexu Mirim Mariano ou Ju Kerexu²¹, como se apresentou no primeiro dia dos encontros para a marcha, é cacica da Tekoa Takuaty no litoral do Paraná. Em sua fala na abertura da mesa “Fortalecimento entre elas para elas mulheres indígenas, negras, quilombolas ocupando espaços de poder municipais, estaduais, nacionais e internacionais”, destacou a importância de fazer ecoar a voz da ancestralidade que essas mulheres carregam consigo e que juntas elas podem enfrentar a violência que seus corpos-territórios sofrem.

Então que possamos cada vez mais fazer ecoar essa voz ancestralidade através desses corpos territórios que muitos e muitas vezes sofrem muitas e muitas vezes choramos por mais uma que teve esse corpo violado mais uma que a gente chora por saber que passou por mais uma morte por mais um lugar que sofreu com preconceito com racismo e muitas outras violências através desse Território que se chama Brasil mas que possamos hoje trazer cada vez mais essa força juntas para que a gente possa fazer com que o mundo entenda do quanto é importante nós estarmos vivas quando uma mulher levanta para falar Levanta para trazer essa memória ancestral através dos cantos através das suas pinturas através desse saber ancestral está levantando também toda a sua ancestralidade que possamos a partir de hoje e todas as outras marchas fazer se levantar as nossas ancestrais que não puderam estar aqui mas que estão através desses corpos territórios que são as mulheres indígenas E possamos curar o mundo que o mundo possa olhar e entender que nós somos a resposta para cura da Terra para cura desse corpo Território que nós chamamos então muito obrigada E que possamos ter esse lugar de escuta de muitas trocas de saberes para a gente se fortalecer como mulheres como esse corpo Território que somos nós. (Ju Kerexu, 2023)

²¹ Ju kerexu fundou sua própria aldeia. Segundo ela conta em entrevista para o Jornal Plural de Curitiba, cacica disse que sonhou com Oxum e que ele disse que tudo o que ela planejava daria certo. Em outro sonho, Ju aponta que via uma aldeia de cima, mas não sabia onde era. Ela acompanhada de mais 25 pessoas construíram a aldeia em novembro de 2019. <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/a-revelia-do-patriarcado-ela-construiu-uma-aldeia-com-as-proprias-maos-no-litoral-do-parana/>

Como era de se esperar, a presença das representantes da bancada do cocar era ponto alto daquela organização, e quando avistei pela primeira vez Celia Xakriabá e Sonia Guajajara fiquei completamente estático. A presença e a força das vozes daquelas mulheres é algo inexplicável, tanto para mim quanto para as mulheres indígenas que ali aguardavam por elas.



Figura 6 Sonia Guajajara dança com mulheres indígenas na concentração da III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 -
Acervo pessoal

Sonia, como observamos na imagem acima, se reúne com mulheres de seu povo para celebrar a presença de seus corpos em Brasília. Neste momento, observo sua conexão com suas parentas e a força de sua presença junto aos seus. Neste momento, a ministra Sonia Guajajara é acolhida pela força das que ali a aguardavam. Para que a marcha tomasse as ruas oficialmente no dia 13 de setembro, as articuladoras da ANMIGA organizaram a concentração, dividindo as atividades em: da seguinte maneira. O dia 10 de setembro ficou direcionado para a chegada das delegações. No dia 11, a abertura oficial dos trabalhos da marcha contou com a apresentação de todas as delegações e povos ali presentes, bem como grupos de trabalhos divididos pelos biomas, plenárias para discutir as ações da bancada do cocar e lançamento de uma cartilha contra a violência de gênero e o combate à violência contra a mulher indígena.

O segundo dia das organizações pré-marcha foi liderado com as falas das mulheres água, uma mesa internacional importantíssima representada por mulheres indígenas de várias partes do mundo.²² A mesa foi composta por participação de mulheres indígenas de diferentes países, como: Jannie Lasimbang da Malásia, deputada e presidente da corporação do desenvolvimento rural; Rosalee Gonzalez dos Estados Unidos, Co-diretora da Rede Continental de Mulheres Indígena das Américas; Julieta Maquera Llanqui, representante do povo Aymara do Peru que participa do ativismo para que mais jovens da sua região participem dos movimentos políticos; Pirlita Näkkäläjärvi da Finlândia, pertencente ao povo Sami, que compõe o parlamento Sami na Finlândia; Helena Steenkamp da África do Sul, ativista dos direitos civis com foco no direito dos povos indígenas, meninas e mulheres; Cristina Coc do Belize e Mónica Chiji do Equador, ambas fazem parte do *Indigenous Peoples Rights*. De forma impactante, a abertura da mesa foi realizada por ficou por conta dos cantos entoados por mulheres representantes do povo Maori da Nova Zelândia, que entoaram seus cantos de forma tão potente que não havia como não ser contagiado com a energia ecoada das vozes daquelas mulheres.

A primeira fala foi de Jannie Lasimbang, contando que após mais de quarenta anos de ativismo ela decidiu adentrar na política, sendo eleita como membra do parlamento da Malásia como membra do parlamento. Ela foi emblemática: “isto vem da força das comunidades e das mulheres das quais eu trabalhei antes”. Jannie apresentou seus projetos frente ao parlamento e o principal deles era contra o casamento infantil de meninas abaixo de dezoito anos na Malásia. Segundo ela, o casamento forçado ainda acontece com frequência e essas meninas são obrigadas a abandonarem a saírem da escola. Jennie conseguiu movimentar-se politicamente criando uma legislação que proíbe o casamento infantil, mas enfrenta obtém dificuldades na sua efetivação aplicação da mesma, pois inclusive vários muitos ministros se casam com meninas com idades inferiores a dezoito anos. Ela apontou ainda que foi necessário criar uma consciência nos líderes indígenas que tratavam essa prática como algo cultural: “Não, isso não é cultural. Isso é o direito das meninas e das mulheres, e elas devem ter acesso a esse direito...” A fala seguinte ficou com Monica Chiji, que apresentou a convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres da Organização das Nações Unidas CEDAW 39²³. Segundo ela, a convenção é resultado da parceria entre ONU, ANMMIGA e das participantes do Fórum Internacional das Mulheres Indígenas (FIMI). A convenção apresentada

²² A mesa internacional das mulheres água foi transmitida pela APIB e pode ser acessada pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=WVUyhdj1qvo&t=4511s>

²³ A sigla CEDAW significa Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women. O conteúdo completo da recomendação pode ser acessado pelo link: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2023/04/CEDAW-GR-39-portugues.pdf>

por ela aponta a necessidade de se ouvir a voz das mulheres indígenas e meninas quanto às denúncias trazidas por elas. Monica destacou que a recomendação se aplica para mulheres indígenas dentro e fora de seus territórios. Foi uma mesa extremamente poderosa, que revelou nas falas de suas participantes a união, o compromisso em lutar contra a violência, o sexismo, o machismo e principalmente o racismo.

A mesa “Fortalecimento entre elas e para elas”²⁴ foi voltada ao fortalecimento da luta de mulheres indígenas, negras e quilombolas, para que estas elas possam ocupar cada vez mais espaços de poder. Esta mesa foi composta por Ju Kerexu, que é coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Ingrid Farias, representando a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e Coalizão Negra por Direitos; Maria Gavião, da Articulação de Mulheres Brasileiras; e Ingrid Sateré Mawé, mulher semente²⁵ da ANMIGA. A intenção da mesa era realmente afirmar a união dessas mulheres em torno de uma luta, do enfrentamento à violência e ao racismo. Abrindo a mesa, Ingrid Sateré Mawé fez o seguinte chamado para começarem os trabalhos:

Vamos chamar os parentes para vir aqui para tenda principal acolher as nossas companheiras que estão aí na luta tanto no movimento de mulheres negras no anti-proibicionismo, também mulheres que estão representando aqui a América Latina. Então vamos aqui unificar nossas forças com as nossas lutas e essas companheiras estão aqui hoje para trazer esse histórico, trazer essa saudação e reafirmar essa aliança que é tão necessária. Que a gente sabe que sozinhas a gente não vai para lugar nenhum, então essa unidade ela é necessária para a gente avançar em todas as pautas que a gente colocou nesses dias da nossa terceira marcha (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

A mesa composta por essa diversidade de mulheres seguiu com a intenção maior de estabelecer esse sentimento de união entre mulheres indígenas, mulheres negras e mulheres quilombolas. As falas traziam sempre o enfrentamento às violências, a necessidade de proteção de seus corpos e de se empoderar para garantir que essas mulheres ocupem mais espaços. Ingrid Farias é pontual quando afirma: “O racismo é um fenômeno, é uma violência que atinge mulheres negras e indígenas desse país, do povo preto e indígena. A luta contra o racismo é uma luta pela garantia das nossas vidas, dos nossos direitos de sobreviver, do nosso direito de ocupar espaços, de produzir vitória, de produzir política”.

²⁴ A mesa foi transmitida ao vivo pelo canal APIB e pode ser acessada pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=IcWB8MJdDlo&t=715s>

²⁵ Em conversa com Ingrid Sateré Mawé na organização geral das indígenas mulheres dentro da ANMIGA a mulher semente descende das mulheres terras que são as fundadoras da articulação. O papel das mulheres semente é semear os ideais da articulação por onde elas passarem.

Ingrid Farias pede aponta em seu pedidopor uma irmandade entre mulheres negras e mulheres indígenas e mais ao final deixa evidente que o momento é de se unir e seguir juntas: “nós queremos seguir irmanadas com os cocares das companheiras indígenas com os nossos turbantes, com nossas tranças, juntas seguindo para encarar o racismo para dizer que esse país não tem mais espaço para permanecer o racismo”. A urgência em se enfrentar essa violência é refletida tanto no relatório de violência contra os povos indígenas, observado anteriormente, quanto no último relatório da Anistia Internacional²⁶ que apontou que 66% das vítimas dos casos de feminicídio no Brasil no ano de 2022 são mulheres negras.

O terceiro dia das organizações para a marcha contemplou levou ao seu intuito final, colocar a marcha nas ruas de Brasília. A manhã do dia 13 de setembro foi marcada pelo forte calor e o céu extremamente limpo, não havia uma nuvem sequer acima de nossas cabeças. Ao longo daquela manhã, as delegações de cada bioma, cada povo, eram chamadas para compor uma grande fila que ia se direcionando de frente ao palco até o lado esquerdo da tenda principal. Sonia Guajajara se juntou à delegação das mulheres indígenas de seu povo e de mãos dadas com suas companheiras, seguiu em direção à concentração final da Marcha.



Figura 7 Sonia Guajajara Caminha com mulheres indígenas na III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal

²⁶ O relatório da anistia internacional pode Informe dos anos 2022 e 2023 pode ser acessado na íntegra em: <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/5670/2023/bp/>

As delegações caminhavam em direção à grande avenida localizada ao lado da Fundação Nacional de Artes FUNARTE, onde eram recebidas por um carro de som que as organizava de um lado da avenida. Ao longo desta empreitada, que visava reunir todas as mais de oito mil mulheres em uma única marcha, seus cocares, seus maracás, a fumaça de seus cachimbos e suas peles pintadas de urucum e jenipapo aos poucos iam preenchendo toda a pista esquerda da avenida. Cantos de diferentes povos se misturavam ao longo desta fila carregada de ancestralidade.



Figura 8 Mulheres Guarani caminham em direção a III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal

As delegações traziam cartazes com diversas demandas, manifestações como o fim do Marco Temporal e, a homologação ou demarcação de seus territórios. e junto disto suas vozes se reuniam em coro pedindo justiça por aquelas que sofreram e sofrem violências, pelo direito ao acesso à saúde e educação e principalmente pela proteção de seus territórios. O momento era de muita energia e caminhar ao lado dessas guerreiras me fez sentir o quanto poderosa esta marcha seria.



Figura 9 Célia Xakriabá ao lado de Ju Kerexu, Joziléia Kaingang, e Braulina Baniwa III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal

Ao iniciar a Marcha optei por seguir junto ao primeiro bloco de mulheres indígenas que era liderado por Célia Xakriabá ao lado de Ju Kerexu, Joziléia Kaingang, e Braulina Baniwa. Célia trazia pintado em seu colo a frase “Cura da Terra”, que é um dos ideais apontados nas marchas anteriores. Suas vozes ecoavam pelos quarteirões quase que intermináveis de Brasília, as palavras de ordem eram certeiras: “Antes do Brasil da Coroa existe o Brasil do Cocar”, “Protejam nossos Territórios”, “A mãe do Brasil é indígena”. Essas palavras de ordem são formas de denúncia, como aponta Joziléia Kaingang:

Durante as marchas, as questões relacionadas às violências sofridas pelas mulheres indígenas são consideradas intimamente ligadas às violências que acometem a terra e a falta dela, e são vistas como uma luta que não se restringe apenas ao coletivo de mulheres indígenas. Frases como “a primeira a ser atacada foi uma mulher a terra”, “quando violenta a terra violenta a mulher”, e “a mãe terra está sendo estuprada”, que foram muito divulgadas durante as marchas, denotam violências que são vistas como intimamente relacionadas e que impedem a vida de acordo com os nossos modos de vida indígenas. Além disso, o potencial agregador das frases de efeito, como “território, nosso corpo, nosso espírito” e “mulheres originárias, reflorestando mentes para a cura da terra”, é inegável, e aponta para a construção de um “comum” em torno do chamado, em torno de uma urgência que consegue fazer uma mediação potente entre a diversidade de mulheres indígenas, sem deixar de questionar as violências históricas às quais as mulheres indígenas foram e são submetidas. (Schild, 2023 p.161)

Ao todo, a marcha percorreu um pouco mais de quatro quilômetros e o destino era o Congresso Nacional. Testemunho que observar Brasília colorida por milhares de mulheres

indígenas de todos os biomas do Brasil foi uma experiência ímpar. Observar aqueles cenários frios, que eu só conhecia por fotos ou televisão sendo ocupados por tanta potência, é indescritível. A marcha seguiu até o congresso e ao chegarmos ao final da esplanada dos ministérios pude observar que um imenso esquema de segurança tinha sido montado à frente do emblemático prédio assinado por Oscar Niemeyer. O carro de som se posicionou em frente às grades de segurança colocadas pela polícia e ali pudemos ouvir as falas de diversas lideranças.

Juliana Jenipapo, a Cacica Yrê, com toda sua energia apontava a necessidade de união das diversas mulheres indígenas, tanto do Brasil quanto das mulheres indígenas que vieram de fora do país. Ela apontou que a Marcha só acontece, pois, unidas na força da resistência, elas conseguem construir políticas: “Mulherada, cada uma de vocês é importante neste processo político, cada uma de vocês é importante para mantermos vivas as vozes daquelas que nos antecederam”. Ela finaliza pedindo para que aquelas mulheres indígenas presentes fortaleçam a ANMIGA e suas organizações locais e aproveita para avisar que já está em curso a construção da quarta marcha.

A Marcha das Mulheres Indígenas, um movimento pacífico pensado e organizado por mulheres indígenas de todas as partes do Brasil não conseguiu ultrapassar as grades de segurança montadas bloqueando a antes da grande rampa que leva ao congresso nacional. Elas ecoaram suas vozes ali, ocupando quase todo o jardim central da esplanada dos ministérios. O congresso se blindou, pois sabiam que elas eram fortes. Célia Xakriabá em sua fala aponta que gostaria que o Senado aprovasse as pautas referentes ao combate a violência às mulheres indígenas com a mesma urgência que tramitou as discussões sobre o Marco T temporal as pautas referentes ao combate a violência às mulheres indígenas: “Nós somos as brabas do congresso nacional e as brabas do território, porque nós somos as mulheres que resistem pela força do cantar, nós estamos no chão da aldeia e chegamos aqui para mulherizar”. Certamente quem estava lá dentro, ouviu o que elas vieram dizer.

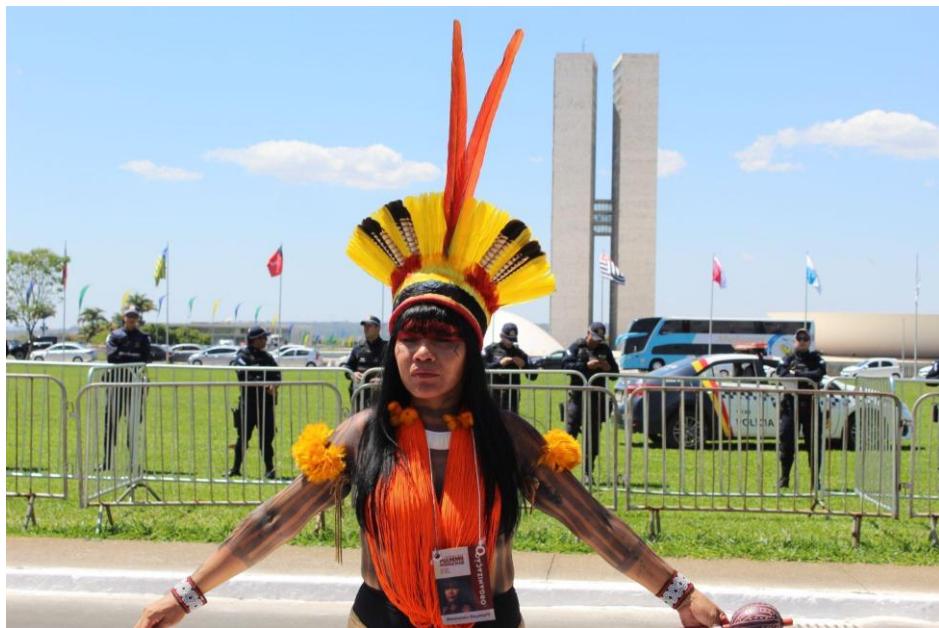


Figura 10 Watatakalu Wayalapiti Liderança do povo Yawalapiti – III Marcha das Mulheres Indígenas 2023- Acervo pessoal

Após a quente e agitada manhã da marcha, as mulheres indígenas se reuniram mais uma vez nos arredores da FUNARTE para uma mesa final. “Boa tarde biodiversidade, boa tarde mulheres biomas!”, entoa Braulina Baniwa no terceiro e último dia dos encontros. Braulina é convocada para fazer a abertura desta mesa potentíssima que aconteceu logo após a Marcha. A mesa²⁷ contou com a presença da ministra da igualdade racial Aniele Franco, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva, Ministra das Mulheres Cida Gonçalves e representando a Secretaria de Saúde Indígena, a chefe de gabinete Yuna Guajajara.

²⁷ A mesa foi transmitida ao vivo pela APIB e a transmissão pode ser acessada pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=1nA8W4NjAY4&t=2116s>



Figura 11 Mesa composta pela ministra da igualdade racial Aniele Franco, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva, Ministra das Mulheres Cida Gonçalves e a chefe de gabinete Yuna Guajajara III Marcha das Mulheres Indígenas 2023 - Acervo pessoal

A coletividade e parceria presente em todos os momentos da Marcha se consolida quando a ANMIGA e suas articuladoras estabelecem conexões com representantes do governo. A imagem acima representa o compromisso em tecer políticas em conjunto com o movimento de mulheres indígenas. Braulina aponta que desde a primeira marcha das mulheres indígenas, elas já denunciavam as violências que seus corpos-territórios sofriam: “A partir da primeira a gente já falava violência de gênero, já falávamos do impacto do garimpo e impacto dos madeireiros em nosso corpo-território”. Braulina aponta que a presença das ministras naquele espaço de representatividade da diversidade indígena brasileira é importantíssima e que este encontro deve ser celebrado. Ela pede que se firme um acordo entre elas para a proteção da biodiversidade e a garantia de direitos para aquelas mulheres indígenas que sofrem a violências em seus cotidianos.

Nós seguimos lutando para garantir a segurança dos indígenas dentro dos territórios indígenas e precisamos avançar assim com a discussão de combate a violência de gênero, a violência doméstica contra as mulheres indígenas em todos os nossos territórios ainda é uma realidade, infelizmente a violência que acontece contra as mulheres indígenas. São muitas as mulheres assassinadas as meninas violentadas e a gente não pode considerar a violência contra as mulheres como cultura, não podemos permitir a violência como cultura. E por isso essa marcha também faz esse chamado né para que a gente possa ter liberdade para que a gente possa estar ocupando espaços

para que nós possamos sim assumir todo protagonismo da nossa história! (Sonia Guajajara, 2023)

Sonia Guajajara aponta a importância de se assumir o protagonismo de suas próprias lutas e aponta a urgência do combate à violência contra as mulheres indígenas. Ao longo da construção da marcha, uma equipe de mulheres da ANMIGA se ocupou de redigir o documento final da marcha que foi lido ao final desta última mesa. Este documento traz um resumo dos debates que aconteceram ao longo de todas as mesas e plenárias que aconteceram, não somente nestes três dias, mas ao longo de toda a construção da marcha.

Nesses três dias, nos encontramos e nos reencontramos para discutir as pautas que foram trazidas na construção da marcha e na pré-marcha realizadas no final de fevereiro de 2023. Para nós, esse momento representa nossa força, nossa conexão com as nossas ancestralidades, como indígenas mulheres, presentes para defender nossos corpos territoriais e para dizer #NÃOAO MARCO TEMPORAL. (Documento Final Da III Marcha, 2023)

O documento é dividido em tópicos, trazendo os debates e as reivindicações levantados durante a marcha, são eles: Reflorestar Mentes; Biodiversidade; Emergência Climática; Violência de Gênero; Saúde Mental / Acessibilidade; Educação; Plenária Internacional Mulheres-água; Plenária Nacional - Mulheres Sementes; Tribunal das Ancestralidades; Fortalecimento entre elas e para elas; A Bancada do Cocar e as Mulheres Biomas na Política. Analisei Mais a frente, aprofundarei os tópicos acima ao analisar o documento final da marcha como fonte histórica significativa para a construção dos próximos capítulos, trazendo as pautas das mulheres como questões sujeitadoras na reflexão, pois a marcha e a construção da marcha reverberam nas articulações que essas mulheres indígenas fizeram e fazem.

PARTE II

PAUTA I

Promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos. **Não basta reconhecer nossas narrativas, é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão.** (Documento Final Da Primeira Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019, Online, grifos meus)

“ALDEAR É OCUPAR COM NOSSOS CORPOS, MAS TRAZENDO A NOSSA FORMA DE FAZER POLÍTICA” MULHERES BIOMAS NA POLÍTICA

O aldear é ocupar com nossos corpos, mas trazendo a nossa forma de fazer política. É por isso que a gente deu esse nome de aldear. Não era simplesmente ocupar ou qualquer outro nome, mas sim o aldear, porque é do nosso jeito, é do nosso modo e, claro, encontrando diversos desafios, mas a gente acredita que a gente não pode simplesmente pelo fato de estar ocupando esses lugares, perder a nossa essência, deixar de lado a nossa ancestralidade. (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

O slogan “Aldear a política” esteve presente na maior parte das campanhas de mulheres e homens indígenas em território nacional. Ele surge como um manifesto do movimento indígena nas eleições de 2018 e de fato é uma tentativa de transformar o sistema político brasileiro com o ideal de conseguir garantir equidade e representatividade indígena no Congresso Nacional com mais indígenas aldeando esse espaço.

Aldear a política surge como principal levante para que as estruturas da atual política partidária brasileira sofram fissuras em seu modo de organização, pois a inserção destes corpos neste cenário altera a lógica do sistema. Sistematiza o “nada sobre nós, sem nós” (BANIWA et al, 2022 p.109), de Aurora Braulina, e, além disso, garante que esses corpos ocupem os lugares de representatividade e poder que não conseguiram ocupar anteriormente por causa da colonialidade e do racismo perpetrado. Joziléia Kaingang conta que o movimento de mulheres indígenas observou a importância de se ocupar esses lugares:

Aldear a política, então, significa que nós precisamos estar presente nos partidos políticos, que a gente precisa construir o partido, construir a narrativa dos partidos, entender se esse partido se alinha com os nossos projetos e com os nossos pensamentos, se a gente consegue fazer uma aliança de caminhada conjunta e coletiva para o mesmo caminho e se a gente vai conseguir, então, ter ali mulheres indígenas, homens indígenas que possam estar construindo esse lugar. (Joziléia Kaingang, 2024)

A construção deste lugar de representatividade advém de uma batalha maior que se intensificou, principalmente nos anos de atuação de governos de extrema-direita no Brasil. Os dados levantados pelo Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário CIMI, mostram que entre os anos de 2016 e 2021, mais de 790 indígenas tiveram a vida ceifada por conivência da ação de governos extremistas.

A gente precisa falar de como houve um desmantelamento das políticas para povos indígenas desde o governo do Michel Temer até todo o governo Bolsonaro. A gente teve um desmantelamento total da política voltada para povos indígenas e isso perpassa tanto a Secretaria Especial de Saúde Indígena, eu acho que a Secretaria Especial de Saúde Indígena teve outro revés porque aconteceu a pandemia de Covid-19. (Joziléia Kaingang, 2024)

Nos dados levantados pelo CIMI, ano de 2020, “ano de passar a boiada”²⁸ figura como o mais sanguinário desde o início da série histórica de dados coletados, com 182 mortes. Somados, os trágicos 6 anos deste projeto genocida da direita e extrema-direita brasileira ultrapassaram as mortes relatadas entre 2003 e 2015. No gráfico abaixo observamos o comparativo de 2003 a 2022, vale observar que nunca, antes de 2017, o número de assassinatos ultrapassou a casa dos 100. Ressalto também a soma entre os anos de 2003 e 2016, totalizando em treze anos quase o total dos últimos cinco anos desta direita genocida no poder.



Gráfico 1 Dados do relatório de violência aos povos indígenas CIMI 2003 - 2022

O manifesto “Chamado Pela Terra: Mulheres Indígenas no Poder, Movimento de Retomada Política”, veiculado pela ANMIGA no ano de 2021 exemplifica bem esse período devastador.

No Brasil, estava ruim antes do golpe de 2016. Desastroso depois dele. Catastrófico com a chegada de um fascista, genocida e ecocida à Presidência da República. Após cinco séculos de exploração histórica, opressão, etnocídio, colonização, racismo, negação de direitos dos nossos povos originários e de origem africana, encontramo-

²⁸ Em imagens divulgadas de uma reunião Ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020, o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles defendeu que se criasse medidas capazes de aprovar diversas mudanças na pasta da proteção ambiental. Segundo o ministro, era necessário aproveitar enquanto todas as atenções estavam voltadas à Pandemia de COVID-19 para “passar a boiada” Disponível em: <https://encurtador.com.br/WLHJO>

nos num quadro de total emergência: climática, ecológica, sanitária, social, econômica, civilizatória. (Chamado Pela Terra, 2021 Online)

Sonia Guajajara, em sua fala na mesa de encerramento da III Marcha das Mulheres Indígenas, aponta que muitos dos ataques sofridos por populações indígenas ainda são reflexos das diversas manifestações de incitação ao ódio e preconceito aos povos indígenas incitadas pelo governo de Jair Bolsonaro.

Agora saindo de um período tão turbulento. Um período tão sofrido que foi com a pandemia, com a gestão do governo Bolsonaro que incitou o ódio contra os povos indígenas, que incitou ataques e violências. Foi um momento também que a gente aproveitou para refletir e pensar a estratégia de luta e a nossa estratégia dessa vez foi pensar estratégias de ocupação de espaços, estratégia de ocupação também nos Espaços políticos (Sonia Guajajara, 2023)

É durante permeado por este período turbulento apontado por Sonia que as eleições do ano de 2020 ocorreram. Em meio a pandemia do Covid-19, onde as manobras do então governo de Jair Bolsonaro fizeram com que mais de setecentos mil brasileiros viessem a morrer em decorrência de complicações advindas da contaminação pelo vírus. Estas eleições ocorrem em pleno contexto de distanciamento social e a maior parte das campanhas eleitorais se deu por meios digitais, encontros e difusões via redes sociais, plataformas de reuniões, etc. Ao longo do período eleitoral, o site *campanhaindigena.info* coordenado pela APIB fez um mapeamento das candidaturas indígenas em território nacional. Após a divulgação das candidaturas, é lançado um manifesto denunciando a fragilidade da democracia brasileira. Dentre vários pontos importantes contidos neste manifesto, destaco a urgência de que mais indígenas ocupem cargos dentro do cenário político partidário. Esta configuração seria ferramenta importante para que os movimentos indígenas consigam ampliar suas atuações e demandas nas tomadas de decisões referentes sobretudo aos seus territórios.

Temos por isso, nós povos indígenas, o desafio de ocupar esses espaços, para disputarmos inclusive uma verdadeira democracia representativa, participativa e popular, onde possamos, por exemplo, indicar representantes não apenas pela via clássica partidária, mas através de colégios eleitorais diferenciados ou de mecanismos autônomos de organização social própria, espaços coletivos de decisão, grandes assembleias, plenárias ou Congressos, sem deixar de sonhar, mais ainda, nas possibilidades de termos um Parlamento Indígena. (Manifesto Campanha Indígena, 2020 Online)

A grande questão para que essas candidaturas aconteçam, como observado no manifesto, é construir condições coletivas para sua efetivação. É necessário que se organize ampla e politicamente abrangendo outras instâncias, não somente pela política partidária. Essas eleições apresentaram um enorme avanço quando observamos os números de candidaturas de indígenas em território nacional. Asbaixo apresentarei tabelas abaixo apresentam com um levantamento deos dados das candidaturas indígenas nos pleitos brasileiros de 2016, 2018, 2020 e 2022. Os números contidos nestas tabelas encontrados nas estatísticas eleitorais disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Para fazer a análise dos dados das eleições, a plataforma disponibiliza a inserção de vários tipos de filtragem. Para esta pesquisa, os filtros aplicados foram; Candidaturas - Estados - Raça/Cor - Gênero. As tabelas a seguir foram divididas em estados, candidaturas e eleitos.

PLEITO DE 2016				
ESTADO	CANDIDATURAS		ELEITOS	
	2016	2016	2016	2016
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Acre	6	54	0	9
Alagoas	8	13	0	5
Amapá	5	7	0	2
Amazonas	87	268	2	28
Bahia	24	63	3	11
Ceará	15	27	0	3
Espírito Santo	6	19	0	1
Goiás	8	8	0	1
Maranhão	11	40	1	4
Mato Grosso	20	55	2	6
Mato Grosso do Sul	51	142	3	10
Minas Gerais	32	53	3	7
Pará	12	49	0	7
Paraíba	20	57	3	10
Paraná	5	30	1	0
Pernambuco	23	81	1	17
Piauí	3	5	0	0
Rio de Janeiro	14	14	0	0
Rio Grande do Norte	3	5	1	0
Rio Grande do Sul	21	48	1	14
Rondônia	2	10	0	2
Roraima	41	90	1	12
Santa Catarina	12	28	2	2
São Paulo	31	39	1	3
Sergipe	5	8	0	0
Tocantins	8	29	0	5
TOTAL NACIONAL	473	1242	25	159

Tabela 1 Elaborada pelo autor com base nas Estatísticas Eleitorais Divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral

PLEITO DE 2018				
ESTADO	CANDIDATURAS		ELEITOS	
	2018	2018	2018	2018
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Acre	1	4	0	0
Alagoas	3	0	0	0
Amapá	1	1	0	0
Amazonas	6	11	0	0
Bahia	1	6	0	0
Ceará	4	6	0	0
Distrito Federal	1	3	0	0
Espírito Santo	0	3	0	0
Goiás	0	0	0	0
Maranhão	0	3	0	0
Mato Grosso	0	3	0	0
Mato Grosso do Sul	1	8	0	0
Minas Gerais	2	0	0	0
Pará	3	4	0	0
Paraíba	0	1	0	0
Paraná	0	1	0	0
Pernambuco	2	2	0	0
Piauí	0	1	0	0
Rio de Janeiro	2	4	0	0
Rio Grande do Norte	0	1	0	0
Rio Grande do Sul	0	3	0	0
Rondônia	2	0	0	0
Roraima	8	12	1	0
Santa Catarina	4	0	0	0
São Paulo	4	5	0	0
Sergipe	2	0	0	0
Tocantins	0	2	0	0
TOTAL NACIONAL	47	84	1	0

Tabela 2 Elaborada pelo autor com base nas Estatísticas Eleitorais Divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral

PLEITO DE 2020				
ESTADO	CANDIDATURAS		ELEITOS	
	2020	2020	2020	2020
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Acre	13	55	1	8
Alagoas	14	28		5
Amapá	5	19	0	1
Amazonas	158	340	10	28
Bahia	42	92	1	8
Ceará	19	26	1	2
Espírito Santo	4	8	0	1
Goiás	9	14	0	1
Maranhão	22	37	1	7
Mato Grosso	32	93	1	10
Mato Grosso do Sul	73	145	2	11
Minas Gerais	26	29	1	8
Pará	29	79	0	8
Paraíba	24	52	4	11
Paraná	9	40	0	4
Pernambuco	38	93	1	13
Piauí	3	4	0	1
Rio de Janeiro	12	15	0	0
Rio Grande do Norte	6	4	0	0
Rio Grande do Sul	53	80	1	14
Rondônia	8	28		4
Roraima	67	81	4	11
Santa Catarina	23	35	1	3
São Paulo	26	47	1	3
Sergipe	3	5	1	0
Tocantins	14	34	0	5
TOTAL NACIONAL	732	1483	31	167

Tabela 3 Elaborada pelo autor com base nas Estatísticas Eleitorais Divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral

PLEITO DE 2022				
ESTADO	CANDIDATURAS		ELEITOS	
	2022		2022	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Acre	2	8	0	0
Alagoas	1	0	0	0
Amapá	2	2	1	0
Amazonas	9	11	0	0
Bahia	1	4	0	0
Ceará	2	5	0	0
Distrito Federal	3	0	0	0
Espírito Santo	0	3	0	1
Goiás	0	1	0	0
Maranhão	3	1	0	0
Mato Grosso	2	2	0	0
Mato Grosso do Sul	5	6	0	0
Minas Gerais	4	3	1	1
Pará	2	1	0	0
Paraíba	2	1	0	0
Paraná	2	6	0	0
Pernambuco	3	5	0	0
Piauí	2	1	0	1
Rio de Janeiro	7	4	1	0
Rio Grande do Norte	1	1	0	0
Rio Grande do Sul	2	5	0	1
Rondônia	3	2	0	0
Roraima	15	17	0	0
Santa Catarina	4	0	0	0
São Paulo	5	8	2	0
Sergipe	1	2	0	0
Tocantins	1	2	0	0
TOTAL NACIONAL	84	101	5	4

Tabela 4 Elaborada pelo autor com base nas Estatísticas Eleitorais Divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral

A seleção dos pleitos acima é necessária, pois podemos a partir delas ter uma noção comparativa dos totais destas candidaturas. Os pleitos dos anos de 2016 e 2020 são responsáveis pela eleição de Prefeitos e Vereadores, enquanto os de 2018 e 2022 ficam responsáveis pelas eleições presidenciais, Deputados Estaduais e Federais, Governador e Senadores. Primeiramente, se compararmos os totais nacionais de candidaturas de indígenas entre os

pleitos de 2016 e 2020, observamos um aumento de 29,21%, passando de 1715 para 2216 candidaturas. No gráfico a seguir, apresento observaremos o número de candidaturas por estado.

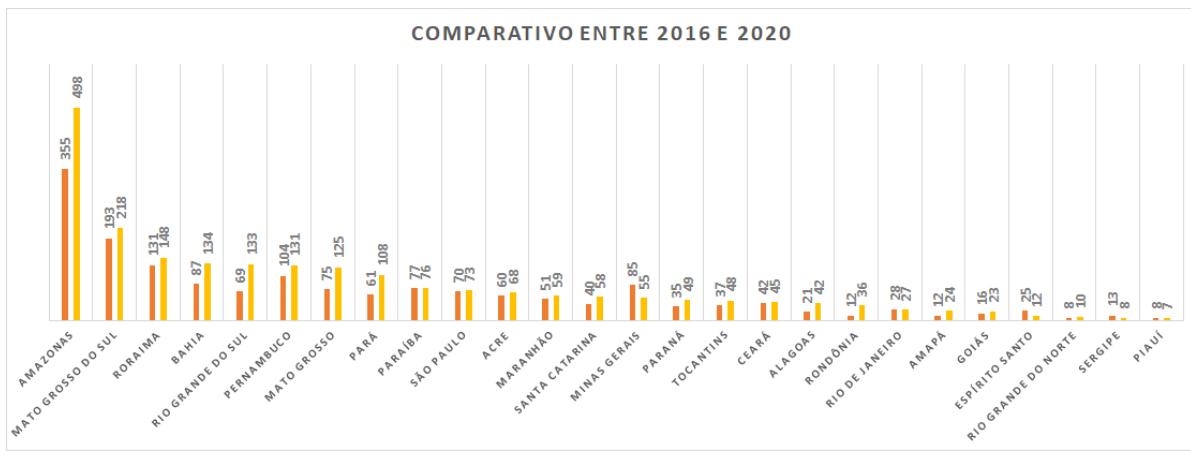


Gráfico 2 Candidaturas indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

O estado do Amazonas lidera a lista com o maior número de candidaturas indígenas, seguido por Mato Grosso do Sul, Roraima, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A grande concentração do número de candidaturas em estados como Amazonas, Mato Grosso do Sul, Roraima e Bahia está atribuída também ao fato de que estes estados figuram a maior densidade populacional indígena no Brasil.²⁹ Quando observamos o número de candidaturas por estado filtrando os totais por gênero, a fim de observar o número de candidaturas de mulheres indígenas, o cenário é o seguinte:

²⁹ Conforme o Censo do ano de 2022 os estados do Amazonas com uma população indígena de 490.935, Bahia com 229443, Mato Grosso do Sul 116469 e Pernambuco com 106646 são os quatro estados do Brasil com a maior população indígena.

COMPARATIVO MULHERES CANDIDATAS

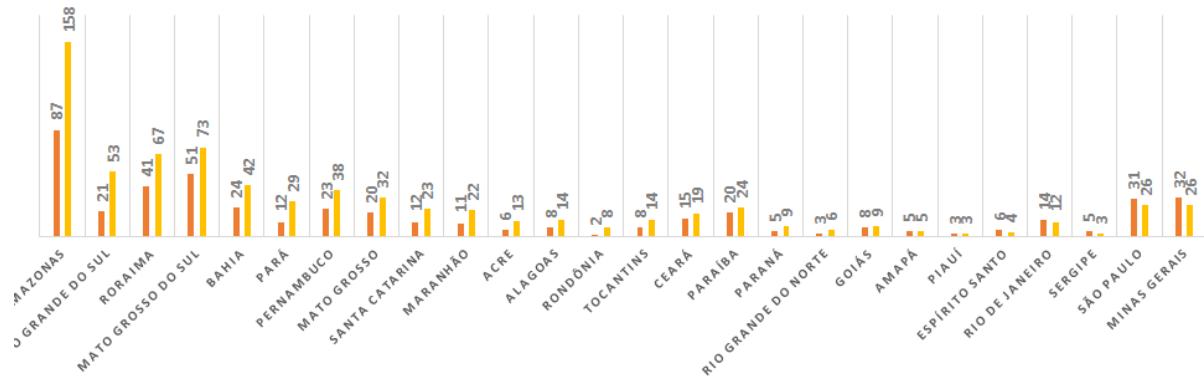


Gráfico 3 Candidaturas de mulheres indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

Quando filtramos os totais de candidaturas por gênero, observamos que as candidaturas de mulheres indígenas entre os mesmos pleitos de 2016 a 2020 apresentaram um aumento de 54,76%, com destaque para o estado Amazonas que segue liderando a lista. No comparativo entre candidaturas de mulheres indígenas nos estados do Sul do Brasil, o Rio Grande do Sul passa a ocupar a segunda posição do gráfico, Santa Catarina a nona e o Paraná, a décima sétima posição. O Rio Grande do Sul apresentou umCom exceção do aumento de cerca de 153% do número de candidaturas apresentadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina apresentou um aumento de 91,76%, passando de 12 candidaturas em 2016 para 23 candidaturas no pleito de 2020. Ao comparar as candidaturas de homens e mulheres indígenas destes pleitos, observamos o seguinte cenário:.

COMPARATIVO ENTRE HOMENS E MULHERES INDÍGENAS

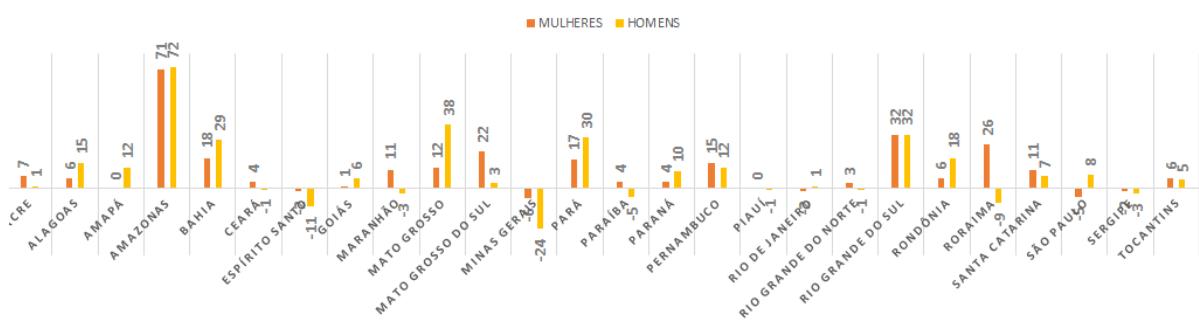


Gráfico 4 Comparativo de candidaturas de mulheres e homens indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

No cenário acima, dentre os estados do sul do Brasil, Santa Catarina apresenta um maior número de candidaturas de mulheres, em relação comparando-as com às candidaturas de homens indígenas. O Rio Grande do Sul tem igual número entre gêneros, enquanto no Paraná o número de figura com mais que o dobro decandidaturas de homens indígenas é mais que o dobro do que o de mulheres indígenas. É importante a apresentação destes números para compreendermos como se deu o projeto de aldear a política, mencionado anteriormente.

Se por um lado observamos um aumento no número de candidaturas de homens e de mulheres indígenas, por outro, os resultados destes pleitos não apresentam o mesmo crescimento, como observamosobsvaremos no gráfico a seguir.

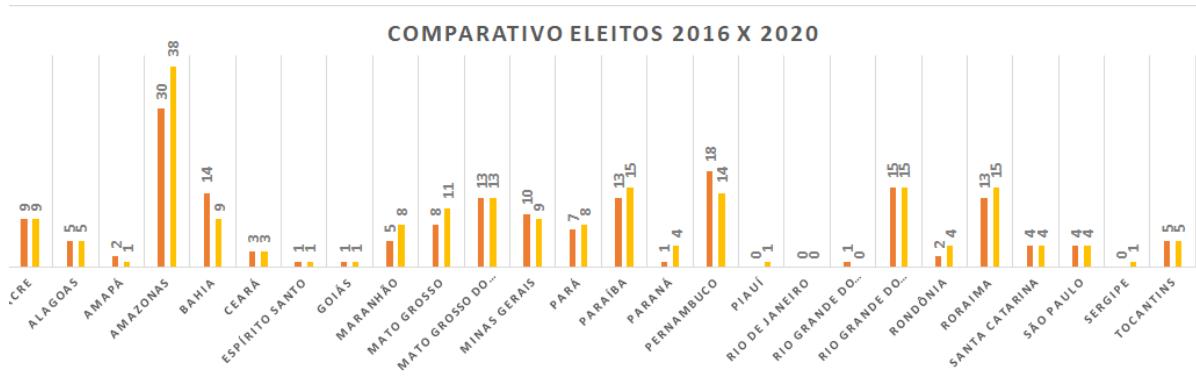


Gráfico 5 Comparativo de candidaturas indígenas eleitas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

No comparativo geral nacional, os estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe apresentaram aumento no número de candidatos indígenas eleitos. Ao compararmos o número de mulheres indígenas eleitas entre os pleitos de 2016 e 2020, encontramos o seguinte:

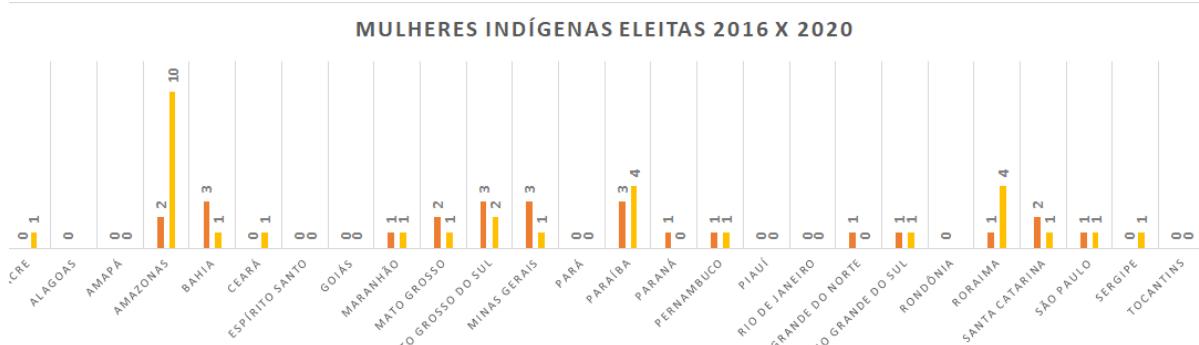


Gráfico 6 Comparativo de candidaturas eleitas de mulheres e homens indígenas entre os pleitos de 2016 e 2020. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

Santa Catarina manteve o número de candidaturas entre os pleitos, e aqui é necessário fazer um apontamento importante:. Como já observei ao levantar os dados para a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (Azara, 2021), a candidata eleita Marizete Leopoldino Belino, pertencente ao povo Kaingang, não aparecia nos resultados de busca com filtros das candidaturas indígenas³⁰ no pleito de 2020, pois a mesma foi cadastrada no sistema como parda. No entanto, Marizete se candidatou no pleito de 2016 e neste, sim, ela consta como indígena. Uma possibilidade para a discrepância entre os pleitos pode ser explicada pelo que ocorreu com Andenice Fiamoncini que, ao cadastrar sua candidatura, mesmo com sua autodeclaração, o partido sem consultá-la formalizou o cadastro como parda. Somente após a conferência e solicitação por parte de Andenice é que o partido corrigiu o cadastro. Considerando esse histórico, podemos considerarEntão de antemão já sabemos que as estatísticas eleitorais oficiais podem não apresentar equívocos em relação aos a realidade dos números nacionais.

A primeira candidatura de Kerexu Yxapyry ocorreu no ano de 2018, como vimos anteriormente. Sua campanha teve um ótimo desempenho, possibilitando momentos profícuos de diálogo e espaço para apresentar suas experiências como liderança de sua comunidade.

Dentro da campanha eu pude falar das crianças, das mulheres, dos mais velhos, dos homens, da juventude. Pude falar também do papel dos rios, da floresta, da alimentação, e aí e ali dentro dessa proposta da transformação pelo bem viver pude trabalhar a questão da saúde e da educação. De que forma nós queremos transformar esse mundo para a gente estar nesse bem viver? (Kerexu Yxapyry, 2023)

Nesta caminhada para divulgação de sua campanha de 2018, Kerexu começou a plantar os ideais que ela levaria para a campanha de 2020. Ela circulou, principalmente entre os jovens catarinenses, levando o ideal do bem viver como meta. Esse início de trajetória teve impactos positivos que refletiram nos ótimos resultados de desempenho que ela apresentou em sua segunda candidatura. “Isso sim para mim foi muito surpreendente, de ver de como que a sociedade tem sede disso, do bem viver, e como que algumas práticas são totalmente contrárias, parece que não existe uma receita colocada ali de como seguir.” (Kerexu Yxapyry, 2023)

Voltando um pouco ao pleito de 2018, temos um ponto em comum entre as interlocutoras desta pesquisa. Ambas relataram que entendem que a candidatura de Sonia

³⁰ À época, fiquei sabendo da eleição de Marizete por meio de conversas com meu Orientador Sandor Bringmann (UFSC).

Guajajara ao cargo de vice-presidente no ano de 2018 impulsionaram o aumento da candidatura de mulheres indígenas em território nacional. Para Joziléia, além deste aumento significativo, a campanha da chapa Boulos e Sonia trouxe visibilidade para o movimento indígena como um todo.

A Sônia trouxe essa representação em 2018, num momento em que nós estávamos muito fragilizados, em que a esquerda do país estava muito fragilizada. Tivemos essa candidatura que reverbera depois nas eleições municipais. Nós tivemos um número de candidatos que aumentou significativamente em 2020, de candidaturas indígenas justamente porque eles estavam pautados naquela candidatura que aconteceu em 2018 e muitas pessoas que não conheciam o movimento indígena passam a conhecê-lo a partir da candidatura da Sônia (Joziléia Kaingang, 2024)

A importância desta candidatura é significativa, porao acontecer em um período onde as movimentações para a eleição de Jair Bolsonaro já vinham dando sinais de que a pauta indígena não teria vez e nem voz ao longo de seu mandato. Este movimento, extremamente nocivo a causa indígena, ganha veio ganhando força desde meados de 2017, quando à época o então candidato à presidência da república já fazia ataques direcionados aos povos indígenas e suas terras: “Onde tem uma reserva indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí.”³¹. Esta campanha visando a total desinformação e uma aproximação do político e com a pauta ruralista gerou cada vez mais preconceitos no imaginário popular, Aalém de facilitar colaborar com o aumento expressivo de ataques às terras demarcadas, em processo de demarcação e em territórios ainda não demarcados. “Nem um centímetro a mais para terras indígenas”³², discursou Bolsonaro, exemplificando bem a seriedade e a urgência do que estavaria por vir.

Sonia faz um apelo divulgado em suas redes sociais e site oficial de campanha. A carta aberta intitulada “Falando com meus parentes e minhas parentas indígenas” publicada em fevereiro de 2018, traz em suas linhas a preocupação com o avanço do conservadorismo e os desmontes dna educação e saúde no Brasilpaís.

E quero aqui começar o ano falando sobre candidaturas indígenas em 2018. Diante de todos os ataques e retrocessos que vem perdurando durante toda a história, se faz necessário que nós indígenas com toda a nossa sabedoria, ancestralidade e articulação possamos nos adentrar nas candidaturas das próximas eleições para pleitear as vagas

³¹ Fala dita em palestra no clube “A hebraica” no Rio de Janeiro em abril de 2017 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lcXJNGhUQy8>

³² “Nem um centímetro a mais para as terras indígenas”, diz Bolsonaro. DE OLHO NOS RURALISTAS: Observatório do agronegócio no Brasil. 8 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-20/nem-um-centimetro-a-mais-para-os-indigenas-e-para-a-biodiversidade-no-brasil-de-bolsonaro.html> Acesso em: 20 de novembro de 2022

nos espaços institucionais ao Parlamento e ao Executivo, conforme for as nossas articulações políticos partidárias, e assim começarmos a ocupar esses espaços que até hoje, 518 anos depois, é ocupado em sua maioria por representantes muito distante ou totalmente contrário às causas populares e à diversidade desse país. (Sonia Guajajara, 2018 Online)

AComo mencionei anteriormente, a candidatura de Sonia foi um marco significativo grande marco para a luta de mulheres indígenas na atualidade. A vereadora Andenice Fiamoncini, por exemplo, conta que que a candidatura de Sonia representou não somente um grande avanço para as campanhas indígenas, mas marca um momento de empoderamento para mulheres que sonham em adentrar ao cenário político partidário.

A gente sabe que historicamente a mulher vem tomando espaço e a mulher indígena também caminha nesse avanço da sociedade. Eu acho que a Sônia com certeza foi, e é um espelho, para as mulheres, para todas as mulheres, principalmente para as mulheres indígenas. Em especial, por estar enfrentando esse mundo da política que a gente sabe que não é fácil. Considerando vários elementos a gente sabe o quanto difícil. É preciso ter muita coragem para entrar para a política. Sendo mulher, sendo indígena. (Andenice Fiamoncini, 2023)

Andenice foi eleita como vereadora para a cidade de Ibirama, localizada na região do Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina. Ela figura como a primeira mulher indígena a ocupar um cargo político na região.

Quando eu encontro algumas pessoas lá da terra indígena e não interessa se eu estou em Ibirama, se eu estou em José Boiteux, se eu estivesse Presidente Getúlio, mas eu sou a primeira indígena eleita vereadora da terra indígena, é isso que eu ouço saber? Então é ali que eu sinto que realmente eu vou deixar um pouquinho da minha história. (Andenice Fiamoncini, 2023)

Sua candidatura soma forças ao ótimo desempenho de candidaturas indígenas do ano de 2020, como mencionado anteriormente.

Enquanto mulher, eu acho que foi uma das primeiras decisões que tomei sozinha. Porque, ou eu perguntava para o meu ex-marido, ou para minha mãe. Aí lógico a gente vai entrar nas questões pessoais, de inseguranças, etc... Mas foi uma decisão que tomei sozinha, foi uma decisão muito minha. Eu me encorajei, mais para vida pública, por acreditar na vitória. A eleição me fortaleceu enquanto mulher em várias situações. (Andenice Fiamoncinni, 2023)

Em alguns casos, como o de Kerexu Yxapyry, as candidaturas não alcançam a quantidade de votos necessária para se eleger. Em outros casos, como o de Joziléia Kaingang,

a candidatura se dá por meio de mandatos coletivos. Joziléia integrou um desses mandatos quando se candidatou no ano de 2020.

Eu fiz parte da coletiva Bem Viver que foi a primeira coletiva de mulheres candidatas aqui no município de Florianópolis e eu, enquanto mulher indígena, fazia parte dessa coletiva lá em 2020 num momento muito difícil para todos nós que era a pandemia de Covid-19, as próprias campanhas políticas foram muito diferentes, durante a campanha a gente ainda não tinha a vacina contra a Covid. (Joziléia Kaingang, 2024)

A candidatura de Joziléia também não aparece como resultado nas buscas por candidaturas de pessoas indígenas, nos filtros selecionados anteriormente, pois este formato de mandato coletivo ainda não possui uma legislação específica. Neste caso, Geralmente a candidatura fica vinculada ao CPF de uma das pessoas do coletivo. Para a No caso da Coletiva Bem Viver, no ano de 2020 a responsável pelo mandato foi Cíntia Moura Mendonça.

Nós tivemos uma pessoa, uma mulher que teve o nome e o CPF dela vinculado e uma rede composta por outras mulheres. Nós éramos cinco mulheres. Eram duas mulheres negras, duas mulheres dos movimentos sociais e eu mulher indígena compondo a coletiva Bem Viver Floripa. E a gente se candidatou numa expectativa também de que a gente pudesse alcançar esse lugar dentro da Câmara de Vereadores de Florianópolis para poder ter aí, uma construção mesmo de política social para as mulheres indígenas, para as pessoas indígenas, para população negra, para conversar com as periferias, enfim, foi uma candidatura que teve muito engajamento. (Joziléia Kaingang, 2023)

A participação de Joziléia no mandato coletivo foi até o ano de 2022, quando decidiram desfazer a configuração. “Nós infelizmente nos desvinculamos da candidatura do coletivo, decidimos no ano de dois mil e vinte e dois que iríamos encerrar a coletiva. Não foi uma decisão fácil, mas foi importante.” (Joziléia Kaingang, 2023). Como a candidatura coletiva não era vinculada ao CPF de Joziléia Kaingang, sua eleição não aparece nos filtros aplicados ao analisar as estatísticas eleitorais. O coletivo, na pessoa de Cíntia Moura Mendonça, foi cadastrado no gênero Mulher cor/raça Branca. Porém, a presença de Joziléia nesta coletiva reverberou em outras parcerias e fortaleceu seu papel como articuladora da ANMIGA.

É importante perceber que as candidaturas de mulheres indígenas enfrentam vários desafios para se consolidar. Algumas precisam sair de seus territórios para poder caminhar pelo universo não indígena buscando apoio. Levar à frente o projeto de aldear a política requer esforço, dedicação e diálogo com a parcela não indígena da população, maioria massiva atualmente na política partidária atual. A presença e a persistência dessas mulheres tensionam o campo político partidário e elas precisam juntar-se a partidos que entendam a perspectiva indígena. Este é neste um momento de importantes onde algumas decisões são importantes.

Nós, mulheres indígenas, temos falado, e não só nós, mas o movimento indígena de uma forma mais ampla, mas nós temos falado muito sobre o aldear à política. A gente entendeu, a partir desse lugar de poder que a gente precisa estar, que nós precisamos estar dentro dos espaços que tomam decisões. E um dos espaços que toma decisão e muito interfere de forma direta nas nossas vidas é o lugar da política partidária. (Joziléia Kaingang, 2024)

Para ocupar esses espaços estratégicos é necessário que se faça escolhas políticas certeiras. A intelectual indígena Marcia Kambeba, em entrevista publicada na revista Percursos, relata que só é possível organizar essas candidaturas a partir do momento em que se encontra um partido que seja aliado às suas narrativas.

A gente sabe como fazer política, nos ensinaram isso desde lá atrás, nossos antepassados, e agora estamos nos aliando aos partidos que querem nos dar as mãos para fortalecer nossa luta. Precisamos agora desses partidos para fazer essa luta dentro do Estado, por isso temos que nos unir a eles. O que queremos dos partidos é que eles compreendam que somos indígenas, temos um contexto, uma ideia, que às vezes não está encaixada nos moldes dos partidos. É preciso buscar entender essa nossa lógica, fazer esse diálogo para afunilar as ideias, para fazer a coisa acontecer. (Chaves, 2021 p.390)

Quanto aos partidos políticos em que as candidaturas das interlocutoras da pesquisa acontecem, eles são, em sua maioria, partidos alinhados a esquerda. Neste caminhar, perante ao jogo político partidário, torna-se necessário alinhar-se a quem esteja disposto a ouvir seus ideais para poder efetivamente colocar em prática o aldear a política.

Aldear a política, então, significa que precisamos estar presente nos partidos políticos, que a gente precisa construir o partido, construir a narrativa dos partidos, entender se esse partido se alinha com os nossos projetos e com os nossos pensamentos. Se a gente consegue fazer uma aliança de caminhada conjunta e coletiva para o mesmo caminho, a gente vai conseguir, então, ter ali mulheres indígenas, homens indígenas que possam estar construindo esse lugar. (Joziléia Kaingang, 2024)

Kerexu já era liderança em sua comunidade quando decidiu se candidatar. Ela conta que optou por fazer parte da política partidária quando passa ser a voz a frente das relativas aos ataques que sua comunidade estava sofrendo. Ela se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Aí foi onde eu decidi fazer o enfrentamento, pegar e me filiar a um partido. Me filiar a um partido que entendesse a situação que eu estava passando, mas também que me desse a liberdade de falar tudo aquilo que eu tinha para falar, naquele período. Então foi a partir dali que conversei com vários partidos e foi onde então chegou num certo momento em que então eu vou me filiar e vou me lançar candidata para fazer essas denúncias. (Kerexu Yxapyry, 2023)

Além de se aliar aos partidos que dialogam com os interesses das comunidades indígenas, as mulheres indígenas, que optam por serem representadas pela ANMIGA, contam com o grande apoio da articulação. A ANMIGA trata de divulgar e organizar as campanhas de mulheres indígenas em todo território nacional. Joziléia me revela que a ANMIGA atua como principal facilitadora para que estas candidaturas se consolidem:

A ANMIGA fortalece essas candidaturas e, a partir da bancada do cocar, dentro desse grande projeto que nasce primeiro com a primeira marcha no fortalecimento das mulheres indígenas. Esse pensamento de que nós temos que estar nesses espaços de poder se reforça na segunda marcha, se dá efetivamente a partir das caravanas com a ida nossa para os territórios e o fortalecimento das mulheres indígenas. E o nosso trabalho, ANMIGA trabalhou para fortalecer cada candidatura, cada mulher, para a gente ter um projeto único de trabalho. (Joziléia Kaingang, 2024)

A grande conquistaO grande feito da ANMIGA nessa jornada em meio ao jogo político partidário nacional foié estabelecer a Bancada do Cocar com duas de suas integrantes/fundadoras. Celia Xakriabá e Sonia Guajajara, eleitas como deputadas federais no ano de 2022, abriram um espaço nas bases da política partidária em Brasília. A comparação entre as candidaturas indígenas das eleições do ano de 2018 e 2022 apresentaram o seguinte cenário:



Gráfico 7 Comparativo de candidaturas indígenas entre os pleitos de 2018 e 2022. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

Ao analisar as candidaturas entre os pleitos, observamos um aumento de 41,22% passando de 131 candidaturas no ano de 2018 para 185 em 2022. Este pleito foi responsável por eleger Governadores de estado, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores. Como citado anteriormente, a candidatura de Ingrid Sateré Mawé para Governadora do Estado

de Santa Catarina ocorreu no pleito de 2018. Considero esta candidatura de extrema importância, pois além de demarcar a entrada de Ingrid ao cenário político partidário reverbera em suas articulações futuras, como mencionado por Ingrid.

Porém, eu tinha um objetivo com aquela campanha, não só fazer com que as pessoas me conhecessem, para que de fato pudesse apresentar o meu trabalho, mas também fazer com que as comunidades indígenas saíssem da invisibilidade. E não faria sentido ser uma mulher indígena e não aproveitar esse momento para dar visibilidade às comunidades, às mulheres indígenas de Santa Catarina. Então para mim, é o que torna a minha campanha vitoriosa desde o material específico e diálogo dentro das comunidades. Poder conhecer as lideranças, sendo uma mulher indígena do Amazonas em Santa Catarina, então esse para mim foi o brilho e o combustível e a vitória desta campanha. (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

O número de eleitos nestes pleitos apresenta um aumento considerável, passando de 1 no ano de 2018 para 9 no ano de 2022. Lembrando que nas eleições de 2018 a única candidata indígena eleita foi Joênia Wapichana. Joênia é a segunda indígena a ocupar o cargo após o final do mandato do cacique Xavante Mário Juruna a ocupar o cargo de deputada federal. São trinta e um anos de diferença entre uma eleição e outra. Trinta e um anos sem representatividade indígena eleita no congresso federal.



Gráfico 8 Indígenas eleitos entre os pleitos de 2018 e 2022. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

O resultado das eleições de 2018 marcam o início da trajetória da Bancada do Cocar no congresso e quebra com o hiato de 31 anos apresentado anteriormente entre as eleições de Mario Juruna e Joenia Wapichana. Foram cinco mulheres indígenas eleitas no pleito. Os números são importantes e é necessário apontar que, em sua maioria, essas candidaturas vão somar forças para o andamento da pauta indígena no congresso. Em contrapartida, este pleito apresentou a eleição de Silvia Waiãpi pelo estado do Amapá e Amanda Brandão Armelau pelo Rio de Janeiro. Ambas eleitas pelo Partido Liberal, apoiadoras de Jair Bolsonaro, indo na contramão

da pauta indígena. Por outro lado, como apontado por Ingrid Sateré Mawé³³, a candidatura realizada em um partido de direita não determina necessariamente um afastamento da causa indígena.

Nós do movimento indígena defendemos muito a democracia e tentamos também ganhar os nossos para o nosso projeto. A gente vive em meio a tudo isso o que acontece, mas também não podemos ser ingênuos em pensar que isso também não é uma forma de estratégia, em alguns lugares do país. A gente tem vários parentes que são vereadores eleitos por partidos com siglas de direita e que trazem um programa totalmente com a perspectiva indígena, que é mais próxima à perspectiva dos partidos de esquerda. A gente fica triste quando vê movimentações como, por exemplo, da Sílvia Waiãpi que saiu pelo PL. Tem as outras movimentações que geraram também a prisão de parentes, como as do que tiveram apoio a tentativa de golpe. No momento que foi preciso se posicionar, a gente se posicionou muito claramente de que somos defensores da democracia. Sabemos dos nossos direitos e dos nossos deveres. Cobramos os nossos direitos e assim como é cobrado os nossos deveres, mas a gente tem a liberdade de poder escolher aonde vai se organizar e esses parentes fazem isso. (Ingrid Sateré Mawé, 2024)

Para Ingrid, é necessário um trabalho de conscientização interna sobre o que significa essas candidaturas. Não se abandona o parente que deseja se filiar a esses partidos, pois existem casos em que as candidaturas nesses partidos são estratégica, e por vezes seguem o contexto político local.

A gente tenta fazer o movimento de reflorestar mentes de dentro para fora, como a gente gosta de reforçar sempre. É preciso também fazer com que os nossos parentes entendam o que é essa movimentação, quando se vai a partidos de extrema-direita, como é o caso da Silvia, que já ocupou cargos indicados pela extrema-direita. Resumindo é isso, em alguns lugares é estratégico e se faz a luta com a perspectiva indígena, em outros lugares não. Infelizmente são trabalhos que precisam ser feitos para a gente conquistar essas mentes e esses corações para que a gente possa trazer uma perspectiva alinhada com a maioria do movimento indígena (Ingrid Sateré Mawé, 2024)

Para Andenice Fiamoncini, as mudanças neste cenário político atual são importantes meios de se perceber que os povos indígenas estão aos poucos se livrando das *tutelas* da atualidade.

Hoje a gente vê como está o cenário político a nível federal. É uma coisa que há uns anos atrás não se imaginava. Nem precisa ir muito, há oito anos atrás jamais se imaginaria ter um ministério comandado por mulheres indígenas. E por realmente os

³³ O questionamento sobre candidaturas de indígenas em partidos de extrema-direita surgiu ao longo das reuniões de orientação. Ao observar a necessidade de se abordar este aspecto, optei por enviar mais uma pergunta à Ingrid Sateré Mawé, que respondeu prontamente.

povos originários estarem sendo reconhecidos e tendo voz por eles mesmos, porque sempre teve uma instituição falando por eles, SPI ou a FUNAI. (Andenice Fiamoncini, 2023)

Essas candidaturas e essas articulações causaram fissuras tanto no cenário político institucional, quanto nas bases dos partidos políticos aos quais são filiadas. Para fora da política partidária são mudanças que atingem não somente a comunidade indígena no geral, mas a sociedade como um todo. Suas propostas se estendem por inúmeras parcelas da sociedade, como explica Kerexu.

A gente está se colocando como povos indígenas no cenário político, mas também trazendo todo esse movimento dos homens, das mulheres, da juventude, dos LGBTQIA+. A gente tem trazido muito as vozes dessas pessoas para que a sociedade não indígena olhe também para esses lugares e veja que os problemas que nós, povos indígenas, passamos, e que fazemos o enfrentamento. A gente faz não é só para nós povos indígenas, a gente está pensando num todo. (Kerexu Yxapyry, 2023)

O projeto de aldear a política é necessário e urgente, pois quanto mais avança o conservadorismo nos lugares de poder mais os direitos das minorias são colocados em perigo. Aldear a política vai além de um compromisso de reparação histórica, é uma oportunidade de se lutar contra o imaginário preconceituoso cristalizado na população, é apresentar uma contra-narrativa como relata Joziléia.

Aldear a Política é a gente ter esse partido olhando pra gente como uma candidatura prioritária, porque nós precisamos ter esse lugar também de candidaturas prioritárias que sejam eleitas com o apoio efetivo do partido. O partido possa encampar esse lugar e aí a gente eleita a gente poder fazer e trazer para dentro dos espaços aonde a gente vai ocupar é toda essa discussão sobre estar ali dentro fazendo a diferença com a nossa contra narrativa porque já existe uma narrativa consolidada dentro dos espaços das câmaras municipais, das assembleias legislativas, do Congresso Nacional. Então, é a gente propor uma contra-narrativa e ter mais pessoas que possam encampar com a gente e caminhar de braços dados a partir desse lugar da construção do Aldear a Política. Nós queremos não só estar dentro, mas a gente quer estar dentro fazendo a diferença. Não basta mais para nós, a gente ter parceiros políticos que nos tragam para dentro dos espaços para fazer um diálogo, para fazer uma conversa, para propor talvez uma emenda de legislação. Não basta para nós mais isso. A gente precisa hoje desconstruir muito do que foi construído de forma errada sobre os povos indígenas, mas sobre os lugares que a gente ocupa (Joziléia Kaingang, 2023)

Aos poucos, essas mulheres indígenas vêm aldeando a política e alterando o cenário partidário nacional. O resultado desta transformação é visível ao observar a configuração e a formação da bancada do cocar, que representa uma grande conquista. Suas articulações geram visibilidade às suas pautas.

A gente fala, já tem um tempo, que a gente não perdeu em nenhuma das eleições que a gente se colocou enquanto candidaturas indígenas. A gente só ganhou, porque para além da gente, ganhar a vitória em ser vereadora, em ser deputada, em ser senadora, a gente ganha nesse lugar da visibilidade da nossa luta, da visibilidade dos nossos corpos, das nossas falas. (Joziléia Kaingang, 2024)

As redes que essas mulheres começaram a movimentar na década de 80 não apenas abriram o caminho para a representatividade que temos hoje, mas também possibilitaram que outras se inspirassem e se inspirem a seguir os mesmos caminhos. Essas candidaturas semearam bons frutos e os resultados são uma nova forma de se pensar política capaz de causar mudanças, como conta Ingrid.

A gente precisa plantar. E plantar esse nosso jeito, nosso modo de ver o nosso modo de fazer. Ele precisa entrar na mente das pessoas, mas também nos corações, para que haja uma mudança realmente nas estruturas, nas estruturas partidárias, nas estruturas e na forma de fazer política. Então a gente traz é esse projeto com reflorestamento que foi o tema da nossa segunda marcha que é reflorestar mentes para a cura da Terra. A gente acredita que enquanto as primeiras mulheres desse país, a gente tem muito a contribuir, tanto na saúde, na educação, na economia, na cultura, em diversos lugares. (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

Além de aldear essa política partidária, é fundamental plantar e semear esses ideais em outros espaços da sociedade, é importante estar presentes em esferas que vão além do legislativo e do executivo. Essas lutas se estendem também dentro dos territórios e de instituições. A seguir, voltaremos a análise para as atuações daquelas que ocupam cargos estratégicos na atualidade. Essas mulheres desempenham papéis fundamentais em diversas áreas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas demandas sejam levadas a vários locais.

Além da presença das interlocutoras desta pesquisa na academia e em candidaturas, Ingrid, Joziléia e Kerexu estiveram formalmente vinculadas a criação do Ministério dos Povos Indígenas, e posteriormente foram nomeadas para exercer cargos no ministério. O Ministério dos Povos Indígenas foi criado no início do terceiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2023. A participação de indígenas na construção do ministério marca uma

nova forma de representação de suas demandas. É uma forma diferente de se aldear a política, partindo de uma construção que se dá coletivamente.

O aldear política é exatamente estar onde estamos, da forma que somos. Inclusive estando dentro, por exemplo, do Ministério dos povos Indígenas, nunca existiu o ministério dos povos indígenas e hoje ele existe. Mas ele não existe num padrão, ele existe da forma que são os povos indígenas. Nós temos mais de vinte e dois povos indígenas trabalhando dentro do ministério e cada um com a sua língua, com seu modo de pensar e a gente pensando toda essa criação de dentro é forma de aldear. (Kerexu Yxapyry, 2023)

A proposta para a criação deste ministério tão impactante e importante para a pauta indígena no Brasil surgiu ao longo da campanha de Lula e se formalizou em sua posse. Conforme a página oficial do Ministério, o órgão

Tem como objetivo atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas; proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando relacionados aos povos indígenas. (Institucional MPI, 2024. Online)

A atuação das interlocutoras da pesquisa se dá desde a criação do Ministério no período de transição de governo, como conta Kerexu.

Eu participo do ministério dos povos indígenas desde a criação por ser parte da bancada do cocar. Eu participei do grupo de transição de governo e a proposta da criação do ministério veio durante a campanha do presidente Lula. Então vem a proposta da criação do ministério e a gente logo em seguida mergulha em como que nós vamos criar esse ministério. (Kerexu Yxapyry, 2023)

Na criação do ministério, Ingrid Sateré Mawé que fez parte da campanha de Kerexu acompanhou a parente no início das discussões para a construção da pauta e, participou também como articuladora da ANMIGA.

Enquanto ANMIGA, a gente a conversava, trocava ideias e conselhos do que a gente achava que era importante para ela. Nesse período Kerexu estava sendo cogitado a ir para o Ministério. Então eu participei da construção desse ponto desse lugar. Mas, ao mesmo tempo, participando da construção dentro da articulação nacionalmente, onde a gente tinha a reunião semanalmente para falar de nomes que a gente queria indicar (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

Como mencionado anteriormente, Joziléia ocupou primeiramente o cargo de chefe de gabinete e assumiu provisoriamente a pasta de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas. A organização do ministério reflete também a coletividade da luta dos povos indígenas.

Nós temos a Ministra Sônia à frente do Ministério; Eloy Terena na Secretaria Executiva; Ceiça Pitaguari na Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial; Juma Shipaia que está à frente da Secretaria de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas, e o secretário Marcos Kaingang, que está à frente da Secretaria de Direitos Territoriais e Ambientais. Então, ter essas secretarias também com pessoas indígenas capitaneando elas é muito significativo. Cada um de um bioma. Temos o Pantanal, representado pelo Eloy, temos a Caatinga e o Nordeste, a região de área de abrangência da APoeme, representado pela Ceiça, temos a Juma Chipaia representando a Amazônia e temos o Marcos Kaingang representando a Mata Atlântica, o Pampa, essa região sul do Brasil. Ter essas convergências de ideias, de pensamentos que fortalecem o Ministério cada vez mais, mas que também constroem as narrativas de todos os povos presentes nesses indivíduos que estão lá, que são indivíduos coletivos. Sujeitos coletivos que levam as nossas ideias, os nossos pensamentos, para dentro do próprio ministério. (Joziléia Kaingang, 2024)

A importância do Ministério também fez parte da construção da terceira Marcha das Mulheres Indígenas, pois esta foi a primeira edição realizada com a implementação do órgão. No texto que contém a programação da marcha, veiculado pela ANMIGA, as articuladoras fazem menção ao ministério e a importância de uma mulher indígena frente a ele.

Nosso movimento, indicou que não se luta apenas por direitos individuais; trata-se de honrar um rico patrimônio e proteção de uma cultura ancestral. Sabemos que não será fácil superar 523 anos em quatro anos. Mas estamos dispostas a fazer desse momento a grande retomada da força ancestral da alma e espírito brasileiros. Isso só será possível, se tivermos ao nosso lado, mães, anciãs, caciques e lideranças homens colaborando com o avanço no diálogo coletivo em prol do bem maior. Nossos maiores inimigos são as leis que não reconhecem nossa diversidade e nossa existência. Falar em demarcação de terras indígenas é gritar pela continuidade da existência dos nossos povos. Ter uma mulher indígena como primeira-ministra indígena é afirmar que as mulheres são a cura da terra e a resposta para enfrentamentos à violência de gênero e racismos como o estrutural, institucional e ambiental. (Programação Da Iii Marcha, 2023 Online)

Para além da participação da maioria de minhas interlocutoras no MPI, a atuação além da política partidária de Andenice Fiamoncini não se dá pelo ministério dos povos indígenas, mas em seu trabalho como assistente social no Hospital Doutor Waldomiro Colautti em Ibirama.

O que eu procuro, independentemente de estar como vereadora ou não, trabalhando, por exemplo, no hospital, é sempre defender a causa indígena. Até como assistente social, lógico, a gente trabalha com igualdade de direito de acesso,

mas existem sim particularidades que às vezes só a gente entende, quando, por exemplo, um paciente indígena quer comer um peixe ou uma outra comida típica. Eu sei o significado que aquilo tem. Hoje, faz dezoito anos que eu trabalho no hospital do estado aqui na cidade que é a referência para a comunidade indígena. (Andenice Fiamoncini, 2023)

Caminhamos junto das interlocutoras desta pesquisa escutando suas narrativas e experiências que vão desde suas inserções no mundo da política partidária, passando pelas lutas que se dispõe a enfrentar. Caminhamos juntos na tentativa de entender como se forma e se estrutura um movimento de mulheres indígenas criado de forma pioneira. O primeiro a ter como missão representar as mulheres indígenas de todos os biomas do Brasil. As lutas que enfrentam se convergem com as lutas e pautas trazidas pelo movimento indígena brasileiro. São necessárias, pois, como conta Joziléia Kaingang, não há mais espaço para medidas provisórias frente à luta indígena.

Para nós povos indígenas o provisório é permanente. Não há como a gente dizer que não é essa a realidade. Quantas vezes ao longo dos meus 44 anos eu vi o provisório ficar permanente. Aquela casa de saúde nunca ser reconstruída, aquela escola nunca ser reformada, aquele espaço social da comunidade nunca ser feito, aquele lugar onde as crianças jogam bola nunca ter uma grama para chamar de campo. Para nós, povos indígenas, esse discurso não cola. Não cola. (Joziléia Kaingang, 2024)

A consolidação de um ministério visando alavancar a pauta indígena é a maior inserção das mulheres indígenas frente a essa pauta fazem com que este movimento, que teve início nos anos oitenta, se consolidasse no tempo presente.

A cada passo que dão, às mulheres marcham em uníssono, com suas vozes ecoando pela capital do país. Não estamos marchando apenas por nós mesmas, mas pelas inúmeras mulheres indígenas que foram silenciadas e marginalizadas ao longo da história. Nossa mensagem é clara: é hora de encerrar o ciclo de discriminação e reivindicar nosso lugar de direito na sociedade. (Programação Da Iii Marcha, 2023 Online)

“TRANSFORMANDO NOSSOS LUTOS EM LUTAS”: EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO

Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-lheres, cacicas, parteiras, benzedeiras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo. Mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres, guerreiras da ancestralidade. (Manifesto Das Primeiras Brasileiras, 2018 Online)

O manifesto das primeiras brasileiras exemplifica o quanto múltipla a atuação de mulheres indígenas é no cenário atual. Esse movimento de aldear a política não se dá somente nas candidaturas que conseguem se eleger. Suas caminhadas nestes espaços se somam a de tantas outras que as antecederam e que virão. Observo este caminhar, como define Joziléia Kaingang: “Nós caminhamos juntas, em outros tempos caminhamos separadas, com objetivos que se somam, reconhecendo no caminho da outra sua presença, porque nos conectamos nestes corpos coletivos que se reelaboram a todo tempo, com cada uma, em cada território. (Schild, 2023 p. 57) As interlocutoras desta pesquisa, eleitas ou não, caminharam por diversos espaços importantes para a luta do movimento indígena. Demarcaram as universidades em que se formaram e utilizam estas formações em retomadas extremamente importantes, como veremos a seguir.

É importante ressaltar que esses caminhares fora do território refletem em alterações nos cenários internos dentro de suas comunidades. As intelectuais indígenas Adriana Uassuri de Souza³⁴, Juvana Evarista dos Santos e Edileia Santiago Oliveira explicam a importância destas conquistas:

³⁴ Adriana é pertencente ao povo Karajá e Javaé é acadêmica do curso de direito pela Universidade Federal de Goiás. Juvana é pertencente ao povo Xakriabá é acadêmica do curso de direito pela Universidade Federal de Goiás. Edileia é pertencente ao povo Xakriabá é acadêmica do curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás

A conquista de espaço dentro e fora das aldeias tem sido de uma grande participação das mulheres dentro de ações, do movimento indígena e da representatividade. O empoderamento e protagonismo que vêm a cada dia ganhando força, resultaram, hoje, em indígenas formadas, capacitadas em diversas áreas, com a participação efetiva na política nacional, e aquelas também que ficam nas suas bases responsáveis por diversos cuidados e questões que variam de uma cultura para outra. São as que também seguram a luta. Nós acreditamos muito na mulher indígena, pois ela carrega o povo, a natureza, a geração de cultura, e é responsável por tudo isso. (Souza; Santos; Oliveira, 2020 p. 100)

A seguir tratarei deste caminhar dentro do âmbito acadêmico, destacando além de suas lutas pela permanência, suas atuações em outros espaços estratégicos. Suas presenças na universidade são de suma importância, pois demarcam a importância de estar na academia para suas lutas e para reconhecimento profissional. O direito à educação e formação de qualidade é uma das demandas necessárias para que esses corpos possam se apropriar dos conhecimentos do mundo não indígena, inclusive para atuação na educação diferenciada nas aldeias. Em entrevista à revista História Hoje, Gersem Baniwa aponta que a busca por esta educação é uma aposta dos indígenas para que haja, além do domínio das linguagens extrateritório, ferramentas para melhorias nos seus cotidianos.

Nos últimos 30 anos os povos indígenas no Brasil, no meu entendimento, tomaram essa decisão de apostar na educação. E a chegada muito forte à universidade faz parte dessa aposta: escola pode ser um instrumento importante para o presente e para o futuro desses povos, em todos os aspectos, seja para maior interação com o mundo envolvente, com o mundo não indígena de forma mais ampla possível, o que mostra o grande interesse pelo diálogo e por uma convivência, mas também há interesses específicos, como melhorar as condições de vida nas aldeias (Bergamaschi, 2013 p. 137)

Um ponto em comum nas vivências das interlocutoras desta pesquisa é a formação acadêmica. Todas³⁵ demarcaram seus espaços em universidades e utilizaram de suas formações ao longo de suas trajetórias. Caminharam antes mesmo de políticas específicas para a garantia do acesso às pessoas indígenas³⁶ na universidade, como é o caso de Joziléia Kaingang e Andenice Fiamoncini. Joziléia conta que sua entrada e permanência na universidade se deu por um acordo com a FUNAI.

³⁵ Andenice Fiamoncini é formada em serviço social pela Universidade Regional de Blumenau. Não foi possível encontrar seu Trabalho de Conclusão de Curso, pois à época de sua formatura os TCC's eram entregues de forma impressa na biblioteca da FURB e não há digitalização deste material.

Ingrid Sateré Mawé é formada em Ciências Biológicas pela Faculdade Integrada de Ariquemes.

Joziléia Kaingang é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina e Kerexu Yxapyry é formada na Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁶ A lei número 12.711 de 29 de agosto de 2012 estabelece a obrigatoriedade da implementação de cotas de ingresso nas universidades públicas para pretos, pardos, indígenas e quilombolas.

Eu faço parte desse grupo de mulheres indígenas Kaingang que sai para estudar no início dos anos 2000 e a partir daí conheço a universidade, entro na universidade, antes ainda do sistema de cotas quando a gente ainda com a FUNAI, fazia um acordo com as universidades mais próximas dos territórios indígenas para a gente poder fazer a nossa graduação, o ensino superior. E, a partir disso, a luta também das lideranças indígenas, mas desses jovens indígenas que entraram na universidade, fez com que a gente buscasse então as cotas e aí se associasse ao movimento negro que já tinha um debate muito forte sobre cotas raciais. (Joziléia Kaingang, 2024)

Joziléia graduou-se em Geografia pela Universidade Comunitária de Chapecó em 2010, apresentando o trabalho de conclusão de curso com o título “A conquista do espaço social político pelas mulheres indígenas Kaingang no cenário não indígena”. Andenice Fiamoncini graduou-se em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) no ano de 2001, com a defesa de seu trabalho de conclusão de curso “A realidade do povo Xokleng da terra indígena Laklänõ, município de José Boiteux, sob o olhar do profissional de serviço social”. Sua permanência na graduação se deu a partir deste mesmo acordo com FUNAI mencionado por Joziléia. Na luta pela garantia de sua formação e de seus parentes no início dos anos 2000, Andenice Fiamoncini conta³⁷ que sua permanência na FURB foi ameaçada, pois a FUNAI suspendeu o pagamento das mensalidades.

Na época a gente não tinha cotas, nenhum programa específico para a nossa entrada. Então vinha um boleto no nosso nome e a FUNAI ia pagando para a universidade. Eles ficaram um tempo sem pagar e teve uma manchete no jornal assim “FURB ameaça expulsar índios da faculdade” então a gente foi para Brasília, já tínhamos tentado cobrar do escritório da FUNAI em Curitiba, que indicou que fossemos para Brasília. Conseguimos uma passagem só de ida para ir até a FUNAI de ônibus resolver isto, para exigir uma resposta, pois a gente queria continuar na faculdade. Fomos eu e Namblá, que na época estudava na UNIVALI. (Andenice Fiamoncini, 2024)

Sua ida à sede da FUNAI em Brasília resultou na resolução das dívidas referentes às mensalidades dos(as) indígenas. Em uma matéria veiculada no Jornal Diário Catarinense no dia 26 de agosto de 2000, com o título “Funai vai pagar dívida de índios universitários”, Andenice aponta que o “Departamento de educação da FUNAI, em Brasília, se comprometeu a saldar as dívidas que somam quase R\$25 mil com a FURB e a Univali, de Itajaí”³⁸. A matéria aborda também que no início daquele mês a instituição teria comunicado aos cinco estudantes Xokleng matriculados na instituição que seus nomes seriam negativados e incluídos no Sistema de Proteção ao Crédito.

³⁷ Em uma conversa posterior, visando agendar sua participação na defesa desta dissertação, Andenice mencionou sua ida a Brasília.

³⁸ Diário Catarinense, edição de 26/09/2000 disponibilizada pelo acervo do Instituto Socioambiental ISA.

As atuações de Joziléia e Andenice no âmbito acadêmico possibilitaram a ampliação de suas redes de contato e a inserção frente à luta estudantil. Ao longo de sua trajetória, Joziléia integrou a equipe responsável pela organização da Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Enquanto discutíamos com nossos pares a presença indígena, também alimentávamos parcerias para nossas lutas. A conferência foi resultado do comprometimento governamental em 2003 que lançou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com ações e políticas de combate às desigualdades raciais. O evento foi significativo porque durante a sua realização foram estabelecidos compromissos entre o Estado e os segmentos da sociedade envolvidos nesta política. Entre tantos fatos importantes da conferência, eu destaco as ações afirmativas, que caminharam para o avanço da inclusão das minorias, especialmente, nas universidades. (Schild, 2023 P. 51)

A formação de Joziléia possibilitou uma grande circulação nos espaços de tomada de decisões, desde a titulação como doutora em Antropologia, passando por uma experiência como co-vereadora e atuante no Ministério dos Povos Indígenas. Sua tese de doutorado “Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes” defendida no ano de 2023, expressa também uma jornada de autoconhecimento como partícipe da construção e do crescimento do movimento de mulheres indígenas. Esta jornada epistêmica, dividida em três atos se inicia em seu TCC com a articulação de mulheres Kaingang conquistando espaços no mundo não indígena, e se reforça em sua dissertação, analisando a construção de redes de apoio dessas mulheres em seu território, a T.I Serrinha localizada no Rio Grande do Sul. Sua dissertação é o resultado da interlocução dela com “Odila Inácio Claudino, Andila Inácio e Ângela Inácio Braga. Estas mulheres kaingang têm em suas trajetórias o percurso vivido nas lutas pelas demarcações de terra e por nossa sobrevivência física e cultural” (Schild, 2016 p. 25). O terceiro ato, sua tese de doutorado, analisa uma grande rede de mulheres que se conecta e se expande. Essas redes que vão se construindo desde sua infância no contato com sua mãe e parentas, e vai se ampliando pela sua formação acadêmica e pessoal. Todas essas construções e redes levaram à sua participação na criação da ANMIGA, abordada no último capítulo de seu trabalho, que colabora com a construção deste e de outros trabalhos.

A inserção e a permanência de indígenas no cenário acadêmico são, portanto, estratégicas também quando se colocam como produtoras de conhecimento, como explica Geni Nuñez:

Quando adentramos as universidades, sabemos de nosso compromisso político com nossos povos e nos dedicamos a honrar a confiança que recebemos de nossas

lideranças, ao mesmo tempo, sabemos que nossas pesquisas e saberes não são apenas legítimos como especificidade ou particularidade, mas como contribuição também aos não indígenas, aos dilemas e conflitos que a colonização trouxe a todos, em alguma medida. (Nuñez, 2023 p. 5)

Ao produzir conhecimento acadêmico, incitam uma retomada epistêmica com a presença física desses corpos-territórios nas universidades, para demarcar este importante local na luta a favor de seus direitos. “Trata-se concebermos a academia como um território em disputa, que teve e tem uma importante incidência em decisões que são caras a nossos povos. Inclusive, denunciamos as caravelas epistêmicas, que simulam “descobrimentos” e apresentam nossos saberes ancestrais como “novos”, borrando nossas autorias coletivas” (Nuñez, 2023, p.05). Frente a esta retomada epistêmica, Aline Kayapó, uma das fundadoras do grupo Wayrakunas³⁹, define que as “Wayrakunas ou em uma possível tradução “filhas da ventania”, na língua Aymara, é a força que acredita ser possível a criação de um conhecimento que caminhe de acordo com as nossas epistemologias ancestrais”. (Kayapó et al, 2021 p.98). As Wayrakunas se organizam para garantir que suas lutas e suas epistemologias sejam validadas e difundidas. A ideia é garantir que mulheres indígenas consigam ocupar o espaço da academia para a construção de um conhecimento ancestral.

Por esse motivo as Wayrakunas têm lutado bravamente para ganhar visibilidade através da entrada e permanência das indígenas-mulheres dentro das academias, estando na resistência contra toda forma de epistemocídios historicamente declarados e postos sobre nós, mas também sobre os corpos de nossos guerreiros, que são imprescindíveis para nós. (Kayapó et al, 2021 p.99)

Uma das possibilidades de acesso e garantia de formação em cursos de ensino superior se dá pela Licenciatura Intercultural Indígena. Em Santa Catarina, de acordo com Melo (2016), a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, ofertada pela Universidade Federal de Santa Catarina, foi inaugurada no ano de 2011. As vagas oferecidas foram ocupadas por estudantes dos povos Guarani, Kaingang e Xokleng, e o currículo foi pensado de forma que houvesse alternância entre o tempo na universidade e atividades desenvolvidas em suas próprias comunidades.

Deste modo, a Licenciatura Intercultural Indígena foi resultado de um processo dialógico entre os grupos indígenas envolvidos – Guarani, Xokleng/Laklânõ e

³⁹ Wayrakunas é um grupo de pesquisa formado, pensado e organizado apenas por mulheres indígenas acadêmicas. Conforme a página oficial do grupo no Instagram, este é o primeiro grupo de pesquisa formalizado pelo CNPq composto somente por mulheres indígenas. Elas se definem como uma rede ancestral, artística, filosófica e cosmológica.

Kaingang. Essa parceria se constituiu com a Comissão Interinstitucional para Educação Superior Indígena (CIESI), composta por pesquisadores que desenvolvem trabalhos entre os povos indígenas, por técnicos da Secretaria de Educação do Estado, por membros de entidades indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão de Apoio aos povos Indígenas (CAPI). (Melo, 2016 p)

A iniciativa possibilita que estudantes indígenas se formem para assim conseguir e garantir reconhecimento nas interações políticas dentro e fora de seus territórios. “Com os conhecimentos adquiridos nos estudos acadêmicos, ampliam seu protagonismo e inserem-se melhor nos espaços políticos nativos e nos movimentos etnopolíticos que empreendem externamente às aldeias. (Faustino; Novak; Rodrigues, 2020 p. 22) Esta é uma demanda levantada também nas pautas do movimento de mulheres indígenas, no documento final da primeira marcha das mulheres indígenas: “Dar prosseguimento ao empoderamento das mulheres indígenas por meio da informação, formação e sensibilização dos nossos direitos, garantindo o pleno acesso das mulheres indígenas à educação formal (ensino básico, médio, universitário) de modo a promover e valorizar também os conhecimentos indígenas das mulheres” (Documento Final Da Primeira Macha Das Mulheres Indígenas, 2019 Online).

Joziléia é a única interlocutora desta pesquisa a dar continuidade a formação acadêmica na pós-graduação. Antes de adentrar na pós-graduação, Joziléia Kaingang conta em entrevista que entrou em contato com algumas universidades solicitando edital específico para a entrada de pessoas indígenas.

Escrevi para várias universidades – inclusive para a UFSC; escrevi cartas para a reitoria, para os coordenadores de Programa da Antropologia Social – que era o que eu gostaria de cursar – pedindo essas vagas. Obteve resposta positiva aqui da Federal de Santa Catarina e da Federal de Pelotas, e então lançaram no edital daquele ano (2013) essa vaga de acesso para indígenas e negros. Ingressei aqui na UFSC; fiz o mestrado. Quando encerrei o mestrado, em fevereiro de 2016, recebi o convite para trabalhar aqui na Coordenação Pedagógica da Licenciatura Indígena. (Pain; Pereira, 2019 p.2)

Joziléia concluiu seu mestrado acadêmico em Antropologia Social pela UFSC no ano de 2016 com sua dissertação intitulada “Mulheres Kaingang, seus Caminhos, políticas e redes na Terra Indígena Serrinha”. Atuou na coordenação pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena enquanto cursava o doutorado na mesma instituição, entre os anos de 2016 e 2020, e durante sua atuação entende que a caminhada dela e de tantas outras mulheres indígenas se refletia nas parentas que acompanhava durante sua gestão como coordenadora.

As mulheres indígenas da licenciatura traçaram caminhos que, embora com atuações distintas, se cruzam com os meus. Mesmo afastadas, nós continuamos e seguimos de

braços dados, em “marcha” na luta diária dos nossos corpos-territórios, por nossos povos, por nossos direitos, por nossas vozes, historicamente silenciadas e que, hoje, se somam em gritos, cantos, discursos. Seguimos partilhando vitórias, embora poucas, mas reconhecidas, juntas também nas nossas dores, transformando nossos lutos em lutas. (Schild, 2023 p. 57)

Formada no ano de 2015 pela Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na UFSC, Kerexu Yxapyry defendeu seu trabalho de conclusão de curso intitulado “*Nhandereko nhanhembo'e nhembo' ea py* - Sistema nacional de educação: um paradoxo do currículo diferenciado das escolas indígenas guarani da Grande Florianópolis”, voltado a pensar uma escola indígena construída a partir das demandas e diálogos com indígenas. É necessário pontuar que assim como Kerexu, o retorno das e dos estudantes para a comunidade após a conclusão de sua formação é parte do compromisso com seu território. Gersem Baniwa explica que a formação de indígenas nos cursos superiores, além de estratégica, garante apropriação de ferramentas adquiridas na caminhada acadêmica.

Como se enfrenta hoje o problema de saúde? Grande parte do problema de saúde nas aldeias tem a ver com a falta de profissionais da saúde para ir às aldeias. Os médicos brancos dificilmente conseguem ir para as aldeias, mesmo que se paguem salários altíssimos eles não vão. Nesse caso, nós temos que formar nossos médicos. Nós precisamos defender nossas terras e para isso precisamos de advogados, mas dificilmente encontraremos advogado branco e por isso temos que formar nossos advogados indígenas. Nós precisamos melhorar nossa produção econômica na roça, então é importante a gente ter técnicos para ajudar nisso. Eu diria que há, sim, uma estratégia de valorização e de aproveitamento instrumental e estratégico da escola e da universidade para formar esses técnicos. E isso é só um começo (Bergamaschi, 2013 p.140)

A formação de Kerexu auxiliou não somente em sua inserção na política partidária, como observado anteriormente, mas também na sua atuação profissional como educadora frente à escola indígena Itaty, no Morro dos Cavalos, além de proporcionar ferramentas para o enfrentamento às violências e ataques sofridos por sua comunidade. Em sua escrita, Kerexu analisa o sistema de educação e as propostas das escolas Guarani no Estado de Santa Catarina e questiona “[...] qual é a importância da escola para os Guarani.” (Antunes, 2015 p. 34) Ela inicia sua pesquisa buscando o histórico da escola ao entrevistar seu pai, o cacique Adão Antunes⁴⁰, que era o professor mais velho do território. Em sua caminhada, apropriou-se das leis e das normas da educação para encontrar possibilidades para a criação de um modelo

⁴⁰ Após seu falecimento no ano de 2015 as lideranças da terra indígena Morro dos Cavalos criaram em sua homenagem o Centro de Formação Tataendy Rupá. O local é palco para realização de diversas oficinas e a celebração e valorização da vida Guarani. Conheci o centro de formação quando entrevistei pela primeira vez Kerexu Yxapyry, no ano de 2018

diferenciado de educação encontrando barreiras advindas das pessoas que estão à frente do sistema educacional.

No Estado de Santa Catarina, o sistema também não é fechado para receber as propostas curriculares específicas dos povos indígenas. Nas gerências de educação a realidade é que os funcionários públicos não estão preparados para representar uma escola inovadora, mas que ainda continuam inteiramente com a cabeça fechada no imperialismo e na colonização. (Antunes, 2015 p. 35)

Atuou como alfabetizadora na escola por convite do então cacique Artur Benite em 2004, bem antes de sua formação acadêmica, e acompanhou a tentativa de seu pai e de outros integrantes da escola, na criação de um Projeto Político Pedagógico diferenciado para a escola no ano de 2006. Segundo Kerexu, seu pai “lutou para colocar o pensamento guarani no papel e conseguiu. Porém, como tudo no mundo do papel tem que ter normas e padrões, isso não foi considerado.” (Antunes, 2015 p. 17) No episódio mencionado em sua apresentação no início desta dissertação, Kerexu conta que foi denunciada três vezes para o IBAMA quando colocava em prática um projeto, elaborado pela universidade, de retirada de árvores exóticas de seu território. Neste momento, ela conta que sua formação acadêmica proporcionou o uso das leis e das normas a seu favor.

Eu achava assim muito contraditório quando eu fui tirar os pinos da terra indígena, por exemplo, ser denunciada para o IBAMA por desmatamento. A gente vê que é tão clara assim quantas invasões e desmatamento né, pessoal entra o tratorando tudo, destruindo, mudando tirando as montanhas, planando tudo e ninguém é punido por isso. E aí eu, para tirar os pinus fui denunciada. Então para mim assim foi aquele momento que eu disse, como é legal fazer uma faculdade e dizer para o branco dessas instituições que isso é para ele seguir e que ele tá fazendo totalmente o contrário (Kerexu Yxapyry, 2018)

As movimentações desses educadores no Estado de Santa Catarina promovem, como aponta Kerexu, resoluções garantindo autonomia escolar para escolas das três etnias de maior presença no estado.

A maior prova que temos disso são os regulamentos das leis no estado como exemplo o Parecer 282/05 e a Resolução 05/2012. Esses são regulamentos criados pelos próprios professores indígenas do estado de Santa Catarina, Guarani, Kaingang e Xokleng. Estão aprovados e garantidos em nível estadual para as três etnias. (Antunes, 2015 p. 35)

O parecer 282/05, aprovado em novembro de 2005, foi elaborado por lideranças indígenas Kaingang, Xokleng e Guarani no fórum “Políticas de educação escolar indígena” realizado na cidade de Itapema. O documento versa sobre a organização escolar das escolas

indígenas no Estado de Santa Catarina, definindo normas de organização em comum para as três etnias, mas reforçando e respeitando as especificidades de cada povo.

Cada povo tem seu jeito de pensar, viver sua cultura, língua, formas de organização, tais como: trabalho, liderança, tempo, espaço, instâncias de decisões (religião, cacique, comunidade) que precisam ser respeitadas, valorizando os conhecimentos atuais e dos antepassados. A educação indígena deve ser diferenciada, bilíngue, intercultural, específica e comunitária. (Santa Catarina, 2005)

Além das definições acima, o parecer lista uma série de metas a serem garantidas aos educadores indígenas, como formação em nível superior, capacitação continuada dos docentes, novas turmas de magistério, dentre outras. A resolução 05/2012 garante e define diretrizes curriculares para a educação indígena em nível nacional. Ambas vão garantir às escolas indígenas a liberdade de escolha da forma como pretendem organizar e manter as escolas. Como bem pontua Joziléia Kaingang, é necessário construir a educação indígena partindo dos próprios indígenas, das próprias comunidades.

É preciso ponderar que o fortalecimento do processo educativo se dá à medida que ele considera aquilo que o povo acredita. Dessa forma, deixamos de insistir em um modelo de educação pensado *para* os povos indígenas, para assumirmos um modelo construído *pelos* povos indígenas. (Schild, 2023 p.62)

São diversas as caminhadas que se convergem em lutas únicas, como a atuação delas nas bases de seus territórios, nas lutas para implementação de leis para acesso e permanência nas universidades, e também frente à garantia de acesso à educação. Com leis aprovadas que garantem a autonomia, podem transformar a educação indígena em empoderamento: “Cabe, portanto, aos índios se apropriarem dessas escolas, transformá-las e gerenciá-las segundo suas demandas e interesses, como instrumento de empoderamento, protagonismo e autonomia.” (Bergamashi, 2012 p. 134) Se apropriarem destas escolas possibilita retomar as direções da formação desses indivíduos, essas são retomadas importantes como explica Geni Nuñez:

Um dos caminhos possíveis dessa contracolonização é justamente a retomada indígena, seja em sua dimensão primeira da terra invadida, seja em seus demais sentidos, como a retomada de nosso direito de enunciação, de nossas línguas, de nossa espiritualidade. É nesse sentido que o termo, “retomada”, tem uma grande importância para as lutas indígenas. (Nuñez, 2023 p. 5)

As retomadas em que se colocam como protagonistas também fazem com que seus corpos fiquem em evidência. Suas caminhadas juntas e também separadas, como explicou

Joziléia Kaingang anteriormente, se confluem no enfrentamento da violência colonial. Agem coletivamente, como explica Ingrid Sateré Mawé:

Não é da nossa história, são as violências e o racismo. É o resquício, e acho que não posso nem dizer o resquício, mas a forte presença dos colonizadores em várias atitudes. Seja na universidade, seja na escola, com as nossas crianças, seja em qualquer lugar que a gente ocupe e se reconheça enquanto mulheres indígenas. A nossa capacitação fez com que a gente ocupasse espaços e também sofresse as violências. O desejo para mudar isso é muito grande e a gente tem feito isso. Na coletividade, a gente não faz isso de uma forma individual, então com certeza essa é a diferença da nossa organização (Ingrid Sateré Mawé, 2023)

E é na chave dessa coletividade apresentada por Ingrid que se dá o resultado de suas formações e de suas caminhadas em tantas articulações. As interlocutoras da pesquisa produzem conhecimento politicamente situado, pois são corpos políticos, e sua existência é perpassada pelo enfrentamento de diversas violências e luta pelo bem viver. Este conhecimento é construído olhando para si e para seus pares, e isto fica evidente ao analisarmos suas produções acadêmicas. Partem do diálogo e dos ensinamentos de seus pais e mães, como Joziléia e Kerexu, para pensar diferentes possibilidades de atuação e com isso, alteram a lógica eurocentrada da produção de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de mulheres indígenas brasileiro vem crescendo contundentemente desde que se propôs, em seu início, a elencar pautas específicas das vivências de mulheres indígenas em seus amplos lugares de ocupação. Elas caminham em parceria com o movimento indígena propondo complementar as lutas. Não se trata de uma separação, mas sim de entender que existem algumas especificidades que só poderiam estar em discussão partindo de suas experiências. Me sinto extremamente honrado em poder acompanhar esse avanço desde quando me propus a ser aliado ao movimento.

A pesquisa pretendia entender como se dava a articulação destas mulheres indígenas em um contexto de violência constante para a construção de suas pautas aliadas a pautas coletivas. Como observamos, essa articulação é feita na chave da coletividade, pensando as estratégias desse crescente movimento e suas inserções em lugares de tomada de poder. Suas movimentações alteraram a lógica do fazer política na medida em que: 1. Conseguem se candidatar e ganhar eleições; 2. Aumentam o alcance da representatividade da ANMIGA; 3. Atuam diretamente nos órgãos responsáveis pela criação de leis e propostas voltadas à pauta indígena. Como explica Joziléia Kaingang esta atuação organizada é inovadora e a coletividade é peça chave para o bom andamento de suas conquistas:

O fortalecimento e a permanência do Ministério dos Povos Indígenas é fundamental para que a gente realmente implemente uma política indigenista de qualidade. Hoje nós da Anmiga estamos junto com o Ministério das Mulheres e com o Ministério dos Povos Indígenas fazendo a construção da primeira Conferência Nacional das Mulheres Indígenas que serão sete conferências regionais, uma conferência nacional a partir do mês de novembro, e nós estamos nesse diálogo com o Ministério, com a FUNAI, com a SESAI, com a FUNAI. Então, esses órgãos, o MPI com o Ministério das Mulheres, estão juntos fazendo esse levantamento e essa conferência, esse diálogo com as mulheres indígenas para entender o que faz sentido para nós, mulheres indígenas, enquanto programas, projetos e ações. E isso é fazer na efetividade a consulta prévia, livre e informada, garantida pela Convenção 69 da OIT. Então, ter esse lugar também do Ministério, da FUNAI, da SESAI, como órgãos indigenistas dentro do Estado brasileiro que estão fazendo a consulta aos povos indígenas é um grande avanço. Nunca antes isso aconteceu. Então, é realmente uma conquista nossa, do movimento indígena, mas nossa também dentro desses espaços de governo e que tem a ver com Aldear a Política. (Joziléia Kaingan, 2024)

Elas conseguem ampliar suas participações utilizando-se dos espaços de poder para conseguir garantir seus direitos. Acredito que apresentar a construção de um movimento de mulheres indígenas capaz de representar suas articuladoras em território nacional foi fundamental para contribuir com os estudos desse movimento. Sendo assim, me sinto

imensamente grato de poder contribuir com as redes desse crescente movimento e fomentar suas discussões.

Observo ao longo do caminhar desta pesquisa que as articulações políticas de minhas interlocutoras vão se ampliando e, cada vez mais, ganhando outros espaços antes não explorados. O crescente número de candidaturas e eleições de mulheres indígenas demonstra que a antiga política ditada por homens, brancos, heterossexuais, cisgênero está sofrendo mudanças significativas em suas estruturas. Como avanços deste movimento, ao longo da construção desta pesquisa, apresento o resultado comparativo das eleições ocorridas no ano de 2024:

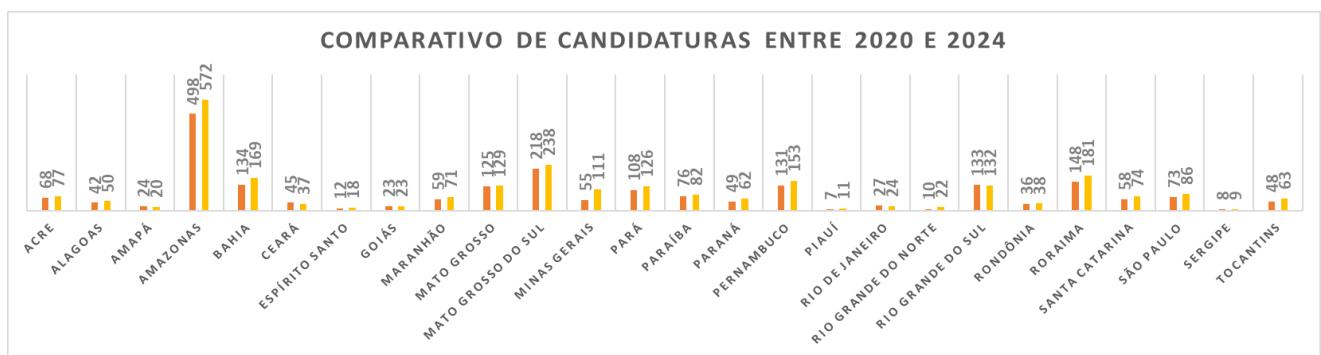


Gráfico 9 Comparativo de candidaturas indígenas entre os pleitos de 2020 e 2024. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

O gráfico demonstra que, com exceção dos estados Amapá, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o número de candidaturas indígenas cresceu ou se manteve estável entre um pleito e outro. De forma geral, o crescimento das candidaturas indígenas em solo nacional foi de 16,39%. Ao observarmos o número de candidaturas de mulheres indígenas, o cenário é o seguinte.

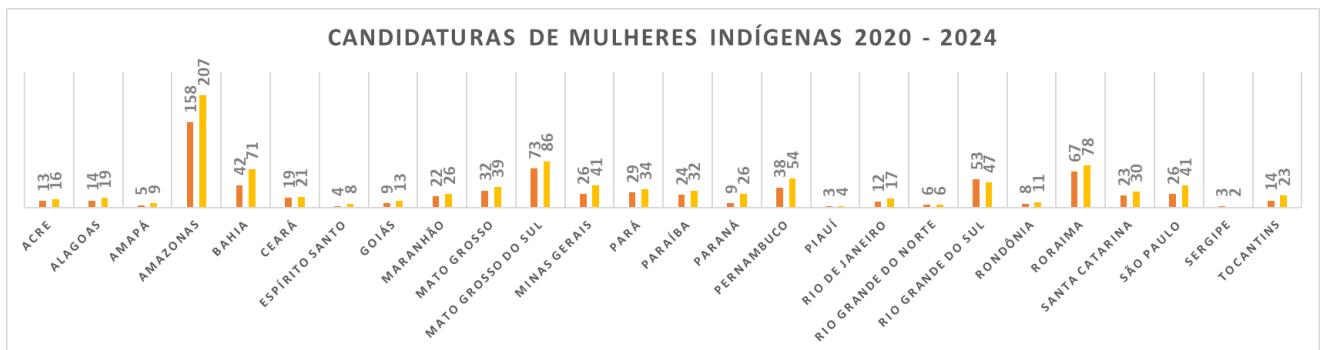


Gráfico 10 Comparativo de candidaturas de mulheres indígenas entre os pleitos de 2020 e 2024. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

Os únicos estados a apresentar queda no número de candidaturas são Rio Grande do Sul e Sergipe, no cenário geral, o número de candidaturas de mulheres indígenas cresceu 31,28%, passando de 732 em 2020 para 961 em 2024. Em Santa Catarina, de forma geral, as candidaturas indígenas apresentaram um aumento de 27,59% sendo que as candidaturas de mulheres indígenas apresentaram um crescimento de 30,43%, passando de 23 candidatas em 2020 para 30 em 2024. Como sabemos, os números oficiais disponibilizados pelo TSE podem não refletir o cenário real⁴¹ dessas candidaturas, mas é importantíssimo compreender esse crescente aldear a política, não somente no estado, mas no Brasil inteiro. Quanto ao número de candidaturas eleitas temos o seguinte cenário:



Gráfico 11 Comparativo de candidaturas indígenas eleitas entre os pleitos de 2020 e 2024. Elaborado com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral

⁴¹ Opto por manter os números oficiais apresentados pela plataforma de estatísticas, pois considero que a informação pública ali retratada deve ser divulgada integralmente, mas, em casos como o abordado anteriormente, se faça a devida correção.

O crescimento do número de indígenas eleitos seguiu o crescimento de suas candidaturas. Tivemos um aumento de 31,82% nas candidaturas eleitas em comparação com o mesmo pleito no ano de 2020. Em 2024, o número de mulheres indígenas eleitas subiu 41,94%. No estado de Santa Catarina, o número de candidatos eleitos dobrou, passando de 4 no ano de 2020 para 8 no ano de 2024. Foram eleitas duas candidatas indígenas para vereadoras no estado e é com imenso prazer que aponto que elas são Ingrid Sateré Mawé filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, eleita com 3.430 votos, e Marizete Leopoldino Belino, filiada ao Partido dos Trabalhadores, que foi reeleita pelo município de Ipuaçu com um total de 305 votos. Ingrid figura como a primeira representante indígena a ocupar uma vaga na câmara de vereadores da capital do estado de Santa Catarina.

Tive o prazer de entrevistar Marizete para a construção do meu trabalho de conclusão de curso quando se candidatou no ano de 2020. Sua eleição passa a constar nos dados oficiais de 2024, pois sua candidatura desta vez foi cadastrada como indígena⁴². Quanto à eleição de Ingrid Sateré Mawé, não somente acompanhei sua campanha como contribui com ela, divulgando, participando de eventos e promovendo espaços para discussão de suas pautas. Neste caminhar ao seu lado, percebi que o sonho dessa jovem candidata iniciado nas eleições de 2018 foi realizado em 2024. Acredito que sua presença na câmara de vereadores de Florianópolis será extremamente profícua.

Ao longo desta pesquisa observo também outros avanços importantes como a candidatura à reeleição de Andenice Fiamoncini. Quando nos encontramos para realizar sua entrevista em 2023, Andenice ainda não tinha decidido se tentaria ou não a reeleição. No primeiro trimestre de 2024, ela me informou que iria se candidatar e, para a minha imensa

⁴² Marizete foi cadastrada como parda na eleição de 2020. Uma possível explicação para o ocorrido pode ser que o partido decidiu, unilateralmente, cadastrá-la desta forma. O mesmo aconteceu com Andenice Fiamoncini

alegria e surpresa, ela passa a ser representada pela ANMIGA. No dia 03 de outubro de 2024 ela me enviou sua foto de divulgação pela Articulação.



Figura 12 Divulgação página Instagram de Andenice Fiamoncini - Online

A inserção de Andenice na articulação é uma grande conquista para o movimento de mulheres indígenas, pois sua trajetória política passa a ser representada pela articulação. A partir desta filiação, Andenice contará com apoio para suas campanhas futuras, divulgação de suas pautas e participação nos eventos realizados pela articulação. Por uma pequena quantidade de votos⁴³, infelizmente Andenice não conseguiu se reeleger no pleito de 2024. Mas em conversa posterior à eleição, ela afirmou que continuará sua carreira política nas próximas eleições.

No intuito de retomar o que propõe a pauta levantada no primeiro documento final da Marcha das Mulheres Indígenas, “não basta reconhecer nossas narrativas, é preciso reconhecer nossas narradoras”, em conjunto com a escrita desta dissertação produzi, em parceria com a EMITAI produções e Aya Laboratório, o documentário Aldear a Política. A ideia deste

⁴³ Uma pequena diferença de 44 votos impediu a reeleição de Andenice Fiamoncini para a câmara de vereadores de Ibirama, SC.

documentário surgiu ainda na graduação, foi uma demanda das interlocutoras e uma promessa⁴⁴ minha a elas naquela oportunidade.

Coletivamente, o roteiro e toda a construção da narrativa do documentário foram feitos em conjunto com os parceiros do laboratório Aya e a equipe do Projeto Histórias Plurais⁴⁵, coordenado pela Profa Cláudia Mortari. A equipe composta pela Ms. Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano (Doutoranda–PPGH/UDESC)⁴⁶, Ms. Vinícius Pinto Gomes (Emitai Produções)⁴⁷, Leonardo André Rolim de Moura (Licenciatura em História – UDESC/FAED)⁴⁸, Mirele Vitoria Oliveira Cardoso (Licenciatura em História – UDESC/FAED)⁴⁹, João Gabriel Santos Pinto (Bacharel em História – UDESC/FAED), Danieli Finaú Geraldo Correa (Licenciatura em Teatro –UDESC/CEART)⁵⁰, Luiza Ferreira da Silva (Mestranda em História

⁴⁴ À época, devido ao avanço da Pandemia de Covid 19, ficou inviável o encontro presencial para a gravação das entrevistas. Durante a minha banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso firmei o compromisso de retomar futuramente as entrevistas e realizar a produção do documentário.

⁴⁵ O projeto Histórias Plurais é responsável pela construção de uma série de produções audiovisuais que abordam as narrativas indígenas, afro-brasileiras e africanas. As produções são frutos de pesquisas realizadas no âmbito do laboratório com perspectivas de diferentes recortes temáticos, objetivando a consolidação da produção de conhecimento na chave do pensamento pós-colonial e decolonial.

⁴⁶ Graduada (bacharelado e licenciatura) em História Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestra em Ensino de História pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PROFHISTÓRIA-UDESC), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na linha de pesquisa Políticas de Memória e Narrativas Históricas. Vinculada ao AYA -Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais, do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED/UDESC), ao Grupo de Trabalho em História da África da Associação Nacional de História, seção Santa Catarina (GT África - SC), à Rede de Historiadorxs Negrxs e bolsista CAPES. Interessa-se por pesquisas no campo dos Estudos Africanos, História da Nigéria, Literatura africana, Literatura em língua inglesa, Estudos Feministas/Gênero, Estudos Pós-coloniais e Decolonialidade". Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2471526222413117>

⁴⁷ "Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atuando dentro dos estudos africanos e da diáspora, dentro do NEAB/UDESC e, posteriormente no AYA - Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. Vinculando-se em 2016 ao LIS - Laboratório de Imagem e Som da UDESC. Têm experiência na área de História e no Cinema, especialmente, vinculado na perspectiva dos Estudos Africanos, na produção cinematográfica e nas relações entre História e Cinema." Disponível: <http://lattes.cnpq.br/8691943598047854>

⁴⁸ "Graduando em Licenciatura em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED). Bolsista de Extensão no Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais – AYA." Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6694899543404049>

⁴⁹ Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista do AYA - Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais (UDESC/FAED). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6453198886580102>

⁵⁰ "Artista natural de Caçador, cidade localizada no Vale do Contestado de Santa Catarina.Atriz, performer, arte-educadora, pesquisadora, artista visual, dançarina, brincante, bambolista, slackliner, fotógrafa, videomaker. Educadora popular no Projeto A Caminho do CEU na cidade de Caçador/SC.Integrante do Coletivo Chica Pelega e do Circuito de Artistas do Contestado.Atualmente, graduanda do curso Licenciatura em Teatro pela Universidade do Estado de Santa Catarina na cidade de Florianópolis/SC.Integrante do LAPLEB (Laboratório Artístico Para Leituras do Brasil) - CEART/UDESC e do AYA (Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais) - FAED/UDESC." Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4921947659743013>

-UDESC/FAED)⁵¹, Msa. Jeane Adre Rinque (PPGF/UFRJ -SINTRAJUSC)⁵² e Júlia Victória Lobo Pinto (Licenciatura em Geografia – UDESC/FAED).⁵³

O documentário está ambientado pelo ritmo e pelo som da terceira Marcha das Mulheres Indígenas, partindo de áudios captados na Marcha e imagens de Brasília, e propõe um diálogo entre Andenice Fiamoncini, Ingrid Sateré Mawé, Joziléia Kaingang e Kerexu Yxapyry. O estabelecimento deste diálogo se dá em torno de experiências compartilhadas pelas interlocutoras desta pesquisa. Dividido por blocos temáticos, as interlocutoras abordam os temas: inserção na vida política; Desafios ao adentrar o cenário político partidário; Construção de suas campanhas e perspectivas de futuro.

A construção deste documentário se inicia a partir do momento em que começo a gravar as entrevistas para minha dissertação. Essa etapa já fazia parte do meu projeto de pesquisa, indicando que seriam gravadas em áudio e vídeo para, futuramente, montar um material audiovisual. A princípio, eu pensei em fazer todo o processo sozinho, mas recebi um convite das professoras Claudia Mortari e Luisa Wittmann, para poder englobar esse trabalho nas ações de extensão do laboratório. A partir deste momento que a produção passa a ser feita de forma conjunta com os bolsistas das ações de extensão, tomou uma forma que não seria possível realizar sozinho. Destaco muito a participação dos alunos da graduação nesse processo, pois a ideia passa a ser então trabalhar com estudantes da pós-graduação e alunos da graduação na montagem desse documentário.

Primeiramente, fizemos as decupagens das entrevistas que já tinham sido gravadas e, a partir dessas decupagens, montamos as possibilidades de diálogos tentando entender como se daria um diálogo entre essas mulheres. A participação dos estudantes da graduação nesse requisito foi importante porque em conjunto tivemos uma visão no todo de como seriam esses

⁵¹ “Graduada em Bacharelado em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED). Cursando Mestrado no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED). Bolsista extensionista e pesquisadora no Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais – AYA” Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4466650873055494>

⁵² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Graduada em Psicologia do Trabalho e Organizacional pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL - 2008). Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - 2019) e graduada em Administração pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (1997). Atualmente é administradora do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Santa Catarina (SINTRAJUSC) e educadora popular no Projeto de Educação Popular INTEGRAR (Florianópolis/SC) atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo decolonial, educação, epistemologia, filosofia e educação popular. E-mail: Jeanerinque6@gmail.com” Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9583017096263661>

⁵³ “ Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia, bolsista associada ao LEPGEO, bolsista voluntária do AYA-Laboratório.” Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6522639040223330>

diálogos, imaginando um cenário onde elas estivessem sentadas conversando juntas mesmo. Eu realizei duas entrevistas em Brasília na Marcha das Mulheres Indígenas em setembro de 2003. Lá consegui gravar uma primeira entrevista com a Joziléia Kaingang e posteriormente gravamos outra porque a dela ficou muito curta e, à época, por questão de agenda, não pudemos estender muito o tempo de entrevista. Em Brasília também gravei a entrevista com Kerexu Yxapyry, que me recebeu no Ministério dos Povos Indígenas para gravar entrevista com ela.. Deste período em Brasília trago para esse documentário vários *takes* da marcha, fotografias, áudios de suas pautas e outros materiais que a gente conseguiu coletar ao longo da produção dentro projeto de extensão.

Digo que partilhar deste projeto em um grupo tão incrível foi extremamente necessário, pois, a partir do momento que todo mundo teve uma visão sobre esse documentário, ele tomou uma forma gigantesca. Percebo que o documentário ter sido englobado pela extensão ganhou muito em relação ao que ele pode ser e o que ele está sendo. Além das entrevistas realizadas em Brasília é importante mencionar que outras duas aconteceram aqui em Florianópolis com a presença de estudantes da graduação, que foram roteirizadas em conjunto. É importante destacar o trabalho técnico desenvolvido entre estudantes da graduação e pós-graduação para poder, efetivamente, gravar essas entrevistas e montar esse documentário. O pesquisador associado e representante da EMITAI produções Vinicius Gomes realizou oficinas sobre edição, montagem de luz e outras ferramentas importantes ao se produzir material audiovisual.

A ideia principal foi fazer uma conversa entre essas quatro interlocutoras, uma troca de ideias sobre as ações políticas que elas fazem e que estão envolvidas. Como impacto social desse documentário destaco a importância de se trabalhar com esse tipo de material e principalmente com narrativas da luta de mulheres indígenas, posto que é uma demanda que surge delas. No primeiro documento final da Marcha das Mulheres Indígenas já se expressava essa demanda, que era necessário não só reconhecer as narrativas dessas mulheres, mas também suas narradoras. É partindo deste pressuposto que esse documentário pode ganhar muita difusão e ajudar nessa luta. Por fim, é uma demanda também do movimento indígena este retorno quanto às pesquisas sobre a temática indígena, pois é comum o reclame de que geralmente o pesquisador vem, entrevista, porém não há retorno algum para a comunidade. Esta não é a finalidade deste projeto, o retorno dele é essencial, pois partimos da ideia que essa produção de conhecimento é compartilhada.

Ao longo da entrevista que realizamos com Joziléia Kaingang no âmbito do laboratório AYA, ela sugeriu que mantivéssemos contato para realizar uma exibição do documentário na Cop30. Desde então, estamos nessa negociação com ela para saber como viabilizar essa agenda para o ano que vem. Além disso, já confirmamos um lançamento na terra indígena Morro dos Cavalos, onde Kerexu Yxapyry é liderança, e outro na cidade de Ibirama, onde Andenice Fiamoncini atua. O objetivo é que essa produção ultrapasse a escrita do papel, ganhe as ruas, as pessoas e seus corações.

ENTREVISTAS

FIAMONCINI, Andenice. Entrevista concedida à Weuler Azara. Ibirama, Santa Catarina, 20 set. 2023

KAINGANG, Joziléia. Entrevista concedida à Weuler Azara. Brasília, Distrito Federal 13, set. 2023

KAINGANG, Joziléia. Entrevista concedida à Weuler Azara. Florianópolis, Santa Catarina 31 jul. 2024

SATERÉ MAWÉ. Ingrid Entrevista concedida à Weuler Azara. Florianópolis, Santa Catarina 18 nov. 2023

YXAPYRY, Kerexu . Entrevista concedida à Weuler Azara. Brasília, Distrito Federal 15, set. 2023

FONTES

APIB Carta aos povos indígenas do Brasil: Por um parlamento cada vez mais indígena. APIB. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2017/01/>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 Supremo Tribunal Federal. Stf.jus.br. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=232#:~:text=Dos%20%C3%8Dndios-Art.,todos%20os%20atos%20do%20processo>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. DECRETO 8.072, de 20 de junho de 1910 Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. Estatísticas Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 10 nov 2023.

BRASIL. LEI 3.454 Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html#:~:text=Fixa%20a%20Despesa%20Geral%20da,para%20o%20exercicio%20de%201918>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL LEI Nº5.371 L5371. Planalto.gov.br. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CARTA_DAS_PRIMEIRAS_BRASILEIRAS

– ANMIGA. Anmiga.org. Disponível em: <<https://anmiga.org/carta-das-primeiras-brasileiras>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHAMADO PELA TERRA Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20221002010641/https://chamadopelaterra.org/>

Acesso em 2021

Censo 2022 | IBGE. Ibge.gov.br. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: nov. 2023.

CIMI. Relatório de violência - edições anteriores | Cimi. Cimi.org.br. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CONVERSA com Kerexu. Realização de Weuler Azara. Florianópolis: Independente, 2017. Color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JphT4-QAqwM&t=2s&pp=ygUTY29udmVyc2EgY29tIGtlcmV4dQ%3D%3D>

. Acesso em: 01 out. 2023

DOCUMENTO FINAL DA I MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. Documento Final da Marcha das Mulheres Indígenas (2019). InSURgênci: revista de direitos e movimentos sociais, v. 7, n. 2, p. 339-345, 2021.

DOCUMENTO FINAL DA III MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS disponível em: ANMIGA. Anmiga.org. Disponível em: <<https://anmiga.org/ii-marcha-nacional-das-mulheres>

indígenas-nao-lutar-com-a-mesma-arma-do-inimigo-nao-significa-que-estamos-desarmadas/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

DOCUMENTO FINAL DA III MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Documento-Final-III-Marcha-das-Mulheres.pdf>

Manifesto – ANMIGA. Anmiga.org. Disponível em: <<https://anmiga.org/manifesto/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Manifesto | Campanha Indígena. Campanhaindigena.info. Disponível em: <https://campanhaindigena.info/manifesto/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MANIFESTO REFLORESTAMENTES: Reflorestamentos de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história. – ANMIGA. Anmiga.org. Disponível em: <<https://anmiga.org/manifesto-reflorestamentos-reflorestamentos-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

NOTA OFICIAL ANMIGA Pela vida das mulheres, NÓS POR NÓS, pelas crianças e anciãs, seguimos em marcha! – ANMIGA. Anmiga.org. Disponível em: <<https://anmiga.org/pela-vida-das-mulheres-nos-por-nos-pelas-criancas-e-ancias-seguimos-em-marcha/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SÔNIA GUAJAJARA lança carta sobre pré-candidatura à Presidência da República. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/357075828890494/>>.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Fontes Orais. História dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org.). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202. 2010

ANDRADE, O. Andressa. **Indígenas mulheres: política, lutas e saberes em terras nordestinas.** 2023 Tese de doutorado

ARAUJO, Teresa Harari Alves de. **POLÍTICAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: (re)imaginando políticas públicas a partir da presença indígena no congresso federal brasileiro.** 2022. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2022

AURORA, B.. **Participação Indígena em Eleições, Desafio Técnico e Política no Processo Eleitoral Brasileiro de 2022.** 1. ed. Rio de Janeiro: LACED | LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ETNICIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO, 2022. v. 1. 224p .

AZARA, Weuler Pereira de. **Vozes de mulheres indígenas na política: o pleito de 2020 no contexto de Santa Catarina.** 2021.

BANIWA, BRAULINA. "Indígenas Mulheres: Corpo território em movimento" 24/10/2022 117 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB)

BANIWA, Gersem Luciano. **Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo.** Tellus, [S.L.], p. 127-146, 21 nov. 2014. Universidade Católica Dom Bosco.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano–Gersem Baniwa.** Revista História Hoje, v. 1, n. 2, p. 127-148, 2012.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Movimento indígena no Brasil. **Ensino (d) e História Indígena.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 143-175, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHAVES, Kena Azevedo. Mulheres indígenas demarcam as eleições: entrevista com márcia kambeba. **Percursos**, [S.L.], v. 22, n. 48, p. 383-398, 21 maio 2021. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/1984724622482021383>.

COSTA, Willian Felipe Martins **UMA IGREJA CONSTRUÍDA PARA O NEGRO, DE UMA IRMANDADE DE NEGRO: ESPAÇOS E DEVOÇÕES NEGRAS NA AMÉFRICA NO TEMPO PRESENTE (LAGUNA, SANTA CATARINA)** / Willian Felipe Martins Costa. -- 2022. 124 p.

DELACROIX, Christian. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. **Mulheres Indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política**. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 39, n., p. 114-129, 2019. Fap UNIFESP (SciELO).

FAUSTINO, Rosangela Celia; NOVAK, Maria Simone Jacomini; RODRIGUES, Isabel Cristina. **O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas.** Revista Tempo e Argumento, [S.L.], v. 12, n. 29, p. 1-30, 1 maio 2020. Universidade do Estado de Santa Catarina.

KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. **Wato ne hômpu ne kãmpa: Convivo, vejo e ouço a vida Mehî (Mâkrarè).** 2018.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder e Classificação Social.** In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009

MACHADO, Juliana Salles; PARENTE, Isabele Soares; JACODSEN, Joziléia Daniza; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez. **MULHERES INDÍGENAS, MULHERES DE LUTA: terra, educação e resistência.** In: WOLF, Cristina Scheibe *et al* (org.). **MULHERES DE LUTA:** feminismo e esquerdas no brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 1-431.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADOTORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 27-53.

MATOS, Maria Helena Ortolan. **Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade.** Gênero e povos indígenas. Rio de Janeiro: Museu do Índio, p. 140-169, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, C.R. **A experiência na licenciatura intercultural indígena do sul da Mata Atlântica na UFSC.** Cadernos do GEA, n.10, p.52-57, 2016.

MORTARI, Cláudia; WITTMANN, Luisa Tombini. **Histórias compartilhadas: propostas universitárias de construção de conhecimentos decolonizados.** PerCursos, v. 19, n. 39, p. 154-176, 2018.

MORTARI, Cláudia et al. **Colonialidad y decolonialidad combativa: Entrevista com Nelson Maldonado-Torres.** Revista de Teoria da História, v. 26, n. 2, p. 141-164, 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-117.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012.

NÚÑEZ, Geni. **Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas.** Revista Tempo e Argumento, [S.L.], v. 15, n. 40, p. 1-31, 29 dez. 2023. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180315402023e0101>

PAIM, E. A.; PEREIRA, P. M. Uma experiência com educação intercultural indígena: entrevista com a professora Joziléia Daniza Kaingang. *Roteiro*, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 1–12, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i1.16997. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16997>. Acesso em: 2 nov. 2024.

PANKARARU, Amanda. **A retomada das indígenas: reflorestando o lugar de mulher.** 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PRIPRA, Walderes Cocta. **Lugares de acampamento e memória do povo Laklānō/Xokleng**, Santa Catarina. 2021.

SACCHI, Ângela. **Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas.** Revista Anthropológicas, Recife, v. 14, n. 12, p. 95-110, set. 2011.

SANTANA, Renato. **Dia Internacional da Mulher: A memória e a luta de Maninha Xukuru Kariri; guerreira, intelectual e feminista.** Cimi.org.br. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2018/03/dia-internacional-da-mulher-a-memoria-e-a-luta-de-maninha-xukuru-kariri-guerreira-intelectual-e-feminista/>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SAVOLDI, Adiles. **A força da Fen’Nó: uma dádiva aos Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbangue.** In: 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & Transformações, Conexões, Deslocamentos, Florianópolis, 2017.

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacobsen et al. **Articulação das mulheres indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes.** 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. 2018. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Curitiba: Ed. UFPR, 239 pp.

SOUZA, Adriana Uassuri de; SANTOS, Juvana Evarista dos; OLIVEIRA, Edileia Santiago. **A MULHER INDÍGENA E O PROTAGONISMO DA SUA PRÓPRIA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA.** Emblemas: Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 94-105, jun. 2020.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e Pedagogia decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver.** In. CANDAU, Vera (org.). Educação Intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2009. P.12-23.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de entrevistas

- Peço por gentileza que você se apresente
- Qual é a sua principal motivação para adentrar ao cenário político partidário?
- Observamos que o número de candidaturas indígenas tem aumentado ano após ano, principalmente após a campanha da chapa presidencial Boulos – Sonia. Na sua opinião, existe algum fator fundamental para esse aumento?
- Sobre o aumento anteriormente mencionado, em busca nas bases de dados do TSE, observei que em alguns estados (Santa Catarina é um exemplo) o aumento no número de candidaturas de mulheres indígenas supera o das candidaturas masculinas, como você observa esses dados?
- Observei que tanto a APIB quanto a ANMIGA desempenharam papéis fundamentais para o bom andamento das campanhas. Observei que a ANMIGA difundiu e apoiou de maneira incisiva as campanhas indígenas femininas. Como você enxerga o apoio da ANMIGA na sua campanha e qual é o papel dessas articulações nessas candidaturas?
- Ainda temos pouca representatividade indígena na política partidária, muito disso se dá pelo fato de que para alguns indivíduos o acesso aos trâmites da candidatura acaba por afastá-los desta empreitada. Como foi seu processo de candidatura? Você encontrou algum entrave?
- Como foi a experiência de percorrer diversas cidades/lugares levando a força ancestral e suas propostas da campanha?
- Quanto das suas propostas e pautas estão voltadas para o bem da mulher indígena e como você pretende alcançá-las?
- Em sua maioria observo que as candidaturas indígenas estão presentes nos partidos de esquerda, qual foi o seu critério de escolha do partido?

- Quanto do saber e fazer indígena você carrega para dentro do ambiente político partidário?
- As candidaturas indígenas são importantíssimas, pois até a sua efetivação elas carregam mais de 500 anos de violência, perseguição e retirada de direitos básicos. Não há como apagar o passado, mas há como pensar e sonhar um futuro, como essas mulheres vão trazer a força da mulher indígena guerreira para dentro da política?
- O slogan “aldear a política” foi observado em praticamente todas as candidaturas de indígenas nas últimas eleições, para você o que significa na prática, aldear a política?
- Quais as suas expectativas após a consolidação da bancada do cocar? Existe alguma estratégia para que cada vez mais candidaturas sejam efetivadas?
- Segundo dados do Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil elaborado pelo CIMI os dois anos após o golpe sofrido por Dilma Rousseff e os quatro anos de [des]governo Bolsonaro representam um dos períodos mais violentos da série levantada por eles. Como você avalia esses últimos seis anos da presença dessa direita conservadora no poder?
- A efetivação das candidaturas indígenas representa um grande avanço nas questões relacionadas à pauta indígena que no último [des]governo sofreu ataques contundentes. Na sua opinião, quais são as mudanças que essas candidaturas vão promover no modo de fazer política brasileiro?